

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA LUISA XAVIER BARROS

**AS MULHERES E O SERVIÇO SOCIAL: ALIANÇAS E RUPTURAS
COM A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO CAPITAL**

Porto Alegre

2008

ANA LUISA XAVIER BARROS

**AS MULHERES E O SERVIÇO SOCIAL: ALIANÇAS E RUPTURAS
COM A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO CAPITAL**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães

Porto Alegre
2008

ANA LUISA XAVIER BARROS

**AS MULHERES E O SERVIÇO SOCIAL: ALIANÇAS E RUPTURAS
COM A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO CAPITAL**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ___ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto – PUCRS

Profa. Dra. Leci Borges Barbisan – PUCRS

Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva – UFMA

Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi – PUCRS

Dedico à Joana, Flavia, Laura e às mulheres de sua geração, especialmente às assistentes sociais e estudantes, que buscam a formação profissional como meio de participar da construção de uma sociedade brasileira justa e igualitária.

AGRADEÇO

À Joana, Flavia e Laura, minhas filhas e companheiras de vida, pelo amor, pelo apoio e pelo incentivo;

Aos meus alunos e alunas do Curso de Serviço Social da UCPEL pelos seus questionamentos e inquietações que me desafiam a sempre buscar respostas;

À UCPEL e PUCRS pelo acordo firmado que me possibilitou o doutoramento;

À Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães pela oportunidade de ter com ela convivido, apreendido, compartilhado idéias e ideais e pela orientação aberta e incentivadora que me possibilitou ir em busca de outros sentidos para minha vida profissional;

Ao Dr. Francisco Branco, orientador, mestre e amigo lisboense pelo seu desprendimento em orientar-me no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, pelo incentivo e pelos ensinamentos a respeito do significado da pesquisa social;

Aos autores dos textos que compõem o corpus desta tese e em especial à Maria Lúcia Martinelli, Maria Ozanira da Silva e Silva e Vicente de Paula Faleiros pela sua importante contribuição;

Aos colegas de profissão e de UCPEL, Lorena, Alceu, Adelina, Manuela, Wanda, Maneca, Luiz Antonio, Sinara, Carmen, Andréa, Leni e Helenara pelos ideais e lutas partilhados;

Aos colegas doutorandos do Instituto Superior de Lisboa pela acolhida, pelos debates, pela troca de conhecimentos e experiências nos Seminários de Pesquisa.

Agradeço à vida por tudo que me tem dado.

RESUMO

A tese trata da condição feminina, majoritária na composição sócio-histórica do Serviço Social e tem a finalidade de, através da Análise de Discurso, examinar a discursividade da profissão na busca da sua interlocução com a discursividade do feminismo. Para tal, tem como objetivo desvelar, nos diferentes momentos da história do Serviço Social no Brasil, pontos de identificação entre estas discursividades que possam sinalizar os limites encontrados pela profissão na sua trajetória e, principalmente no contexto atual, as possibilidades intrínsecas da profissão a serem potencializadas pelos assistentes sociais na concretização do projeto ético-político profissional. De um conjunto de textos de autores do Serviço Social foram selecionados enunciados discursivos e fatos que produzem mudanças no processo discursivo da profissão e de textos de autores feministas, enunciados que identificam as mudanças obtidas pelo feminismo em relação à vida das mulheres desde a implantação do capitalismo na sociedade brasileira. A análise dos discursos da profissão e dos discursos produzidos pelo feminismo possibilitou a compreensão das modificações no sentido atribuído pela formação discursiva do capital às mulheres e ao Serviço Social e as mudanças na posição sujeito das mulheres e dos assistentes sociais, de forma a que se desvelassem os períodos de assujeitamento/alianças e os de afastamento/rupturas com esta formação discursiva. A inter-relação da profissão com o feminismo, segundo a Análise do Discurso, mostrou-se um fator importante da ruptura procedida pela profissão com a formação discursiva do capital e da aliança/identificação com a formação discursiva do trabalho. O projeto ético-político do Serviço Social é a discursividade que materializa esta identificação e estas alianças, e sua operacionalização constitui um dos grandes desafios do trabalho profissional no atual contexto da Globalização neoliberal. A tese apresenta a potencialidade da condição feminina, predominante na categoria dos assistentes sociais, como um fator relevante para o enfrentamento destes desafios.

Palavras-chave:

Serviço Social – feminismo – alianças – rupturas – capital – trabalho

ABSTRACT

The thesis focuses on the female condition, which is majority of the socio-historic composition of Social Work, and aims to analyse the discourse of this profession and examine its interlocution with the feminism discourse. It aims attempts to reveal the common points between these two discourses throughout different moments in the history of Social work in Brazil. Such points serve to unveil the past limitations of the development of this profession, as well as the potentials of development for the future that can help the profession to fulfil its ethic-politics project. From a selection of known texts by social work authors, discursive statements and facts that produced changes in the discursive process of the profession were selected. Similarly, discursive statements that identify changes caused by the feminism movement in women's lives since the introduction of capitalism in the Brazilian society were selected. The analysis of profession and feminism discourses has allowed the understanding of the changes in the meaning attributed to women and Social Work by the discursive formation of capital. It has also contributed to the understanding of the subject position of women and social workers revealing the periods of subjugation/alliances and detachment/ruptures with the discursive formation of capital. The Discourse Analysis revealed the interrelation between feminism and profession as an important factor in the rupture made by the profession with the discursive formation of capital and the alliance/identification with the discursive formation of work. The ethic-politic project of Social Work can be seen as the discourse that materializes the identification of these alliances, and its practice constitutes one of the great challenges of the professional work in the neoliberal Globalization context. The thesis presents the potentials of the female condition, which is majority in the social workers category, as a relevant factor to face these challenges.

Key words: Social Work, feminism, alliances, ruptures, capital, work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2 AS MULHERES E O SERVIÇO SOCIAL: CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS PROFISSIONAIS E O SENTIDO DO FEMININO	13
2.1 Análise de Discurso	15
2.2. Dispositivo teórico.....	17
2.2.1. Formação Discursiva.....	18
2.2.2 Ideologia.....	20
2.2.3 Discurso	23
2.2.4 A constituição do sujeito do discurso	24
2.3 Dispositivo analítico	25
2.3.1 A constituição do Corpus	26
2.4 Procedimentos da análise.....	34
3 A INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA DAS MULHERES PELA FORMAÇÃO DISCURSIVA DO CAPITAL E O DISCURSO DA AJUDA: IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	36
3.1. O contexto sócio-histórico e ideológico brasileiro: condições de produção do discurso do capital sobre as mulheres.....	42
3.2 As mulheres e o Serviço Social	51
4 MULHERES AJUSTADAS, MULHERES ASSUJEITADAS: O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ...60	
4.1 O Brasil e o contexto sócio-histórico e ideológico do capitalismo mundial: condições de produção e reformulações enunciativas na formação discursiva do capital.....	61
4.2 As mulheres, o Serviço Social e o desenvolvimentismo	73
5 AS MULHERES, O SENTIDO DO FEMININO E O DISCURSO DOS DIREITOS SOCIAIS: A RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL COM A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO CAPITAL	82
5.1 Novas correlações de forças no Brasil: o protagonismo popular e o desgaste da formação discursiva do capital.....	86
5.2 As mulheres e os movimentos populares	97
5.3 A ruptura do Serviço Social com a formação discursiva do capital.....	115
6 AS MULHERES E A DISCURSIVIDADE GLOBALIZADA : DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA	132
6.1 A formação discursiva do capital e a globalização no Brasil.....	134
6.2 As mulheres, o Serviço Social e a discursividade globalizadora	147
6.3 O Projeto profissional do Serviço Social e a construção da sociedade igualitária	152
6.4 O feminismo como potencial do Serviço Social	163
CONCLUSÃO	168

REFERÊNCIAS.....174
ANEXOS184

INTRODUÇÃO

Vivemos o início de um milênio que trazia muitas expectativas e, porque não dizer, alguma esperança de igualdade e justiça. No entanto, o que se vê e se vive, no momento atual, são frustrações, medo e insegurança. As ideologias que acompanham a constituição de uma sociedade igualitária são suplantadas pelos discursos da sociedade competitiva que se utiliza de mecanismos ideológicos, políticos e econômicos para proceder à dominação capitalista globalizada.

Esta tese insere-se naquelas expectativas de esperança e igualdade, nas utopias de uma sociedade igualitária. Faz, através da Análise de Discurso, uma retrospectiva dos contextos e momentos históricos vividos pelo Serviço Social no Brasil e que marcaram as possibilidades de participação dos assistentes sociais na construção de uma vida melhor para as classes populares brasileiras. Esta história, pelo menos grande parte dela, vivi como estudante e profissional e, a ela retorno, com a certeza de que sempre é possível e necessário lançar novos olhares, resgatar utopias e criar estratégias para enfrentar as condições interpostas pelo capitalismo, e, não abrir mão das conquistas e dos projetos de uma vida digna.

Em 1967, prestei vestibular e ingressei no curso de Serviço Social, o curso era novo (a primeira turma colara grau no final do ano anterior), uma profissão recentemente surgida no país e pouco conhecida. Motivou-me uma divulgação realizada, pelos então alunos, nas escolas secundárias de Pelotas, em que apresentavam a profissão como a que trabalhava com os pobres, que promovia a sua integração à sociedade. Vivíamos os primeiros anos da Ditadura Militar no Brasil, mas, no curso debatíamos, questionávamos e criticávamos a realidade social do país e a finalidade e os fundamentos filosóficos do Serviço Social – questionamentos desencadeados pelo Movimento de Reconceituação latino-americano.

Particpei do movimento estudantil como membro da diretoria do Diretório Acadêmico Dom Helder Câmara (assim denominado para demarcar o posicionamento político dos estudantes) e, em 1968, particpei do encontro nacional dos estudantes de Serviço Social em Fortaleza no Ceará, um encontro de caráter essencialmente político que conclamava os estudantes brasileiros a aliarem-se ao movimento estudantil iniciado na França e que se expandia pelos países capitalistas.

Programada uma série de manifestações a que deveríamos angariar adeptos em nossas faculdades, fomos surpreendidos pela ação do Ato Institucional número 5 (AI5) e pela prisão e morte de nossos colegas/líderes.

Guardaram-se, esconderam-se e inclusive foram queimados os documentos que, fruto desta mobilização, pudessem nos fazer alvo/vítimas do terrorismo ditatorial militar. Restara-nos a força da perseguição, o medo e o silenciamento obrigado.

Formei-me em 1970 e, desde então, trabalho como assistente social e acompanho a trajetória desta profissão que, com muita luta, busca o seu aperfeiçoamento técnico, teórico e metodológico, mas que, sobretudo, luta para manter-se ética e politicamente comprometida com aqueles com quem sempre trabalhou.

Hoje, com 40 anos de vinculação ao Serviço Social posso afirmar que ele me cativou e envolveu-me totalmente e, parafraseando Saint Exupéry, tornei-me eternamente responsável por esta profissão que me cativou (2006, p. 74). O doutoramento é parte dessa responsabilidade. Não vim em busca de qualificação para competir no mercado de trabalho, não vim simplesmente obter uma titulação. Vim motivada pelo conhecimento, pela expectativa de poder, com esta tese, contribuir para os atuais propósitos éticos e políticos da profissão, para a efetivação do atual projeto profissional.

A tese trata de uma dimensão constitutiva da profissão, a sua histórica composição majoritariamente feminina, que, apontada pelos estudiosos da profissão, como uma possível marca das suas limitações e também das suas potencialidades, levou-me a estabelecer a condição feminina dos assistentes sociais como tema de pesquisa. Alguns textos destes autores fazem parte do corpus empírico da tese e algumas de suas falas, que apresento a seguir, tornaram-se, para mim, questões de pesquisa.

Ao estudar a *identidade do Serviço Social*, Martinelli (2000) comprova que esta lhe foi *atribuída* e que, em um determinado momento, há um movimento de negação e de *superação desta identidade* por parte da categoria que busca legitimar seu agir profissional como prática social de caráter popular, *comprometendo-se com os que lutam pela construção de uma nova sociedade*; Faleiros (1985) já escrevera que a *condição feminina da maioria dos profissionais e da sua clientela como ponto em comum* deveria ser pensada politicamente, na busca de uma práxis

transformadora. Iamamoto (2001) destacou a *composição predominantemente feminina como o que afeta tanto a imagem como as expectativas vigentes na sociedade em relação à profissão*, nas suas palavras, “um dos selos da identidade” profissional e, Netto (1992) lembrava ser *indiscutível que o Serviço Social apresenta-se como profissão feminina* o que, entre outros elementos, *interfere na afirmação sócio-profissional* e, aponta as *relações entre a profissionalização e os movimentos específicos das mulheres, como campo de pesquisa em aberto e potencialmente promissor para a superação de tensões presentes na profissão*. Segundo Iamamoto, “ao colocar-se como objeto de sua própria pesquisa, o Serviço Social voltou-se sobre si mesmo e descortinou ângulos inusitados para o desdobramento dos estudos”, mas, como afirma, “*é sintomático observar a absoluta carência, na literatura especializada, de produções que abordem o assistente social como sujeito profissional*”. O foco predominante das análises tem incidido sobre o Serviço Social como profissão com a *tendência de submergir, do cenário das análises, os indivíduos sociais que a ela se dedicam e lhe dão vida*” (2001, p. 10, p. 248).

Ao proceder a primeira tarefa de pesquisa, constatei a quase inexistência de bibliografia que abordasse o feminino no Serviço Social à exceção dos trabalhos publicados por Heckert (1991) no Brasil, Grassi (1989) em Buenos Aires e Armán (2003) na Espanha. Nos textos destas autoras, encontrei o estímulo para dar continuidade à pesquisa.

Tendo como questão as implicações desta composição na configuração sócio-profissional, estabeleci como objetivo o de analisar a influência dos discursos sobre as mulheres nas condições de produção da discursividade do Serviço Social e os seus efeitos de sentido na identidade sócio-profissional dos assistentes sociais, nos diferentes momentos da trajetória histórica da profissão no País. Como corpus discursivo, selecionei textos de autores feministas.

A história, o sentido da condição feminina dos assistentes sociais e a produção da discursividade da profissão como tema desta tese levaram-me a trabalhar com Análise de Discurso (AD), o que abordo no primeiro capítulo.

No segundo descrevo e analiso os discursos que circunscrevem a profissão em confronto com os discursos sobre as mulheres, aqueles que fazem parte da Formação discursiva do capital, no contexto em que se dá o surgimento e a implantação do Serviço Social em solo brasileiro.

O terceiro é destinado ao período em que, no Serviço Social, incrementa-se o processo de profissionalização, ou seja, em que se busca o embasamento teórico em substituição às bases doutrinárias que embasavam a profissão em suas origens. Caracteriza-se como um período marcado pela Ditadura Militar no Brasil e de conseqüente interdição à liberdade de expressão das forças e dos ideais democráticos das classes populares e de seus aliados – profissionais das diferentes áreas e grupos pertencentes ao movimento feminino. Considera-se significativo o fato de, mesmo sendo este um período discursivo de restrição de liberdades e de repressão às forças e idéias democráticas e de oposição, nele, terem sido gestadas as condições de resistência e de enfrentamento que impulsionaram o processo de abertura e de redemocratização do País - propulsoras e demandantes de uma nova sociedade brasileira e de um novo Serviço Social.

No quarto capítulo, tanto a descrição dos fatos mais significativos do período denominado Ruptura, como a interpretação destes fatos à luz da Análise de Discurso, aparecem com maior detalhamento, já que este período marca uma nova discursividade do Serviço Social, ou seja, a sua ruptura com a formação discursiva do capital e a criação de uma auto-configuração do que desejam e consideram seus agentes como deva ser a profissão. Como nos demais, o foco se dá na inter-relação entre as questões que circunscrevem a vida das mulheres e a composição feminina da categoria dos assistentes sociais. Analiso os discursos dos movimentos sociais e a aproximação/vinculação dos assistentes sociais aos setores populares, sujeitos coletivos destes movimentos, como aspecto decisivo do processo de Ruptura. Destaca-se a relação do Feminismo com os movimentos populares e a forte influência destes últimos no processo de identificação dos assistentes sociais com a formação discursiva do trabalho.

No quinto e último capítulo, analiso o período compreendido entre os anos 90 e o atual momento, quando a operacionalização do projeto profissional enfrenta as adversidades interpostas pelo capital globalizado em nosso País. A discursividade do capitalismo globalizado e do neoliberalismo confrontada com as conquistas populares, conquistas das mulheres e conquistas do Serviço Social no período anterior, revela que nós, como mulheres e assistentes sociais temos um caminho longo, mas importante a ser conscientemente trilhado para contribuir na construção de uma sociedade igualitária. A construção de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária exige o engajamento e o comprometimento efetivo dos assistentes sociais

na operacionalização criteriosa do Projeto ético-político do Serviço Social já que este, na sua discursividade, ao prescrever direitos e deveres profissionais e estabelecer os princípios que regem a profissão, não deixa dúvidas de que outra sociedade é uma das metas profissionais a serem buscadas.

No decorrer dos capítulos, a Análise de Discurso realizada, permite demonstrar a tese de que as mudanças na posição-sujeito dos assistentes sociais e no sentido atribuído à profissão, expressados no atual projeto profissional, assim como as alianças e a ruptura do Serviço Social no Brasil com a formação discursiva do capital, têm estreita relação com as alianças e rupturas procedidas pelos movimentos das mulheres brasileiras, ou seja, se dão na interlocução com o feminismo.

A conclusão refaz os principais pontos que demonstram a comprovação da tese e que possibilitam a visualização de quão multidimensionais são os desafios da profissão na concretização do projeto ético-político e a importância da dimensão feminina na identidade sócio-profissional dos assistentes sociais no enfrentamento destes desafios.

2 AS MULHERES E O SERVIÇO SOCIAL: CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS PROFISSIONAIS E O SENTIDO DO FEMININO

“... aprendi que no processo de investigação, o que conta não é o esperado, mas nossa capacidade de saber trabalhar com as descobertas que conseguimos fazer. Maria Ozanira Silva da Silva (2005).¹

A relação das mulheres com algumas profissões é histórica e muitas vezes entendida como natural. Profissões como nutrição, enfermagem e magistério, assim como o Serviço Social, são assumidas pelas mulheres quase como decorrência de sua condição de gênero e pouco se questiona as razões desta configuração e, menos ainda, as implicações desta composição no fazer destas profissões e no status social a elas atribuído socialmente.

Importantes produções de assistentes sociais têm abordado a trajetória histórica do Serviço Social e suas concepções e análises muito têm contribuído para a compreensão e para dar sentido ao trabalho dos assistentes sociais. O trabalho que realizo parte da constatação de que é sempre possível e também enriquecedor rever esta produção existente sob um novo enfoque. Tem o desafio de submeter à Análise de Discurso os diferentes momentos discursivos da profissão em sua relação com os enunciados discursivos produzidos e difundidos socialmente sobre as mulheres já que a constituição majoritariamente feminina dos assistentes sociais, apontada como um dos aspectos constitutivos historicamente da profissão, não recebeu um tratamento analítico “percuciente e minimamente sólido” conforme as palavras de Netto (1992, p. 84).

O objetivo é analisar a influência dos discursos sobre as mulheres nas condições de produção da discursividade do Serviço Social e os seus efeitos de sentido na identidade sócio-profissional dos assistentes sociais nos diferentes momentos da trajetória histórica da profissão no País.

¹ Trecho do texto elaborado pela autora como contribuição à tese

A história, o sentido da condição feminina dos assistentes sociais e a produção da discursividade da profissão como tema desta tese levaram a trabalhar com Análise de Discurso.

2.1 Análise de Discurso

Iniciada na França por Michel Pêcheux na década de 1960, a Análise de Discurso passou por revisões teóricas e mudanças que possibilitam demarcar três distintas épocas sintetizadas por Pêcheux como AD1, AD2 e AD3. Na primeira, por influência das idéias de Althusser, o sujeito entendido como fonte de seu discurso, foi considerado assujeitado e seu discurso, visto como resultante de condições de produção estáveis e homogêneas. Na segunda, por influência de Michel Foucault a estabilidade e homogeneidade das condições de produção do discurso foram substituídas pela concepção de Formação Discursiva - que se constitui por influência de elementos externos - e o sujeito discursivo permaneceu como efeito do assujeitamento à formação discursiva com a qual se identificava. Na terceira, a idéia de estabilidade é banida e a idéia de homogeneidade atribuída às condições de produção do discurso é substituída pela heterogeneidade enunciativa, a desestabilização das garantias sócio-históricas é reconhecida e o sujeito do discurso é interrogado (FERNANDES: 2007).

Esse percurso histórico fez com que a Análise de Discurso se constituísse no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares “que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise” (...) “pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente”; “interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (ORLANDI: 2005, p. 18-20).

Esta corrente teórica de origem francesa é influenciada pelas idéias de Michel Foucault e de Althusser, mas, é a Pêcheux que se atribui a liderança do que se denomina Teoria do Discurso da Escola Francesa. Para Foucault AD “não se atém à lingüística nem se enclausura nesta” (2004, p. 153).

Destaca Fernandes que AD

...começou a ter lugar no Brasil somente a partir da década de 1980 porque sua natureza política observada desde suas bases, seu convite para que olhemos por trás das palavras, e ainda a constatação de que por trás das palavras pronunciadas outras são ditas, necessitariam de condições de produção historicamente favoráveis à sua implementação, tendo, portanto que esperar a abertura política iniciada com o fim da ditadura militar (207, p. 90).

A análise destina-se a evidenciar o sentido do discurso considerando as condições sócio-históricas e ideológicas em que é produzido, ou seja, visa situar os sujeitos do discurso, a sua posição e o sentido de seus enunciados num determinado contexto e numa determinada formação discursiva. Desta forma a recorrência à história faz parte da AD como lembra Fernandes “ao referirmos às práticas discursivas, referimos, também, a praticas sociais, visto que o discurso envolve condições histórico-sociais de produção” (2007, p. 62).

Nas palavras de Orlandi, a Análise de discurso “nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”, a linguagem, para a AD é um trabalho simbólico, “uma parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história” (...) concebida como “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (2005, p. 9, p. 15). Essa mediação é o discurso, a materialidade que revela o contato do histórico com o lingüístico.

O discurso é, portanto, o objeto teórico sobre o qual a análise é realizada mediante determinados procedimentos, tendo como finalidade compreender os processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições. Implica “apreender a língua, o sujeito e a história em funcionamento” afirma Fernandes (2007, p. 71).

Na perspectiva discursiva a linguagem é linguagem porque produz sentido e só produz sentido porque se inscreve na história: a língua é compreendida como acontecimento e a relação linguagem/pensamento/mundo não é direta nem unívoca. A não autonomia da língua, a sua não transparência, faz com que ela necessite ser compreendida enquanto produz sentido, como trabalho simbólico constitutivo do homem e de sua história, lugar privilegiado de manifestação da ideologia. O sentido para AD distingue-se do significado já que é determinado pelas posições ideológicas enquanto o significado é lingüístico, etmológico.

Maingueneau afirma que “Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico”. Considera, então que não pode ser estudada fora da sociedade já que “são os processos históricos sociais que a constituem” e que, (...) “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos é, portanto, o discurso” (1997, p. 11).

Para AD, somos afetados pelo real da língua e também pelo real da história que tem seu real afetado pelo simbólico e, não possuímos o controle sobre o modo como nos afetam. Por sua vez, o sentido “não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2005, p. 42).

Nas palavras de Orlandi, “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesmo de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (2006, p.32). Desta maneira, a AD “visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos do domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (ORLANDI: 2005, p. 26).

Para a autora não há uma “chave” de interpretação, “há a construção de um dispositivo teórico” e em face deste “há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso”. Esclarece que o dispositivo teórico individualizado pelo analista em uma análise específica constitui o dispositivo analítico - definido pela questão posta, pela natureza do material e pela finalidade da análise. (op. Cit. p. 26-27).

2.2. Dispositivo teórico

Existem muitos trabalhos que teorizam a Análise de Discurso e que oportunizam ao analista a escolha de princípios, de noções e de conceitos que, subsidiem o seu processo analítico em conformidade com a questão que coloca e aos objetivos a que se propõe. As noções de Formação Discursiva, Formação ideológica, constituição e posição dos sujeitos discursivos compõem o referencial teórico desta tese junto aos conceitos de ideologia e de discurso. Segundo Brandão,

possibilitam que se compreenda como se constituem o sujeito e o sentido (2004, p. 18).

O lugar “específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso” (BRANDÃO: 2004, p. 42).

Os discursos derivam seus sentidos de formações discursivas que representam no discurso determinada Formação Ideológica. Segundo Brandão a Formação Ideológica “tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas” (2004, p. 47).

2.2.1. Formação Discursiva

“Concebida por Foucault, ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas, nas quais se constituem os sistemas de saber e, depois, elaborada por Pêcheux, a noção de Formação Discursiva representa na Análise de Discurso um lugar central da articulação entre língua e discurso” (Brandão: 2004, p. 48). A formação discursiva é o lugar/espço em que se dá a articulação entre língua e discurso, em que uma enunciação se reveste de um determinado sentido é onde a posição do sujeito se define, em decorrência da sua identificação a determinada formação discursiva. Esta concepção deriva de Foucault que assim a descreveu:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva... (Foucault: 2004, p. 43).

A Formação Discursiva é constituída por dois tipos de funcionamento: um sistema de paráfrase – espaço em que os enunciados são retomados e formulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca de preservação de sua identidade - e de polissemia – que é o oposto do primeiro, isto é, rompe fronteiras, embaralha os limites, dá a pluralidade, a multiplicidade de sentidos e o pré-construído – aquilo que remete a uma construção anterior e exterior e que determina o que pode ser dito. O pré-construído, “entendido como objeto ideológico,

representação, realidade é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico” (BRANDÃO: 2004, p. 48-49).

Uma Formação discursiva deve ser compreendida como revelação da heterogeneidade dos discursos que liga, de maneira constitutiva, um discurso ao outro de forma que “o estudo da especificidade de um discurso se faz colocando-o em relação com outros discursos” (BRANDÃO: 2004, p. 89).

Cabe ao analista fazer aflorar as contradições que revelam o processo de luta ideológica e política numa dada formação social, em um determinado momento histórico, interpretar a historicidade do discurso, para compreender como a sua materialidade discursiva produz sentidos. O sentido é produzido a partir de processos discursivos que delimitam/opõem Formações Discursivas que coexistem numa formação social.

Na formação social ideológica capitalista pode-se pensar na coexistência de duas importantes Formações Discursivas que se opõem e se delimitam: a formação discursiva do capital, que representa os interesses da classe dominante/capitalista e, intenta dar universalidade aos sentidos e a formação discursiva do trabalho que, por sua vez, pressupõe uma sociedade sem classes e se contrapõe aos sentidos dominantes, os desvela e representa os interesses particulares dos trabalhadores, - ambas são vinculadas à mesma formação ideológica.

Conforme Orlandi “A Formação Discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (op.cit.p.43). Por sua vez, as formações discursivas representam, no discurso, as formações ideológicas definidas como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras” Haroche et al. (1971, citado por Brandão, 2004, p.47).

Uma formação ideológica é uma organização de posições políticas e ideológicas que, num dado momento histórico, expressa relações tanto de aliança como de antagonismo ou dominação entre as classes sociais, que, de certa forma, determina o que deve e pode ser dito. Apresenta-se como objeto de análise, como uma possibilidade de compreender as contradições ideológicas que permeiam as relações entre as classes. As relações de classe podem se caracterizar pelo confronto de posições políticas e ideológicas organizadas e expressadas por

alianças, antagonismo ou dominação, essa organização constitui a formação ideológica.

Segundo Brandão a “formação ideológica tem, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas” (2004, p. 46). Daí porque considera que ao analista “cabe apreender não só uma formação discursiva, mas também a interação entre formações discursivas”, (op. Cit. p. 93). Na mesma direção Fernandes afirma: “uma formação discursiva nunca é homogênea, é sempre constituída por diferentes discursos” (2007, p. 54).

A Formação discursiva regula a referência à interpelação/ assujeitamento, ou seja, faz com que, numa dada conjuntura, os sujeitos concordem ou não sobre o sentido das palavras, é dela que o discurso emerge, é dentro de uma formação discursiva que as palavras adquirem sentido. Disso decorre que o sentido é produzido historicamente e que o discurso é efeito de sentido que pode tanto traduzir um sentido como superá-lo, ou seja, a Formação Discursiva tem como princípio constitutivo a contradição.

Os efeitos de sentido revelam conflitos sociais decorrentes dos espaços de enunciação e dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos na sociedade. Lembra Fernandes que “um mesmo tema, ao ser colocado em evidência, é objeto de conflitos, de tensão, face às diferentes posições ocupadas por sujeitos que se opõem se contestam” (2007, p. 54). Para o autor “uma formação discursiva resulta de um campo de configurações que coloca em emergência os dizeres e os sujeitos socialmente organizados em um momento histórico específico” (op. Cit. p. 58). Elemento constitutivo da prática discursiva, a ideologia é que permite a identificação do sujeito com uma determinada formação discursiva.

2.2.2 Ideologia

Para AD, “ideologia não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação da realidade”, mas, como prática significante, como efeito da relação do sujeito com a língua e com a história. Tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Como categoria constitutiva, é através deles e neles que a ideologia se torna possível (ORLANDI: 2005, p. 48).

O capitalismo é uma das formas históricas de os homens produzirem e reproduzirem as suas condições materiais de existência e as relações sociais que

possibilitam essa produção. Esta produção e reprodução material e essas relações se dão concomitantemente à produção e reprodução de idéias.

Neste modo de produção o capital é a relação social determinante da qual decorrem as demais dimensões da vida social.

Capital é trabalho explorado, expropriado, não pago que não pode se acumular nem se reproduzir sem a exploração. Para se apropriar deste trabalho, o capital aliena o trabalhador através do processo de produção que estabelece.

O processo de produção capitalista pressupõe a separação entre a força de trabalho e os meios de produção, ou seja, a existência e a separação de classes – os capitalistas, proprietários, patrões e os não proprietários, trabalhadores, empregados que vendem sua força de trabalho aos primeiros, de tal forma que “a existência do trabalhador encontra-se reduzida à existência de qualquer outra mercadoria” e que “o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho e o operário vê-se obrigado a vendê-lo” Marx e Engels (2002, p. 102 e 116).

Em seu intento de dominar e explorar, a classe representante do capital produz inúmeros mecanismos e estratégias que possibilitam a sua dominação. Dividiu a humanidade em ricos e pobres, em homens e mulheres e criou um conjunto de idéias capazes de manter essas divisões e de reproduzi-las.

Numa sociedade dividida em classes, em que uma classe explora e domina a outra, as idéias e representações que explicam a vida individual e social são produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar o seu poder social, político e econômico. Como são produzidas as relações sociais em suas formas de exploração e dominação, são intencionalmente ocultadas. “Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia”, é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a dominação política, as desigualdades de classe, de raça e de gênero (CHAUÍ: 2006, p. 23).

As classes sociais não são coisas nem idéias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção das suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas de propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de sistemas determinados de idéias que exprimem e escondem o significado real de suas relações (Chauí: 2006, p. 52).

Ideologia é, pois, um dos instrumentos de dominação, um dos meios utilizados para garantir a dominação, uma das formas da luta de classes que decorre

da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, através da alienação que faz com que no plano “da experiência vivida e imediata, as condições reais da existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebem produzidos por tais condições e atribuem a vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes” (CHAUÍ: 2006, p. 79).

A dominação real é o que a ideologia tem por finalidade ocultar, ela visa difundir como verdade idéias que levem os homens a crer que representam a realidade. Segundo Chauí “a ideologia não é um processo subjetivo consciente” é involuntário e produzido pelas condições objetivas da existência social (2006, p. 72).

Dizia Marx que:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante (2002-a, p. 48).

A classe dominante, além de possuir os meios materiais de produção, cria e dispõe dos meios de produção intelectual e, assim, faz com que seus interesses, transmitidos por idéias, expressem e se propaguem de tal forma que os dominados creiam que suas condições de vida têm origem nos deuses, na natureza, na razão, no destino, etc. Lembra Chauí “a dominação real é justamente aquilo, que a ideologia tem por finalidade ocultar”, ela se propaga se transforma em senso comum e se populariza. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste em “tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social” (2006, p. 13, 80).

A classe dominante, mediante processos de ocultamento, desvincula os interesses do capital das suas reais intenções para, desta forma, obter a alienação ou o sentimento de impotência da classe trabalhadora.

Para a autora “enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum da vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá” (op.cit. p. 79-80).

Várias são as idéias difundidas como verdades e que possibilitam a produção e reprodução da dominação de classe. Idéias como de que *o trabalho dignifica o homem, da liberdade e da igualdade formal e legal*, escamoteiam a exploração implícita às condições de produção e encobrem as desigualdades de oportunidade, de raça, de classe, de sexo, etc.

Ao enfocarmos as idéias sobre as mulheres, criadas e difundidas pelo modo de produção capitalista, deparamo-nos com a evidência de desigualdades que nada mais visam que não aos interesses de dominação e exploração. Fatores de ordem natural e características físicas são utilizados para dissimular as tensões sociais geradas pelo capitalismo, para desviar da estrutura de classes a existência das desigualdades. Toda uma problemática, uma mística, uma série de mitos envolve a vida das mulheres constituindo-as, pela interpelação ideológica, em sujeitos inferiorizados, subalternizados, passivos e inclusive patologizados. Como lembra Foucault, é inventada uma mecânica de poder, uma economia política, um regime de verdade que visa ao controle social e que utiliza a mulher e seu corpo (1997).

Estas idéias, materializadas através do discurso, modificam-se de acordo com as correlações de forças das classes em confronto nos diferentes momentos sócio-históricos. As modificações discursivas têm por finalidade responder às necessidades demandadas pela realidade e pelas forças em jogo, ou seja, à produção e reprodução das relações entre as classes, reproduzindo-as e, ou, modificando-as.

Nas palavras de Fernandes “As transformações sofridas nas condições sociais manifestam-se nas produções discursivas sempre marcadas pelo entrecruzamento de discursos e acontecimentos anteriores” (2007, p. 44).

Em AD a materialidade específica da ideologia é o discurso – lugar em que se dá a relação língua e ideologia, onde se pode compreender como a língua produz sentidos.

2.2.3 Discurso

A língua constitui a condição de possibilidade do discurso, o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. O discurso é o espaço em que emergem as significações, “uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da ‘existência material’ das ideologias” (BRANDÃO:2004, p. 42, p. 46).

Todo discurso remete a uma formação ideológica, há uma relação necessária entre discurso e ideologia, a atividade discursiva é uma das formas de manifestação da ideologia, ou seja, “os discursos são governados por formações ideológicas” (BRANDÃO: 2004, p. 47).

Etimologicamente discurso tem a “idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI: 2005, p. 15), os discursos não são fixos, “estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas” afirma Fernandes (2007, p. 20).

O discurso “é caracterizado pela dispersão, por uma desordem aparente de sentidos” e a AD nos permite desvelar o “conteúdo dos significados, do aparente dito, do já dito, para a análise do que é dito, como é dito, para que é dito e do que não é dito” (GUIMARÃES: 2000, p. 22).

Desta forma o discurso, como “prática discursiva trabalha para que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único” e o analista “depara-se com a materialidade discursiva, que é concomitantemente lingüística e ideológica”, trabalha sobre “a materialidade discursiva, procurando desconstruí-la para determinar os funcionamentos discursivos que promovem a instauração dessa ilusão” (INDURSKY, 1997, p. 21).

O discurso e os sentidos expressam, são determinados e constituem-se pela ação de sujeitos em conformidade com as posições ideológicas destes sujeitos na formação discursiva a que se vinculam. Desta forma o sujeito para AD tem significativa importância; ela visa “à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI: 2006, p. 26).

2.2.4 A constituição do sujeito do discurso

Toda formação discursiva pressupõe uma forma-sujeito que é a forma como o sujeito com ela se identifica e se posiciona enquanto sujeito do discurso. Para AD “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI: 2006, p. 130).

O sujeito do discurso não é singular, mas histórico, é atravessado pela ideologia de forma que ao assumir determinada posição o faz como sujeito interpelado, sujeito ideológico, sujeito-efeito ou sujeito com ela identificado. A identidade, assim como o sujeito, “não é fixa, está sempre em produção, encontra-se em um processo ininterrupto de construção e é caracterizada por mutações” (FERNANDES: 2007, p. 45).

Sendo assim, não há “sujeito do discurso, mas diferentes posições do sujeito” (BRANDÃO: 2004, p. 81).

Na teoria do discurso, abandona-se a categoria de sujeito empírico, do indivíduo, e trabalha-se com um sujeito dividido, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas” (FERREIRA: 2005, p. 19).

A coexistência de diferentes discursos revela as diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos numa sociedade. Ao afirmar que “o efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito”, Orlandi assim se pronuncia:

A forma sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e de uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contando que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento (2005, p. 50).

O sujeito discursivo é considerado um ser social, “não fundamentado em uma individualidade”, mas que “tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história” (FERNANDES: 2007, p. 330). Não resulta do processo de “total assujeitamento”, ele é afetado pela formação discursiva, mas também a afeta, ele se movimenta, não é passivo dentro da formação discursiva em que se inscreve (FERREIRA: 2001, p. 23).

Segundo Fernandes o que “marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, a inscrição dos sujeitos em cena”. Sendo assim, seu discurso “constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos” (2007, p. 24, 36).

Para o autor, a constituição do sujeito discursivo “é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação em diferentes segmentos da sociedade” e os sujeitos “sofrem transformações no cenário histórico-social que lhes possibilitam, pela dispersão dos sentidos, constituírem-se discursivamente” (op.cit. p. 42, 45).

Por sua vez, Orlandi destaca que “se o real da língua não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos” (...) “nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados” (...) “daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros” (2005, p. 37).

2.3 Dispositivo analítico

Tendo como objeto o discurso feminino e a sua relação com a discursividade da profissão nos diferentes momentos da trajetória do Serviço Social no Brasil, a análise visa desvelar o sentido da condição feminina, majoritária dos assistentes sociais, na posição dos sujeitos profissionais diante da formação discursiva do capital e identificar, nos discursos que envolvem a história da profissão, as alianças ou rupturas com esta formação discursiva.

Como unidade de análise, optei por trabalhar com textos porque representam “uma contrapartida à unidade teórica, o discurso” (ORLANDI, 2005, p. 69).

2.3.1 A constituição do Corpus

A delimitação do corpus “não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos” (...) “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas” – a relação do discurso com a exterioridade, (...) “é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise” (...) “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas” (ORLANDI: 2005, p. 62-63).

Para a autora “O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte” (...) “ele remete imediatamente ao discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva” (op. Cit. p. 63).

AD “visa produzir um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa...” (ORLANDI: 2005, p. 18).

Os textos são fenômenos lingüísticos, mas seu funcionamento vai além do lingüístico, pois neles se encontram as condições de produção, os sujeitos e suas posições. Em sentido amplo as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico e o contexto imediato, as circunstâncias de enunciação e a memória discursiva, tratada como interdiscurso, ou seja, aquilo que fala antes, o conjunto de formulações feitas e esquecidas, mas que determinam o que dizemos.

O texto é, em seu aspecto qualitativo, unidade significativa da linguagem em uso, unidade de análise e necessariamente envia ao discurso, ou seja, permite o acesso a ele. O texto é afetado pelas condições de produção – lugares

determinados na estrutura de uma formação social que revelam a conjuntura em que o discurso é produzido, assim como as suas contradições - é espaço significante destas condições. Visto em relação a sua estruturação é um enunciado e visto nas suas condições de produção e nos seus efeitos de sentido, é discurso. Para Orlandi, o texto é unidade de significação, é um conceito analítico e discurso é um conceito teórico e metodológico (2006. p. 116).

Para AD, o texto é, então, o ponto de partida que possibilita que o analista se aproxime do discurso que por sua vez se explicita em uma formação discursiva e adquire sentido porque deriva de uma determinada formação ideológica. A AD problematiza a atribuição de sentido(s) do texto para mostrar como este (s) se materializa e como se dão os processos de constituição dos sujeitos que instituem o funcionamento discursivo do texto.

Como corpus empírico, selecionei, dos textos que compõem o campo discursivo do Serviço Social, os de autores que houvessem publicado trabalhos sobre os fundamentos sócio-históricos da profissão na perspectiva histórico-crítica, como Maria Ozanira da Silva, Maria Lucia Martinelli, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros. A estes autores enviei algumas questões por e-mail e, de Maria Ozanira, Maria Lucia e Vicente Faleiros recebi textos (em anexo) elaborados como contribuição e importantes argumentos de aproximação ao tema desta tese. Deste corpus foram selecionados enunciados através de regularidades que possibilitassem a análise das relações entre eles e o conjunto de idéias que compõem as condições sócio-culturais que configuram e especificam a vida das mulheres nas sociedades capitalistas, em especial no Brasil.

Os textos de Serviço Social selecionados como corpus empírico foram escritos e publicados em um mesmo contexto sócio-histórico, ou seja, para AD, nas condições de produção que caracterizam o capitalismo dos anos 80 e 90 (quando tem início o processo de ruptura do Serviço Social com as suas origens), o que possibilita identificar sua vinculação ao materialismo histórico que se caracteriza pela crítica ao modo de produção capitalista, uma concepção teórica das formações sociais e de suas transformações, incluindo-se as ideologias. Em comum, eles abordam a história do Serviço Social, de forma a relacionar e interligar profissão e contexto, o que possibilita analisar os efeitos de sentido que provocam mudanças na profissão, a posição dos assistentes sociais nas formações discursivas vigentes e a análise do sentido da condição feminina dos assistentes sociais.

Os autores dos textos selecionados revelam e apontam a necessidade de serem superados aspectos que ainda interferem e obscurecem o posicionamento ideológico e político hegemônico da profissão visto que mantém parcelas dos assistentes sociais assujeitados à formação discursiva do capital, ou seja, vinculados à formação discursiva do capital. Esta vinculação que deu origem ao Serviço Social no Brasil, passa por um processo de esgotamento a partir do Movimento de Reconceituação e avança para um processo de ruptura nos anos 90.

Para Martinelli “a *vinculação orgânica do Serviço Social ao capitalismo* não podia ser interpretada como inquebrantável e inoxidável” e é redimensionada pela profissão (2000, p. 158).

É nesta direção que Iamamoto assim se pronuncia: “penso ser imprescindível que olhemos para a sociedade, para o movimento das classes sociais que têm sido relegadas a uma posição de relativa secundariedade no debate do Serviço Social” (2001, p. 152). Segundo a autora, a profissão “teve os olhos mais voltados para o Estado e menos para a sociedade” e, foi no interior de um Estado a serviço do capital, “que lançou profundas amarras sobre a sociedade civil, tolhendo o exercício da cidadania (...) que foram criadas as bases para a maturação acadêmico-profissional do Serviço Social” e, ainda destaca que é com o conjunto dos sujeitos coletivos e na luta pela democratização do Estado, que estas condições irão se desenvolver (2001, p. 75).

Atualmente na posição hegemônica de sujeitos vinculados à formação discursiva do trabalho e nas atuais condições de trabalho, os assistentes sociais têm de enfrentar significativos desafios o que lhes exige muita criatividade, muita luta e, sobretudo, muita perseverança. Dentre estes desafios, encontram-se o desenvolvimento de pesquisas que desvelem a realidade, as condições de vida e as formas de luta e de resistência criadas pela grande maioria da população; que, dentro das condições de trabalho dos assistentes sociais, revelem as brechas, as lacunas e as contradições sociais; que permitam seu redimensionamento e a descoberta de estratégias para a concretização do seu projeto profissional e que se voltem para o desvelamento das peculiaridades do próprio Serviço Social na sociedade brasileira.

A formação discursiva do capital apresenta porosidades, tem seus espaços contraditórios por isso, é um desafio colocado ao Serviço Social, em sua prática social, a construção de espaços verdadeiramente democráticos; a transformação de

espaços e serviços estatais em públicos - como forma de ampliar a participação da profissão e de sua população-alvo na construção de novas relações sociais e de enfrentamento das adversidades, hoje, postas pela relação capital-trabalho, assim como o conhecimento e a compreensão das implicações políticas do trabalho profissional que permita fortalecer as alianças com as forças populares.

A contradição não significa mudança na posição dos sujeitos, daí por que, permanece, no discurso hegemônico da profissão, o desafio de operacionalização do projeto profissional e a necessidade de que os assistentes sociais, como sujeitos coletivos, empreendam um maior esforço para superar alguns aspectos de sua própria configuração sócio-histórica situados na visão que têm de si e de seu agir profissional tais como: ampliar sua autonomia na relação direta com a população usuária; superar o pragmatismo e o empirismo que acompanham determinadas ações de profissionais; *superar ideologias de sua origem de classe*; assumir sua nova identidade profissional rompendo com a *subalternidade* que, através da sua história, vem lhe acompanhando; ultrapassar a posição de sujeitos que compartilham a idéia e o discurso messiânico, o voluntarismo e o conservadorismo que muitas vezes estão presentes em práticas profissionais sem, no entanto, cair no idealismo; fortalecer a sua especificidade de forma que a afirmação de Faleiros de que “Boa parte dos assistentes sociais não sabe quem são, o que fazem e nem o que devem fazer, ficando, assim, ao sabor das estratégias definidas de fora da profissão, pelas instituições” possa ser superada (1985, p.86). Isto requer que sejam conscientizadas as interpelações ideológicas de que são alvo e que atrelam e vinculam organicamente seu agir profissional ao capitalismo, caracterizadas como “*mitologia profissional*” de origem doutrinária e que, ainda envolve o fazer profissional, em ações altruístas (GRASSI: 1989, p.222).

Netto enumera vários componentes que fornecem “o combustível para recorrentes *crises de identidade profissional do Serviço Social*” - o que para AD revela a permanência ou a não ruptura de parcelas de seus agentes profissionais à formação discursiva do capital - e lembra que para a clientela, a ação profissional tende a ser validada pela *ação filantrópica*; para os empregadores sua legitimação torna-se variável da sua *funcionalidade* (acrescento que hoje, da sua produtividade); da instituição é tanto mais requisitada quanto mais *as refrações da questão social se tornam objeto de administração*; de outros tecnólogos sociais como o *vetor mais*

próximo à clientela imediata e dos teóricos sociais como *profissão da prática* (1992, p. 100).

Ao examinarmos estes componentes, observa-se que são perpassados por uma imagem de profissão oposta àquela desenhada pelo atual projeto profissional, imagem que reflete a história, mas também o agir presente, que confunde, mascara, e que distorce o sentido que se quer dar à profissão, que nega os princípios estabelecidos no Código de Ética.

Na opinião de Faleiros (1985) nossa “eterna crise de identidade” exige mais crítica, sua decisão é política, não depende “de metodologias, tecnocracias e burocratismo”, mas, de “*uma compreensão e de uma ação nas relações complexas do capitalismo de hoje*”. Para o autor, precisamos nos “comprometer mais com as forças de mudança, superar a tendência que se tem de reduzir toda explicação a um único modelo”, pensar a totalidade sem esquecer a particularidade, o enfrentamento contraditório das partes que tem nos levado a ficar “nessa gangorra: defendendo-se a totalidade abstrata de um lado, e, de outro, defendendo-se a especificidade do concreto” (...) “ficamos na disputa entre afirmação da especificidade do Serviço Social na relação intersubjetiva concreta e a sua negação na visão mais abstrata e genérica”.

Netto assim se pronuncia: “tornou-se lugar comum detectar o eixo original de demandas histórico-sociais que convoca o Serviço Social como profissão no que se convencionou chamar questão social” cuja natureza é “difusa”, abrange uma “multiplicidade problemática” e a instaura como “objeto polifacético e polimórfico” que leva a “uma enorme variedade de intervenções profissionais” (1992, p. 89).

Para o autor, “a especificidade profissional converte-se em incógnita para os assistentes sociais (e não só para eles) já que são “requisitados para um papel social cujo conteúdo difuso só pode ser preenchido através de uma aparente polivalência”. Também levanta como um desafio para a análise “a relação entre a institucionalização profissional e o fenômeno universalizado e indiscutível de ele apresentar-se como *profissão feminina*”, relação que pensa, “carece de significado” e que, entre outros elementos, compõe o “quadro prenhe de dilemas, de afirmação sócio-profissional (...) de atores profundamente marginalizados” (op.cit.p. 84).

Já Martinelli, ao aprofundar o estudo da identidade profissional, destaca que ao longo das décadas de 70 e 80 os assistentes sociais “*conseguiram se identificar* como um grupo portador de um projeto profissional comum construído com base

numa consciência política coletiva do papel que desempenhavam e que deveriam desempenhar”, em AD, procederam a ruptura com a formação discursiva do capital e com o seu assujeitamento de origem o que correspondeu “a um avanço significativo da prática profissional, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora”, o que em AD significa uma posição de sujeito aliado à formação discursiva do trabalho (2000, p. 147).

Silva também estuda o processo de *superação de uma identidade* profissional “instituída na vida brasileira e alicerçada num discurso tradicional que se pretendia único, neutro e universal” e afirma que “o desafio que se coloca é a *compreensão das implicações políticas da prática profissional* para permitir uma opção teórico-prática, na direção das alianças com as forças propulsoras de um novo projeto de sociedade” o que em AD pressupõe o fortalecimento da nova discursividade, a sua operacionalização (2002, p.14-16).

Iamamoto diz que a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo “tem como pré-requisito que o assistente social aprofunde a compreensão das *implicações políticas de sua prática profissional*, reconhecendo-a como *polarizada pela luta de classes*” (2000, p. 37). Destaca “alguns traços, aparentemente dispersos, que organizam o perfil social e histórico do assistente social” dentre estes os de “ser uma *profissão atravessada por relações de gênero* enquanto tem uma composição predominantemente feminina” o que lhe sugere, afeta a imagem da profissão e explica os traços de subalternidade e reafirma: “a condição feminina é um dos selos da identidade profissional” (2001, p. 64, p.104).

A ruptura com a formação discursiva do capital não é unívoca nem homogênea; conforme AD se caracteriza como acontecimento, ponto de instauração de um novo processo discursivo, um marco a partir do qual podem emergir novos discursos, mas que não significa a isenção total das influências da formação discursiva do capital.

Assim a constituição dos assistentes sociais como sujeitos discursivos “é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação em diferentes segmentos da sociedade” e como sujeitos “sofrem transformações no cenário histórico-social que lhes possibilitam, pela dispersão dos sentidos, constituírem-se discursivamente”, como refere Fernandes (2007 p. 42, 45).

A análise desta nova discursividade poderá possibilitar a identificação de pontos que requerem ser fortalecidos e ou transformados e o sentido e a relação entre a composição feminina majoritária dos assistentes sociais e a sua prática social, pois, para a teoria do discurso “nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados” (...) “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros” (ORLANDI: 2005, p. 37).

Como corpus discursivo, busquei, no universo dos denominados estudos feministas e de gênero, os discursos que possibilitassem a fundamentação para pensar as questões das mulheres em sua relação com a profissão.

Atualmente, a condição feminina transformou-se em objeto de estudo das diferentes áreas da ciência. Durante muito tempo, as circunstâncias específicas que envolvem a vida das mulheres foram consideradas um objeto marginal e de pouca expressão para as ciências. Foram as mulheres, principalmente nos espaços acadêmicos, que conquistaram o estatuto teórico para os estudos que se denominaram de mulheres, femininos ou feministas e que ultimamente são referidos como estudos de gênero, o que origina um novo campo discursivo.

Ao realizarem pesquisas de caráter empírico, as mulheres acadêmicas se aproximaram das classes populares. Nessa aproximação foram gestados importantes avanços para o conhecimento da condição feminina e, ao mesmo tempo, foram intercambiados os conhecimentos teóricos que evidenciavam e revelavam a origem e o fundamento racional da opressão, da exploração e da desigualdade feminina, dando origem a um conjunto de idéias que constituem um campo discursivo que se contrapõem aos discursos tradicionais e dominantes.

Desta fusão ou mútua influência decorreu o que se chamou “Feminismo” que segundo Johnson

Pode ser definido de duas maneiras principais. No sentido mais restrito é um conjunto complexo de ideologias políticas usadas pelo movimento feminista para promover a causa da igualdade das mulheres com os homens e pôr fim à teoria sexista e à prática de opressão social. Em sentido mais amplo e mais profundo, constitui uma variedade de enfoques usados para observar, analisar e interpretar as maneiras complexas como a realidade social dos sexos e as desigualdades entre eles são construídas, impostas e manifestadas, desde em ambientes institucionais mais vastos aos detalhes do dia-a-dia das pessoas (1997, p. 109).

Atualmente o termo feminismo se refere tanto à “teoria da igualdade política, econômica e social dos sexos” como “a mobilização necessária para eliminar as restrições que discriminam as mulheres” destaca Ergas (1991, p. 587). Desta forma,

Feminismo tem um significado abrangente que envolve tanto os estudos científicos sobre as questões afetas à vida das mulheres como os movimentos políticos de defesa da igualdade e da libertação das mulheres (ambos comumente denominados feministas) e, também, toda e qualquer ação política praticada por mulheres para reivindicar melhores condições de vida nas sociedades.

No Brasil, as desigualdades sociais aproximaram o feminismo das ciências críticas, principalmente da vertente marxista e dos movimentos políticos denominados de esquerda, via espaços acadêmicos e a realização de pesquisas sociais. Heilborn e Sorj constataam que no Brasil as feministas acadêmicas, “ao invés de construírem espaços alternativos, procuraram integrar-se à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais” (1990, p. 187).

Inicialmente com a denominação de “estudos sobre mulher” as feministas pretendiam preencher lacunas do conhecimento das ciências sociais e evidenciar as questões específicas da opressão e da subordinação impostas às mulheres brasileiras. Nos anos 80, o termo mulher, por influência de estudos desenvolvidos em países do primeiro mundo, foi considerado uma categoria descritiva e empírica e, substituído por gênero, considerado uma categoria analítica.

Para Heilborn e Sorj “em termos cognitivos essa mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino”. Como categoria de análise “também foi utilizado para criticar os pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social (...) e favoreceu a aceitação acadêmica dessa área de pesquisa”, destacam as autoras (op. Cit. p. 187 188).

Gênero faz parte de um campo discursivo em que a construção social do masculino e do feminino é a representação social do sexo biológico, uma forma de atribuir tarefas, funções e idéias distintas aos homens e às mulheres e de definir socialmente as relações entre homens e mulheres como relações de poder desiguais, ou seja, na superioridade masculina e na subalternidade da mulher.

A sua utilização decorre da constatação dos estudos feministas de viés marxista, de que a categoria classe social era demais abrangente para dar conta da especificidade da condição feminina na formação discursiva das sociedades

capitalistas. A sua adoção não exclui a categoria classe social, assim como não exclui as categorias de raça e etnia, uma vez que, por si, não é capaz de abarcar as especificidades destas.

A partir da análise da utilização mais corrente da categoria gênero no âmbito das ciências, Scott faz a seguinte crítica: “na sua utilização recente mais simplista, ‘gênero’ é sinônimo de mulheres”, (...) “tanto é substituto de mulheres como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (...) “o gênero é igualmente utilizado para designar as relações entre os sexos”. Afirma, então: “Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes”. (...) tem como núcleo essencial a relação entre duas proposições: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (1990, p. 6-7, p. 14).

2. 4 Procedimentos da análise

Com o objetivo de analisar a influência do feminismo nas condições de produção dos enunciados que compõem os discursos do Serviço Social, seus efeitos de sentido na configuração sócio-profissional dos assistentes sociais e nas posições de ruptura e ou de manutenção destes sujeitos profissionais à formação discursiva do capital, segui o seguinte roteiro:

- leitura dos textos que constituem o corpus discursivo e identificação dos enunciados que remetessem ao discurso e ao sentido do feminino;
- compreensão do funcionamento destes enunciados, como produzem sentidos, como realizam a discursividade que os constitui e como se expressam na discursividade do Serviço Social;
- identificação das condições de produção dos textos que compõem o corpus empírico com a finalidade de esclarecer as relações entre os enunciados da profissão e as formações discursivas do capital e ou do trabalho, com as mudanças ou não na posição dos assistentes sociais nos diferentes momentos discursivos da profissão.

A interpretação daí resultante e constitutiva dos capítulos que se seguem é fruto das suas condições de produção, pois, como lembra Orlandi, “o analista não

interpreta, ele trabalha nos limites da interpretação”. Segue um percurso em que descrições e interpretações não se sucedem, mas se alternam nas diferentes etapas do processo de análise (2005, p. 61).

3 A INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA DAS MULHERES PELA FORMAÇÃO DISCURSIVA DO CAPITAL E O DISCURSO DA AJUDA: IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

“Não obstante tenhamos tido um marcado protagonismo feminino na trajetória histórica da profissão e devemos a uma mulher muito especial, Mary Richmond, a profissionalização do Serviço Social, não creio que seja possível (das décadas finais do século XIX em sua transição para o século XX) estabelecer uma relação tão direta entre a profissão, classes populares, em especial com as lutas e ideais do movimento feminino” Maria Lúcia Martinelli (2005).²

Desde seu surgimento na Europa e na sua implantação nos demais países e, inclusive no Brasil, sabe-se que o Serviço Social tem uma composição majoritariamente feminina, assim como muitos estudos têm comprovado que, junto a um mandato recebido pelas classes dominantes que credenciou seus profissionais para exercerem atividades de cunho político e ideológico junto à classe trabalhadora, recebeu uma identidade sócio-profissional determinada por e de acordo com os interesses do poder dos dominantes.

Atribui-se à Mary Richmond, uma socióloga norte-americana, a primeira sistematização teórica da prática desenvolvida pelos assistentes sociais que demarcou a passagem de uma ação meramente doutrinária para uma ação técnica com embasamento teórico. Mary Richmond publicou “Social Diagnosis” em 1917 em que destaca a importância do trabalho social, sobretudo quando direcionado aos indivíduos, o que denominou “casework” definido por ela como “a arte de fazer diferentes coisas para e com diferentes pessoas mediante cooperação com essas pessoas a fim de *realizar ao mesmo tempo benefícios e melhorias tanto para a pessoa como para a sociedade*” (FRANKLIN: 1986, p. 12).

² Trecho do texto elaborado pela autora como contribuição à tese

Suas idéias foram amplamente divulgadas já que, em pleno contexto da Revolução Russa, a grande meta era defender o capitalismo das idéias comunistas e socialistas e Mary Richmond *defendia que os indivíduos eram a base da sociedade, os responsáveis pelo seu funcionamento adequado* e que o problema social era concebido como *manifestação de questões individuais que deveriam ser controladas através de um trabalho de reforma do caráter*. Para Richmond, “o elemento mais crítico do trabalho com indivíduos era o lar e a família; onde são apreendidas as primeiras lições sobre a individualidade e a sociabilidade” (FRANKLIN; 1986, p. 13).

Para se compreender o sucesso alcançado pelas idéias de Mary Richmond que no Brasil estabelecem a mudança da influência européia para a norte-americana, faz-se necessário destacar que à época, tanto as mulheres norte-americanas como as brasileiras enfrentavam barreiras contra a participação na vida pública e que somente poderiam ser bem aceitas idéias dentro da formação discursiva do capital, defendidas por mulheres que fortalecessem as idéias capitalistas dominantes, que confirmassem e reforçassem a visão ou as suas verdades “únicas” e universalizadas.

Os perigos que representava a formação discursiva do trabalho, vista pela classe capitalista como comunista, a ameaça que representava a classe trabalhadora descontente e explorada, colocavam em situação de instabilidade as relações de poder e favoreciam a criação de mecanismos de controle social. Lembrando Foucault, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (1996, p. 12-13), a classe dominante, então, usava mecanismos ideológicos veiculados por discursos para impor a sua verdade. Para o autor “é justamente no discurso que vem a se articular o poder e o saber” (1997, p. 95).

As idéias de Mary Richmond foram divulgadas e enaltecidas como o verdadeiro e único sentido da profissão, não porque tivessem se originado de um novo paradigma teórico, não porque possibilitassem uma nova conformação ao Serviço Social, não porque elas partissem de uma mente feminina, mas sim, porque sob novos enunciados, traziam o velho discurso capitalista, o fortaleciam e atribuíam-lhe maior reconhecimento. Cria-se, assim, um campo discursivo do Serviço Social em que Mary Richmond consagrou-se, segundo a Análise de Discurso, como um sujeito efeito do interpelamento ideológico, capaz de expandir e

divulgar amplamente os ideais do capital. Sob a forte influência norte-americana, o Serviço Social, recentemente trazido para o Brasil, tem em seus agentes um importante alvo do processo de assujeitamento do capital.

A implantação do Serviço Social no Brasil, na década de 30, só pode ser compreendida se vista dentro do contexto sócio-histórico daquele período, já que hoje tem-se muito claro que a profissão tinha a finalidade de oferecer respostas à questão social que ameaçava o processo de desenvolvimento da industrialização em moldes capitalistas. Também se sabe que, para ela, foram recrutadas principalmente mulheres e que elas responderam de acordo com a ideologia capitalista, a este chamamento, de forma majoritária.

Assim o Serviço Social traz a marca da *ação altruísta*, da *doação de si pelo bem do outro*, do desprendimento e da vinculação à caridade na distribuição de bens materiais e da *bondade para com os mais pobres* em conformidade com a formação ideológica e discursiva do capital. Esta marca tem uma forte vinculação aos papéis e às funções socialmente atribuídas às mulheres nas sociedades industriais capitalistas e desiguais; funções ideológicas, produzidas e reproduzidas, foram assimiladas pelo senso comum e influenciaram tanto as ações profissionais quanto as expectativas daqueles a quem se dirigiam estas ações.

Revestidas do “novo”, velhas atribuições destinadas às mulheres tornam-se “profissionalizadas” e úteis para os interesses da formação discursiva do capital, que desta forma, não despense tempo nem maiores esforços para ampliar o seu domínio numa estratégia política de expansão de sua ideologia. Reverter atribuições restritas até então ao âmbito doméstico da reprodução da mão de obra útil e dócil, foi uma medida também de economia extremamente lucrativa para o capital. As mulheres não deixariam de ter seus encargos domésticos de *cuidar e zelar* pela sua família, mas teriam também a atribuição de *cuidar e zelar* de uma classe *perigosa* para os interesses do capital. Desta forma, o capital aproveitava-se da memória discursiva, tratada em AD como interdiscurso, este “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar” para explorar duplamente as mulheres, no âmbito do trabalho doméstico e no mercado (ORLANDI: 2005, p. 31).

Para tal, o capital buscou alianças, sobretudo com a Igreja Católica, colocou às ciências a seu serviço e fortaleceu a sua matriz discursiva de forma a regular e controlar as ações das mulheres. Através dos discursos difundidos sobre e na profissão de Serviço Social, pode-se perceber como o capital buscou regular e

controlar as ações dos assistentes sociais, atribuir-lhe determinados sentidos - como os de uma ação a ser empreendida por mulheres - levando-as a assumirem a posição de sujeitos vinculados à sua formação discursiva.

A profissão tem sua origem dentro da ação social católica, portanto, considera-se como sua protoforma, *ações de cariz doutrinário*, vinculadas a obras e entidades de cunho confessionais iniciadas, nos anos 20, quando a Igreja Católica reorganiza-se com o objetivo de ampliar suas bases doutrinárias através da atuação do “apostolado leigo” e, recrutava as mulheres como seus agentes.

Conforme destaca Carvalho “O Serviço Social não só se origina do interior do Bloco Católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade civil” (1980, p. 59). Essa origem no seio do bloco católico e na ação “benévola e caridosa” vincula, tanto teórica como metodologicamente, a ação dos primeiros assistentes sociais à doutrina social da igreja. A fusão da formação discursiva do capital com a ideologia católica se traduz em “marcas profundas que ainda se fazem sentir – nos elementos centrais responsáveis não apenas por uma série de percepções, como por formas de comportamento e desempenho profissional” (CARVALHO, op.cit. p.63). Desta forma, a posição sujeito dos assistentes sociais tem forte influência e identidade com a Igreja Católica, sobretudo daqueles aspectos e valores que são consoantes com a formação discursiva do capital e atribuem determinadas funções às mulheres, mantendo-as no âmbito do “cuidar”, “ajudar” aos outros. Observa-se que “há uma relação entre o já dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscorso”, que retoma velhos discursos sobre o papel social das mulheres/profissionais (ORLANDI: 2005, p. 32).

Os assistentes sociais pioneiros eram oriundos do sistema de ensino mantido pela Igreja, *membros das obras sociais, moças ou senhoras pertencentes aos setores abastados de famílias da burguesia* caracterizando-se, portanto, como um grupo essencialmente feminino marcado por interesses de classe. A motivação para que aderissem à profissão já previa a adesão de um determinado perfil de classe e religioso além da questão do sexo, o que provinha de discursos que se faziam presentes e que, em AD, pertencem ao interdiscurso, isto é, discursos já existentes materializam a interação entre formações discursivas através de enunciados atualizados como pode ser visto a seguir.

Carvalho referindo-se às condições exigidas das pioneiras destaca *“formação moral íntegra”, “desinteresse pessoal”, “capacidade de devotamento”, “sentimento de amor ao próximo”, “ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria”*. Ao sólido preparo teórico, à inteligência e à vontade eram valorizadas *“qualidades inatas”* dentre as quais *“devotamento”, “desprendimento”, “modéstia”, “simplicidade”, “senso prático”, “calma”, “sociabilidade”, “bom humor”, “trato fácil”, “saber influenciar e convencer”,* etc., condições físicas e de saúde como *“ausência de defeitos físicos”* e origem e qualidades morais da família (1980, p. 64).

Essas exigências possibilitariam que os pobres se deixassem *“impressionar”* ao ver que aquelas com condições sociais diferentes procuravam *compreendê-los e ajudá-los* e possibilitaria que, como sujeitos interpelados pela ideologia do capital, os assistentes sociais promovessem o assujeitamento dos pobres.

Mas, as mulheres não estavam prontas para a nova profissão, deveriam ser preparadas, estudar, treinar, o que daria maior seriedade ao seu trabalho e condições de banir de suas mentes quaisquer idéias opostas aos interesses do capital, deveriam passar por um sofisticado processo de interpelação ideológica de forma que fosse garantida a sua condição de assujeitamento ao capital, de combatentes da ideologia comunista/socialista. Quatro aspectos compunham a formação profissional: o científico – sobre o homem e sua vida física, psicológica, econômica, jurídica, social e moral; o técnico – como combater os males sociais; o moral – tendo por base os princípios cristãos e o doutrinário – *“missão de tirar, através de uma ação personalizada, os decaídos de sua situação de anormalidade”* e, assim, os assistentes sociais, estariam *“imunizados das angústias e apreensões que a situação de miséria e, eventualmente a hostilidade do proletariado lhe causariam”* (CARVALHO, op. Cit. p. 65-66).

O atrelamento político e cultural do Serviço Social ao ordenamento do capital é destacado nos textos que compõem os enunciados discursivos relacionados a seguir.

Martinelli afirma que a origem do Serviço Social *“no âmago do projeto político da burguesia capitalista emergente”* se caracteriza por ser uma estratégia de *intervenção “amortecedora”* visando evitar um conflito direto com o proletariado. Considera, então, que a profissão é *“uma criação típica do capitalismo”* uma importante estratégia de controle social, *“uma ilusão de servir”* que tanto envolve

seus agentes na ilusão de servir como seus receptores na ilusão de serem servidos (2000).

Martinelli trabalha a questão da identidade profissional como categoria política e sócio-histórica, construída na trama das relações sociais e dotada de estatuto lógico e ontológico, identidade não como o “idêntico” nem como “igualdade” e menos ainda como “uniformidade”, como algo fixo, imóvel estagnado e petrificado, mas como algo que se constrói “na trama das relações sociais” no espaço social “da luta de classes e das contradições que se engendram e são por ela engendradas”. Estuda a identidade profissional do Serviço Social em suas articulações com as revoluções burguesas, com o surgimento do capitalismo e com a luta de classes e destaca que a profissão: *“capitulando diante da lógica do capital, passa a operar permanentemente com a identidade atribuída”*.

A essa identidade Martinelli assim se refere: “Num verdadeiro fetichismo, a identidade atribuída é que é fixada como identidade da profissão, abrindo amplos espaços para a produção de um percurso *alienado, alienante e alienador da prática profissional*” (op. Cit. p.18).

Também Verdés considera que a formação do Serviço Social como constituição de um corpo de agentes especializados teve, num primeiro momento, como objetivos *“conjurar as ameaças decorrentes do movimento de organização nascente da classe operária”* e tornar *“impossível qualquer questionamento direto da ordem estabelecida, estendendo a dominação a todas as esferas da vida dos dominados”* (1986. p. 45).

Rachelis lembra que a origem do Serviço Social se explicita na *“perspectiva de abolir a luta de classes e substituí-la pela colaboração e pela solidariedade”* o que torna necessário prevenir a pobreza (1988, p. 66).

Como os profissionais se submetem ao processo de interpelação ideológica do capital, se identificam com determinada posição sujeito da Formação Discursiva do capital é, conforme AD, o resultado de um processo de identificação com essa formação discursiva, identificação que tem por base o Interdiscurso, ou seja, uma série de discursos que compõem a memória discursiva e que fazem parte dos discursos veiculados em um dado contexto, de forma que, o que está sendo dito, o intradiscurso, impõe a realidade aos sujeitos.

Os assistentes sociais assimilam a discursividade do capital em parte porque, sua composição feminina tem uma identidade vinculada à subalternidade da mulher,

à sua fragilidade, à sua emotividade, componentes do interdiscurso, que ofereceram as bases femininas para o assujeitamento dos profissionais ao capital. Também por sua origem de classe, pois, pertencentes aos segmentos da burguesia, a defesa dos interesses do capital era a defesa de seus próprios interesses. O contexto sócio-histórico e ideológico brasileiro torna possível e caracteriza as condições de produção de discursos que constituem o processo de assujeitamento dos assistentes sociais, a sua identificação com a formação discursiva do capital, como pode ser visto a seguir. “É a interpelação ideológica que permite a identificação do sujeito” com a formação discursiva (BRANDÃO: 2004, p. 79).

3.1. O contexto sócio-histórico e ideológico brasileiro: condições de produção do discurso do capital sobre as mulheres

No início da década de 20, a concepção religiosa de mundo era ultrapassada pela ciência que se apresentava como a grande explicação das questões humanas e, como verdade única, prometia a solução para os males sociais.

No Brasil, o partido comunista era fundado, iniciavam-se as revoltas tenentistas, as mulheres reivindicavam o direito ao voto e havia manifestações culturais como a semana de Arte Moderna. A classe operária já sentia a grande dificuldade da sua recente inserção no processo industrial e na vida urbana e sua organização era fato esperado. Os setores dominantes reagiam a estas manifestações consideradas como atentados à moral e aos costumes e, sobretudo, como ameaças ao processo de industrialização e de dominação do capital em curso.

Os problemas vividos pelo país no período da primeira Guerra Mundial acrescidos dos decorrentes da Crise de 1929 e da ameaça comunista pela Revolução Russa geravam um clima de muita instabilidade; a falta de alimentos, os baixos salários entre outros fatores decorrentes da passagem de um sistema agrário comercial para o industrial, tais como, a nova configuração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, ofereciam de um lado, o clima de temor que assolava a classe dominante e, de outro, a motivação necessária para a organização e luta da, ainda incipiente, classe operária.

Neste contexto, as ideologias tanto eram difundidas como combatidas pelas classes no seu processo de confronto e afirmação. A observação das diferentes Formações Discursivas vigentes revela a força e a dimensão tomadas por este

embate. Os discursos resultantes deste embate servem de parâmetro para se compreender a materialização das idéias em disputa e seus reflexos na vida das mulheres e na identidade sócio-profissional do Serviço Social.

Destacam Toscano e Goldenberg que, “a criação do partido comunista (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), o Tenentismo (1922-1924) e a Coluna Prestes (1924-1927) testemunham que aqueles foram anos de muitas polêmicas e intensas discussões sobre os rumos da sociedade brasileira” (1992, p. 27).

O fluxo migratório da Europa era acompanhado de novas idéias como sindicalismo, comunismo, anarquismo e socialismo que se espalhavam pelo País e, por ameaçarem a hegemonia da formação discursiva dos setores dominantes, passaram a ser alvo de ataques destes setores que criaram mecanismos tanto repressivos como ideológicos e educativos que lhes possibilitassem manter a ordem e a paz social, garantidores de seus próprios interesses.

Vistos em sua essência, através da unicidade e confluência na Formação Ideológica desde período histórico, observa-se que a formação discursiva do capital compete e se contrapõe de forma mais incisiva no combate à formação discursiva do trabalho, representada pelo comunismo/socialismo. A aliança com a Igreja Católica foi decisiva para a manutenção da ordem capitalista e para a repressão às idéias comunistas/socialistas.

Preocupada em manter seus privilégios e seu status quo, a Igreja, através dos tempos, tem mantido uma relação de parceria com o Estado capitalista e agido como importante aliada na atenuação das tensões inerentes a este modo de produção e, de certa forma, retardado as mudanças sociais que poderiam reduzir as desigualdades sociais.

No período da implantação do Serviço Social, um dos principais focos de combate na ação da Igreja foram o socialismo/comunismo e uma de suas principais estratégias, foi a aproximação à vida cotidiana das classes empobrecidas. Articulando a prática da ação social ao discurso doutrinário, essa ação visava reduzir o conflito de classe, combater as idéias comunistas/socialistas e, desta forma, impor um discurso neutro e universal, porque religioso, mesmo que resultasse na perpetuação das desigualdades.

A publicação da Encíclica Rerum Novarum em 1891, ainda tem forte consonância com as idéias e práticas da Igreja nas primeiras décadas do Século XX, daí porque é importante destacar algumas destas idéias.

A *Rerum Novarum* incide diretamente sobre a “condição dos operários” na principal contradição das relações entre as classes, ou seja, na desigualdade. Reconhece o “enriquecimento de uns poucos e o empobrecimento da multidão”, “a situação de infortúnio e miséria”, problema que “nem é fácil de resolver, nem isento de perigos”, pois, “homens truculentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens”; defende a propriedade privada cuja inviolabilidade é o “primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo”; apregoa a necessidade da confiança e união entre patrões e operários ao recomendar ao operário que “deve fornecer integralmente e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre” e aos ricos e aos patrões que “não devem tratar o operário como escravo” e que “tenham em consideração os interesses espirituais do operário”, que velem para que “o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras”.

A Encíclica abertamente afirma que o socialismo estimula “o ódio dos ricos” e que pretende “liquidar com a propriedade privada” o que “conflitua com os direitos naturais”.

Desta forma, nas enunciações discursivas da Igreja, tanto as desigualdades sociais como os conflitos entre patrões e empregados estão subentendidos, - uma evidência de que os problemas entre patrões e empregados já sinalizavam a mais tarde reconhecida questão social, mas, eram explicitados, enunciados e justificados como decorrentes da natureza dos “talentos”, dos direitos aos frutos do trabalho.

Também no que se refere à mulher, a encíclica vincula a sua natureza ao papel que deve desempenhar como pode ser constatado quando afirma: “o que um homem válido e na força da idade pode fazer, não será eqüitativo exigí-lo de uma mulher” (...) *“trabalhos há também que não se adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina, de preferência, aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação e a prosperidade da família”*.

Em 1931, a publicação da Encíclica, *Quadragesimo Anno*, que trata da “restauração e aperfeiçoamento da ordem social”, impulsiona a organização dos cursos de Ação Social que deram origem, mais tarde, aos cursos de Serviço Social. A encíclica faz um apelo à educação cristã dos homens, às associações cristãs e aos círculos de estudos para enfrentamento de “um mundo que retrocedeu ao

paganismo”. A educação é destacada por enaltecer aos “homens doutos, eclesiásticos e seculares que se empenham no estudo da ciência social e econômica”, que enriquecem as “escolas instituídas em universidades católicas”, “dispostos a contribuir com sua perícia técnica, profissional e social”; profissionais leigos “filhos inscritos na Ação Católica que compartilham conosco, de maneira especial, o cuidado com a questão social”. Renova a conciliação entre as classes, a moralidade, a educação familiar, a harmonia, o repúdio aos conflitos e a ação evangelizadora como parte de programas específicos de ação social.

Em relação à mulher, esta encíclica apresenta como enunciados discursivos: “*é justo que toda a família, na medida de suas forças, contribua para o seu mantimento*”, mas, “é uma iniquidade abusar da idade infantil e da *fraqueza feminina*”, “*as mães de família devem trabalhar em casa ou na vizinhança, dando-se aos cuidados domésticos*”, é “um péssimo abuso, que deve a todo custo cessar, o de, as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganhar a vida fora das paredes domésticas, descuidando os cuidados e deveres próprios e, sobretudo, a educação dos filhos” o que reitera a vinculação da mulher à sua natureza.

A naturalização como forma de ocultamento das relações e contradições capitalistas, assim como a vinculação da mulher à sua natureza, sobretudo aos aspectos referentes ao seu papel na procriação/maternidade, não eram idéias exclusivas da Igreja, ou seja, faziam parte do intradiscorso do qual a ciência foi outra importante força/aliada da manutenção ideológica da ordenação do capital.

Sob a influência do pensamento científico/positivista referendado na ordem natural, o processo de interpelação/assujeitamento dos indivíduos em sujeitos-efeito fez com que suas representações e seu saber, sobre o mundo e a sociedade, deixassem de ser determinado pelo misticismo e religiosidade, e fosse, fortemente influenciado pelo pensamento científico positivista.

Desde o Século XVIII, o pensamento ocidental é marcado pelo iluminismo, movimento que prometia levar a luz e a razão a uma sociedade marcada pelas trevas da Idade Média.

O processo de racionalização surge como substituto das interpretações, das concepções e das idéias religiosas e, conseqüentemente, dos comportamentos anteriores que, a partir daí, são considerados irracionais. Como marca das sociedades “modernas” se concretiza, principalmente, como racionalidade funcional, ou seja, impõe-se como referência das condutas humanas, como verdade única e

universal e rege as funções sociais dos homens na sociedade. Na verdade, quando devidamente avaliado, resulta em ampla e irrestrita irracionalidade.

A racionalidade funcional serve a propósitos bem determinados numa sociedade de classes em que interesses opostos se conflitam e as relações de dominação se instalam. O controle social da população, através de mecanismos ideológicos e disciplinares, sob a égide da racionalidade funcional, produz, molda, formata e normatiza a vida social de forma a preservar os interesses econômicos e políticos dominantes, o que em AD significa que os indivíduos são interpelados, assujeitados e constituídos sujeitos-efeito.

As ciências, como representações desta racionalidade nas sociedades modernas, adquiriram status de verdade objetiva e de neutralidade política e ideológica, substituíram ou superaram o pensamento místico e alcançaram, assim, um poder quase irrestrito.

Seria totalmente imprudente afirmar que as ciências não têm trazido benefícios aos seres humanos - na área da saúde, da produção de bens e nas possibilidades de viver com qualidade e dignidade, seus avanços são incontestáveis-, mas em relação à igualdade entre os homens, ao meio ambiente e à criação de arsenais destrutivos, elas contabilizam muitas vidas ceifadas, ameaçadas e desqualificadas. Desta forma, mostram-se como instrumentos que tanto podem servir para o bem como para o mal.

As ciências sociais e humanas, na perspectiva da racionalidade funcional, também serviram para fins totalmente irracionais tais como a justificação das desigualdades, a padronização dos comportamentos, a desigualdade entre os sexos, a discriminação e o disciplinamento dos seres humanos, mas, ao mesmo tempo, pelas suas contradições intrínsecas, possibilitaram evidenciar, denunciar, desmistificar e fortalecer mecanismos de enfrentamento das contradições sociais. Ao justificar as desigualdades nada mais fizeram do que atribuir-lhes a condição de naturalização, ou seja, o desigual passou a ser interpretado como próprio dos diferentes atributos naturais, o que, embora não fosse novo, era apresentado sob um novo discurso, o científico.

A naturalização das condutas e dos comportamentos passou a ser objeto de ações racionais que deveriam proceder a correções e adequações, para que os indivíduos assumissem papéis e desempenhassem atividades, de acordo com o que

era esperado de cada um e de forma que, seus atributos naturais fossem melhor aproveitados.

A criação de mecanismos educativos e disciplinares visava “não unicamente ao aumento de habilidades, nem tão pouco aprofundar a sujeição dos indivíduos, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o tornasse tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente” destaca Foucault (1987, p. 119).

Talvez, a psicologia e a psicanálise sejam, dentre as ciências humanas, as que mais influenciaram comportamentos e idéias nas sociedades modernas. Marcaram a literatura, a arte, a sociologia, a antropologia, a medicina, a pedagogia de maneira a transformá-las em poderosos instrumentos de manipulação de condutas e de comportamentos, assim como, de prescrições, de enquadramento e de rotulação das relações pessoais, familiares e sociais. Como mecanismos ideológicos, favoreceram a produção de sujeitos adequados às expectativas do capital e ocultaram a exploração/dominação a que eram submetidos.

A psicanálise foi introduzida e amplamente divulgada no Século XX, pois, as suas descobertas, centradas na estrutura da personalidade individual e não na estrutura da sociedade, explicadas, ambas, como manifestações da própria natureza, favoreceram o processo hegemônico de dominação capitalista.

Num período em que a estrutura social capitalista produzia inúmeros problemas individuais e coletivos, em que as desigualdades atingiam segmentos da classe trabalhadora, e que estes segmentos iniciavam um processo amplo de organização, era “racionalmente funcional” interpretar estes fatos, como provocados por seres individuais que, por limitações pessoais, incapacidade e falta de esforço, não se adaptavam às condições sociais vigentes. A classe trabalhadora passou a ser vista como *classe perigosa*, compostas por *indivíduos perversos e patológicos* que deveriam ser vigiados e controlados.

À patologização das mentes associou-se a patologização dos corpos, dando à “funcionalidade racional”, poderosos instrumentos de dominação e de controle social. Neste particular, as mulheres foram as mais visadas.

Freud, “o pai da psicanálise”, promoveu a tão decantada revolução das mentes e dos comportamentos. Suas idéias, centradas na sexualidade e fortemente influenciadas pelo pensamento moral e religioso de sua época, reforçaram a visão e a *desvalorização da mulher*. À *natureza frágil*, atribuiu a *fragilidade da mente* e do caráter da mulher e a sua propensão para o adoecimento. A histeria, as neuroses, o

complexo de castração reforçaram a desvalorização da mulher e justificaram a necessidade de ser vigiada e controlada.

Freud foi o grande responsável pelo fortalecimento do estereótipo da passividade feminina e da virilidade ativa do homem o que, afirma Saffioti “acabou por se transformar numa verdadeira profecia auto-realizadora” (1979, p. 295).

De um lado, Freud negava, por não considerar em seus estudos, as circunstâncias sociais e, de outro, dedicou-se a estudar mulheres da burguesia que não trabalhavam e, por sua condição de classe, podiam ser frágeis, passivas e não intelectualizadas. Mulheres da classe operária, ao contrário, nada tinham de fragilidade, pois, muitas delas estavam a serviço das primeiras.

Em relação ao papel social e emocional da mulher na procriação/maternidade, Freud desenvolveu algumas idéias que também serviam aos interesses da classe dominante: criou o *complexo de castração da mulher como um problema intrínseco à natureza feminina* que repercutiria nas suas relações sociais, familiares e afetivas, ou seja, ela seria *portadora de uma inveja das condições físicas do homem que a fariam sentir-se inferior a este*; isto também afetaria a sua relação materna, pois, teria neste papel, a sua plena realização e o alvo de sua dedicação, de seu amor e a possibilidade de significar socialmente a sua existência; também colocava *barreiras ao desempenho profissional das mulheres*, de modo a impedir que competissem com os homens e se voltassem para setores ocupacionais não disputados pelos homens e menos valorizados socialmente.

Saffioti considera que “*a mística feminina*” desempenha, nestas sociedades, funções altamente integradoras –“*visa impedir, na família, mudanças que a tornem incompatível com a estrutura classista*” (1979, p. 310).

Nem todas as mulheres aceitaram enquadrar-se nas idéias vigentes, principalmente na condição de seres passivos. Na mesma época já se organizavam para reivindicar seus direitos, atribuíam novos sentidos ao seu ser e ao seu agir pessoal e social. Questionavam sua posição sujeito, sua passividade e a sua não participação na vida social extra-lar. Tinha início o que se chamou feminismo, também no Brasil.

A opressão e a subordinação das mulheres não têm sua origem no modo de produção capitalista, mas são, por ele apropriadas e reformuladas. Em AD, este fato significa que a formação discursiva do capital mantém, reproduz, aproveita a

memória discursiva adequando-a a seus fins -, a desigualdade das mulheres é um dos elementos constitutivos do interdiscurso na formação discursiva do capital.

O capitalismo não ordenou que as mulheres fossem decapitadas como ocorreu durante a Revolução francesa quando Olímpia de Gouges foi condenada à guilhotina por propor a Declaração dos Direitos da mulher; não promoveu “a caça às bruxas” como no período da inquisição – seus mecanismos são mais sutis, mais dissimulados, são ideológicos, visam ocultar a dominação de classe, substituindo-a por outras formas mais veladas de relações de poder. Para subordinar as mulheres, deu a ilusão de poder aos homens, valorizou sua força muscular, sua resistente emotividade, atribuiu-lhes o papel de chefe e provedor de sua família de forma a ocultar a sua exploração e subordinação no mercado de trabalho. Ao fazê-lo, o capitalismo deu ao homem, sem distinção de classe, os seus subordinados – a mulher e os filhos - num processo que desvia da estrutura de classes a existência das desigualdades.

A estas idéias o capitalismo buscou dar um sentido de verdade, de materialidade, através do conhecimento científico, das leis e das normas sociais que estabeleceu. Não obteve pleno êxito em ocultar as suas contradições e, as mulheres questionaram essas verdades. As idéias feministas são muito antigas e sempre estiveram vinculadas às desigualdades entre homens e mulheres nos diferentes períodos da história da humanidade.³

No Brasil desde o início dos anos 20, mulheres trabalhadoras nas fábricas têxteis de São Paulo, somadas às lutas gerais dos trabalhadores, mobilizavam-se e realizavam greves reivindicando a regulamentação do trabalho feminino. Em 1917, no Rio de Janeiro as mulheres saíram em passeata pelas ruas reivindicando o direito de votar.

³ Já na Idade Média, Christiane de Pisan escrevia, na França, “Cidade das Mulheres” onde defendia a igualdade entre homens e mulheres e a igual educação para ambos. Do fim do Século XIV e até meados do Século XVIII, período conhecido pela “caça as bruxas”, mulheres foram mortas porque seu saber de curar e de realizar partos foi substituído pela medicina emergente. A Inquisição instaurou a repressão e a desvalorização do saber feminino, negou seu poder e deu início a séculos de subordinação das mulheres.

Datam do século XVIII as primeiras lutas das mulheres, sobretudo as francesas, pela igualdade de direitos. Na Inglaterra entre os anos de 1880 e 1890, as mulheres empenharam-se em obter o direito ao voto e denunciavam a educação burguesa como causa da submissão da mulher e as norte-americanas defendiam o direito ao voto e ao divórcio.

A conquista do voto feminino em países da Europa e “os elos pessoais que as feministas brasileiras estabeleceram com as principais líderes do movimento Sufragista internacional impulsionaram a formulação de organizações oficiais dos direitos femininos no Brasil” (HAHNER, 2003, p.267).

Durante a década de 20, época de grande agitação política no País, conforme já referido anteriormente, algumas feministas procuraram integrar-se à mobilização geral, canalizando a maior parte de seus esforços para a definição e ampliação dos direitos políticos e civis das mulheres.

Hahner destaca que o grande argumento das feministas era a “*missão moralizadora*” da mulher na sociedade e que, esta missão poderia ser estendida “*do lar para a arena política*” e, que no contexto geral das reformas, “poderiam incluir a sua aspiração ao voto”. Desta forma, com outros grupos urbanos, procuravam conquistar uma parcela de participação política e, ao mesmo tempo, iniciavam o questionamento das desigualdades dos direitos entre homens e mulheres, numa época em que não gozavam de iguais direitos à educação, ao trabalho, etc. (op.cit. p. 276).

A constituição de 1891, que impedia o voto da mulher e o Código civil de 1917 que proibia a mulher de ter conta bancária e de qualquer vínculo de emprego sem a autorização do marido, eram contestados pelas feministas, mas, estrategicamente, foi o movimento sufragista, a porta de entrada para os demais questionamentos.

Conforme Hahner “ao contrário da questão social, que provocava mais atenção e alarme entre os brasileiros temerosos do anarquismo e do socialismo, a *questão feminina aparentemente representava pouco perigo para a estrutura social vigente*” (op.cit. p. 277).

As feministas brasileiras, de maneira geral, *não desafiavam abertamente a ordem política, a moral convencional e as relações familiares*, colocavam maior ênfase na *missão moralizadora da mulher, na importância da maternidade* e defendiam a importância de seu voto como forma de defender estes interesses. Hahner ainda observa que “as feministas brasileiras em geral *evitavam atacar os aspectos dogmáticos da igreja Católica Romana* que fomentava a subordinação da mulher, e a Igreja, por sua vez, também não atacava publicamente o movimento feminista” (op.cit.p.323).

Em 1927, as mulheres do Rio Grande do Norte tornaram-se as primeiras brasileiras a obter o direito ao voto, mas a Comissão de Justiça do Senado *invalidou seus votos*. Em 1932, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar.

Os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e as péssimas condições de trabalho das mulheres passaram a fazer parte das lutas de segmentos feministas que incorporaram, às reivindicações trabalhistas, a proteção para as crianças e a luta pelos direitos civis e políticos.

Várias organizações feministas foram criadas com a finalidade de fortalecer estas reivindicações tais como, União Feminina de Mulheres Universitárias, em 1929, a Cruzada Feminista Brasileira, em 1931, a Obra de Fraternidade da Mulher Brasileira, em 1934 e a União Feminina do Brasil, em 1935. Estas organizações *sofreram forte repressão, sobretudo moral*, pois naquele contexto, embora houvessem conquistado o direito de votar, para a ideologia vigente, a ação política das mulheres, a sua organização, não era bem vista.

A participação das mulheres no mercado de trabalho era bem vista pela ordenação capitalista, desde que, limitada às tarefas próprias à sua condição de mulheres, uma extensão das ações de *cuidar* dos indivíduos mais incapacitados – crianças, idosos, doentes e pobres, no âmbito da sua reprodução física e ideológica -, sob vigilância e controle das instituições representantes dos interesses do capital e que se destinassem ao controle social. Para a assistência social, como mediação dos conflitos de classe, o capital criou a profissão de Serviço Social, um chamamento direcionado e plenamente correspondido pelas mulheres pertencentes aos segmentos burgueses e vinculadas à ação social católica.

3.2 As mulheres e o Serviço Social

Do conflito entre as formações discursivas do capital e do trabalho, a profissão de Serviço Social foi se constituindo e foi perpassada por um conjunto de discursos que deram sentido a suas ações e determinaram a posição dos seus agentes, revestiu-se de uma determinada configuração sócio-histórica. Segundo demonstração a seguir, os assistentes sociais se identificaram com a formação discursiva do capital e se constituíram forma/efeito-sujeito do capitalismo, do que decorre a posição-sujeito assumida por estes profissionais e a sua prática

profissional. Como afirma Fernandes, “ao referirmos às práticas discursivas, referimos, também, às práticas sociais” (2007, p. 62).

Dentro da formação discursiva do capital, a reforma moral e a adaptação da classe operária ao modo de produção capitalista eram condições imprescindíveis para seu desenvolvimento e o *controle social*, através de *ações assistenciais*, a mediação necessária para fazer frente à questão social e transformar a classe trabalhadora em sujeitos submissos aos interesses do capital. Como parte destas estratégias, o Serviço Social recebe um mandato que consiste em *ajudar* os segmentos da classe trabalhadora e, seus agentes são submetidos a um processo de formação profissional. Em AD, um processo que visa ao seu assujeitamento, via processos de interpelação ideológica.

Abreu chama atenção de dois aspectos importantes da sistematização, pelo Serviço Social, do processo de ajuda nos marcos da racionalização em bases técnico-científica da assistência social:

...a necessidade de *eficiência na administração da ajuda material*, considerando as exigências do capital em manter baixos custos com a reprodução da força de trabalho e a *eficácia quanto à imposição de cunho educativo/ressocializador* a essa administração, induzindo o indivíduo a determinada maneira de pensar e de agir (2002, p.88).

Num contexto que prenunciava a emergência de organização e de luta dos trabalhadores para enfrentamento dos conflitos entre as classes, em que a agudização da questão social tornava difícil o seu ocultamento, até então, apresentada no discurso das Instituições responsáveis pelos programas assistenciais (Igreja e Estado), como questão moral, individual, relacionada à condição de pobreza também moral e individual dos componentes da classe trabalhadora, a criação de ações concretas e a sua realização revelam a ameaça política e ideológica que a classe trabalhadora representava para o capital.

O fato de estas ações serem promovidas tanto pela Igreja como pelo Estado expressa o reconhecimento da existência de classes e de suas desigualdades; ambos utilizam as categorias de ricos e de pobres e sobre elas recaem inúmeros adjetivos classificatórios e opostos: abastados e desfavorecidos, cultos e ignorantes, etc. que serviam para desviar da estrutura social, a causa das desigualdades.

Verdés considera que estas oposições são reduzidas e estáticas e que a elas é dada uma interpretação psicológica, ou seja,

...a classe operária, *ignorante e depravada*, não é capaz nem de assegurar a si mesma o bem estar teoricamente acessível a todos,

segundo os princípios do liberalismo, nem de assumir, por *falta de estrutura moral*, sua condição própria, pela *adesão realista à ordem estabelecida*; e nem mesmo *resistir aos agitadores que procuram desviá-la* (1986, p. 14).

Ao conceber a classe operária tão desprovida das capacidades requeridas e imprescindíveis a levar adiante o seu projeto, os setores dominantes se articularam, via assistência social destinada à ação individual e educativa, centrada nos problemas pessoais e familiares do setor operário. Os efeitos da miséria e a carência moral eram tomados como causa, desta forma, deveriam ser tratados através de mecanismos educacionais, terapêuticos e disciplinares bastante eficazes no sentido de amenizar os conflitos e ocultar as contradições de classe.

Para a Igreja, esta ação educativa e terapêutica deveria recuperar o operariado e livrá-lo das más lideranças através do comunitarismo cristão e do combate ao comunismo e ao paganismo. Embora a Igreja, na época, reconhecesse a existência de conflitos entre o capital e o trabalho - questão denominada por Ela “questão social” tanto na encíclica de 1891 como na encíclica de 1931⁴ -, ao atribuir-lhe suas causas às questões de ordem moral, não só não questionava a ordem capitalista na sua essência (propriedade privada, exploração do trabalho e lucro), como a ela se aliava.

O discurso da Igreja revelava uma clara posição diante das desigualdades de classe e da necessária divisão social do trabalho, definia o que deveria ser atribuído e o que era destinado e esperado dos ricos e dos pobres assim como das mulheres, de acordo com a classe a que pertenciam e, então, a elas, estabeleceram-se funções específicas na distribuição social do trabalho. As mulheres pobres deveriam auxiliar no sustento da sua família desde que isto fosse necessário, mas, deveriam ater-se àquelas atividades que lhes eram pré-destinadas; já as mulheres da classe abastada, deveriam se dedicar às atividades de ajuda, de caridade e de atendimento aos desfavorecidos – para as quais Ela as convocou. Desta forma, mulheres das classes pobres trabalhavam nas casas das famílias ricas e as mulheres destas dedicavam-se, e poderiam ter disponibilidade de tempo, para o trabalho assistencial. O trabalho doméstico, uma necessidade para as mulheres pobres, colocava-as no

⁴ A encíclica *Rerum Novarum* está dividida em quatro grandes temas que tratam da condição operária; o primeiro tem como título “A Questão Social e o Socialismo”, o segundo intitula-se “A Questão Social e a Igreja”, o terceiro “A Questão Social e o Estado” e o quarto “A Questão Social e a ação Conjunta de patrões e operários”. A encíclica “*Quadragesimo Anno*” destaca a “Autoridade da Igreja na Questão Social” (item II do documento) e faz um chamamento à formação de “soldados auxiliares da Igreja, “soldados de cristo” que deveriam propagar a doutrina católica.

cerne da contradição de classes, o que evidenciava a materialidade da desigualdade social e poderia acirrar os conflitos. O trabalho assistencialista servia para ocultar essas contradições, uma ajuda altruísta e meritória das mulheres da classe dominante. Para a Igreja, era uma das perspectivas da consagração da harmonização das relações entre operários e patrões.

O positivismo como marco teórico que fundamenta a racionalidade instrumental mostra-se como o mais adequado aos interesses do capital e dos setores dominantes que, tanto procuram difundi-lo como dele se utilizam para planejar e justificar suas ações; fazem dele o seu regime de verdade. Atender aos pobres e ao mesmo tempo ter controle sobre eles assume, para os detentores do capital, um caráter pragmático e racional. A liberdade, a igualdade e a fraternidade são enunciadas e difundidas conforme o sentido e os interesses dominantes: *a mão de obra livre representa a liberdade, as ações assistenciais a forma de promover a igualdade e a ação desprendida de seus promotores, a fraternidade*. A Paz Social, a Harmonia entre todos representariam o bem último a ser alcançado na sociedade moderna. Às ciências, caberiam as explicações terrenas e a criação de técnicas capazes de garanti-la.

Se as ameaças à estabilidade da dominação capitalista advinham da classe trabalhadora, da sua capacidade de ser influenciada por más idéias e da sua precariedade moral, caberia às ciências debruçarem-se sobre estas questões para compreendê-las e administrá-las. Isso pressupunha que as ciências se aproximassem da vida cotidiana da população, que seus agentes a observassem que lhes extraíssem opiniões e dados, que analisassem suas condutas, suas motivações, seus corpos, enfim, que cada espaço de suas vidas fosse devidamente vasculhado e que fossem criados eficientes mecanismos ideológicos de interpelação/assujeitamento de seus integrantes.

A assistência social era a melhor estratégia para promover essa aproximação e promover a interpelação ideológica necessária à contenção dos conflitos entre as classes. Revestida do caráter benevolente, o discurso da “ajuda” enunciava a compreensão das necessidades vivenciadas pela classe operária e ocultava a intenção de diminuir os custos sociais de sua reprodução e de controlar os seus possíveis “descontroles”. A assistência social foi, então, para a classe dominante, um mecanismo de legitimação, na medida em que possibilitou a satisfação de algumas necessidades materiais aos setores explorados no mercado e que

materializava o enunciado interesse e o poder dos dominantes em atender a essas demandas, além de ocultar as contradições sociais.

Para Alayõn, “o essencial, *mais que aquela ajuda*, era a assistência espiritual, *as lições morais*, os intermináveis conselhos, *as propostas de esperança e resignação*” (1995, p. 16).

A infiltração dominante na vida e no cotidiano da classe operária revelou-se viável pela aproximação à família operária, em especial à mulher para quem a ciência positivista racional somada à Ideologia religiosa já tinham identificado e, devidamente ampliado, o estereótipo da fragilidade, do perigo, da responsabilidade de cuidar dos demais membros e de mantê-los afastados das idéias comunistas e socialistas.

As feministas brasileiras, embora tivessem nas idéias tanto dos socialistas utópicos como dos marxistas⁵ uma importante referência para suas lutas, permaneciam como representantes da família e dos interesses da criança ou, até mesmo, estrategicamente, optavam por fundamentar suas lutas na defesa pela ampliação dos direitos civis e políticos. Assim, na prática, somavam-se aos interesses dos setores dominantes e não traziam para o debate público questões que revelavam a desigualdade e a opressão vivida pelas mulheres. Elas revelavam-se efeitos-sujeito da interpelação ideológica de que eram alvo.

Estavam lançadas as bases ideológicas para a incorporação das mulheres aos programas de ação social da Igreja e da assistência social estatal.

Para Saffioti, a Igreja transformara a mulher “num baluarte de resistência à mudança sociocultural, retardando o processo de consecução de um estágio superior de organização social” (1979, p. 100).

Por sua vez a ciência a transformara num ser frágil, dócil e subalterno, criando, como afirma Hubbard, “todo um leque de práticas discriminatórias justificado pelo argumento de que se devem aos limites que a biologia coloca” (1993, p. 25).

⁵ Como exemplo dos primeiros podem-se relacionar algumas das idéias de Charles Fourier que, no início do século XIX, afirmava que a emancipação das mulheres era o termômetro da evolução da humanidade e de John Stuart Mill, que argumentava que as diferenças de raça e de sexo eram obstáculos ao progresso da humanidade. Dos segundos, as idéias de Karl Marx, nos Manuscritos quando afirmava que a relação imediata, natural, necessária, do homem ao homem é também a relação do homem à mulher e, quando, com Engels, no Manifesto Comunista, defende que os comunistas não têm necessidade de introduzir a comunidade de mulheres, pois, ela sempre existiu; também dos segundos, Auguste Bebel, afirmava ter sido a mulher o primeiro ser humano a ser submetido à escravidão e Lênin defendia ser necessário que a mulher operária conquistasse a igualdade não só da lei, mas de fato, com o operário.

Rotular as mulheres como reprodutoras naturais da espécie e, em oposição, os homens como produtores de bens, não foi uma forma de isentar as mulheres da produção de bens e serviços, mas sim, de destiná-las a determinadas atividades e de alijá-las de outras, em conformidade com os interesses políticos e econômicos em jogo.

O biológico, o sexo, o patológico e a moral são componentes de discursos que se interligam e se vinculam aos interesses políticos e econômicos de uma estrutura social de classes que se impõe e que racionalmente deve funcionar. A divisão social do trabalho, com base nos conhecimentos científicos, agrega o sexo como um fator significativo desta divisão. No entanto, como estes interesses não são estáticos, há períodos em que a presença da mulher é especialmente requisitada em tarefas extra-lar e em outros, sua presença neste espaço é amplamente difundida.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho e as atividades por elas buscadas neste mercado, revestem-se de uma série de contingências culturais, psicológicas e sociais que, fruto do seu assujeitamento à formação discursiva do capital, restringe-lhes essa inserção. A personalidade feminina, moldada e produzida pelos discursos da Igreja e da ciência, ajusta-se às funções decorrentes das características da mulher, produzidas pela formação discursiva do capital: numa extensão e continuidade da maternidade, cuidar, servir e ajudar os outros sem interesses e ambições políticas, econômicas, de prestígio e de poder, condiciona as suas escolhas profissionais.

Numa sociedade em que os discursos manifestam a ideologia de que o trabalho feminino deve representar um modo “aceitável” de mulheres *enfrentarem os desafios e as necessidades econômicas de suas famílias*; de ampliar o acesso de seus filhos à educação; de apoiar seus maridos – com caráter complementar e, em menor escala, como realização pessoal e aquisição de status social, as mulheres tendem a optar por carreiras profissionais que oferecem essas possibilidades.

Para possibilitar o trabalho das mulheres pobres no mercado, nas fases de expansão do capital, são criados equipamentos sociais como creches, berçários e escolas maternas, não em número suficiente para atender às recomendações de socialização veiculadas pelas idéias que acompanham esta criação, mas, o suficiente para atender numericamente aos filhos daquelas mães necessárias a suprir a demanda do mercado. As profissões demandadas, para os quadros

profissionais que constituem esse tipo de instituição, são principalmente as “femininas”.

Em períodos de retração do capital ou em que o desenvolvimento de tecnologias torna possível os ganhos de produtividade, discursos veiculam a importância da permanência da mulher no âmbito doméstico e de seus cuidados para o bom desenvolvimento dos filhos. A relação da mulher com o mercado de trabalho e dentro da divisão social e sexual do trabalho é sempre instável, sazonal e periférica. A inserção e a dispensa desta mão de obra, em períodos alternados, é um importante mecanismo regulador dos níveis de desemprego, dentro da racionalidade funcional.

Também, em períodos em que o controle social e político e a dominação estão mais vulneráveis à ação organizada e ao fortalecimento da classe trabalhadora, o trabalho feminino é importante fator de fragilização destas organizações por acalmar os sujeitos e suas ações “perigosas”.

A segregação estrutural não opera apenas como elemento que fixa a posição dos indivíduos segundo critérios estabelecidos, mas ainda fornece as justificativas para as diferenças de valor de uns e de outros, de forma a garantir o funcionamento “harmonioso” da vida social, legitimados por discursos que se modificam em razão das diferentes fases de acumulação capitalista.

Saffioti chama a atenção para o fato de que,

...qualquer que seja o tipo de sua estrutura, todo o sistema social submete seus membros a um tipo especial de aprendizagem, chamado processo de socialização, através do qual os indivíduos introjetam padrões culturais vigentes e adquirem a habilidade necessária ao desempenho satisfatório dos papéis que a sociedade lhes atribui (1979, p. 304).

À época da implantação do Serviço Social no Brasil, pode-se considerar que o tipo ideal de personalidade feminina, na ótica da formação discursiva do capital, era enunciada através de discursos que incluíam acentuada orientação para valores similares aos que envolvem a vida familiar e a maternidade, possibilitavam, também, a inserção das mulheres no mercado, em postos que requeriam as características que a sua socialização lhes reservara.

Manter a ordem estabelecida, defender a família, cuidar física e moralmente dos imaturos, dedicarem-se a trabalhos de cunho comunitário e à reprodução dessa ideologia, eram, e de certo modo ainda são, parte do processo de socialização/ interpelação ideológica das mulheres. O trabalho remunerado, a realização

profissional e a aquisição de status social não fazem parte do “ideal” de mulher, produzido pela formação discursiva das sociedades competitivas. Estas são nada mais do que possibilidades que lhes são “dadas”, em casos de necessidade econômica de sua família e, ou, no desempenho de funções que requerem as características de sua socialização e que faziam parte do que podia e deveria ser dito, dentro da formação discursiva do capital, caracterizando uma determinada forma sujeito/mulher.

A exaltação da mulher esposa e mãe dedicada e o aproveitamento de sua pretensa vocação para atividades que envolvem a ajuda, o cuidado e o servir ao próximo são, em última instância, o esforço da sociedade para conservar e preservar a ordem dominante, a reprodução e a manutenção de sua força de trabalho.

Ao apartar o sistema familiar do sistema ocupacional, opor a esfera pública e a privada e nestas alocar os indivíduos conforme seu sexo e, ao mesmo tempo, valorizá-los desigualmente, as sociedades racionalmente disfarçam ou intentam ocultar as suas contradições. Assim, garante-se a manutenção da ordem, a competitividade e as tensões são afastadas, dissimuladamente, do âmbito das relações de classe.

A junção e a interligação dos diferentes discursos, em AD o intradiscorso que fornece e impõe a “realidade” aos sujeitos, apresentados e analisados possibilitam, então, que sejam feitas as vinculações com a profissão do Serviço Social, no período que compreende o seu surgimento no Brasil.

A subalternidade feminina, a sua fragilidade e a sua socialização, elementos produzidos e integrados à Formação Ideológica do período, fazem parte da Formação Discursiva do Capital sob forte aliança da Igreja, das Ciências e dos primeiros passos do feminismo no País, veiculados pelos respectivos discursos e, desta forma, assimilados, integram a representação dos segmentos sociais dos quais se originaram as pioneiras do Serviço Social. Imbuídas da missão de *educar, salvar e ajudar* a classe trabalhadora, mantendo-a afastada das más influências, as mulheres/assistentes sociais aliam-se/assujeitam-se ao capital.

Na opinião de Carvalho “A ação educativa, de levantamento moral do proletariado, a que se propõe o Serviço Social em seu início, aparece claramente como uma ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes” (1980, p. 68).

Armán aponta para três distintas fases que, desde uma perspectiva histórica, identificam a inserção das mulheres nas diferentes profissões: uma primeira se caracterizaria pela adaptação a um modelo com todas as contradições e custos que possam daí decorrer, a mulher busca demonstrar ser um bom profissional, apesar de ser mulher; uma segunda, quando a partir de uma tomada de consciência sobre a própria condição, centra suas investigações na recuperação da mulher como objeto de estudo, e uma terceira, em que a mulher é recuperada como sujeito que conhece (2003, p. 154).

A análise até aqui empreendida possibilita situar o trabalho feminino e o trabalho dos pioneiros do Serviço Social plenamente sintonizado com o sentido atribuído às mulheres pela formação discursiva do capital, ou seja, situado, no esquema referido por Armán, na fase de adaptação. Daí por que, como afirmam Martinelli (2000), Carvalho (1980) e Verdés (1986), passam a operar com a identidade que lhes foi atribuída, assumem a visão da ideologia dominante, imprimem em suas práticas, os valores do “prazer de servir”, da “ajuda” para manutenção da ordem “natural” e desenvolvem uma ação profissional alienada e alienadora. O sentido do feminino para as assistentes sociais pioneiras era o atribuído às mulheres pela formação discursiva do capital, tendo a missão de cuidar, ajudar e assistir aos incapacitados de forma a que, também estes se assujeitassem aos interesses do poder de dominação. O sentido “não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico” como lembra Orlandi, (2005, p. 42).

No embate entre a formação discursiva do capital e a formação discursiva do trabalho, observa-se a identificação/assujeitamento dos assistentes sociais à primeira. Como mulheres oriundas dos segmentos da burguesia e vinculadas à Igreja Católica, não possuíam a consciência política que lhes permitisse perceberem-se como efeitos-sujeito, como submissas ao processo de interpelação ideológica do capital. Assumiam a forma sujeito histórica que corresponde à da sociedade naquela época, ou seja, à que representa bem a contradição de um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. “Essa é a base do que chamamos assujeitamento”, afirma Orlandi (2005, p. 50).

Desta forma assumiam na luta de classes, a posição de representantes do capital, sem a consciência de que sua condição feminina lhes vinculava à

reprodução e manutenção da subalternidade, da exploração e da dominação de que eram vítimas.

4 MULHERES AJUSTADAS, MULHERES ASSUJEITADAS: O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

“O fortalecimento do poder das mulheres faz parte da mudança das relações sociais, pois as relações de opressão de gênero são estruturadas e estruturantes da sociedade” Vicente de Paula Faleiros (2005).⁶

O acirramento das contradições sociais pelo avanço do capitalismo no Brasil provoca novas tensões nas relações entre as classes. Parcelas dos sujeitos sociais pertencentes à classe trabalhadora assumem nova posição na formação discursiva do capital e questionam importantes aspectos que lhe dão suporte ideológico. Nestes questionamentos, observa-se uma maior participação dos segmentos femininos, sobretudo os que representam as classes trabalhadoras e populares. O clima político era propício à maior adesão destes segmentos, à formação discursiva do trabalho e a reação do capitalismo, em defesa de seus interesses, resultava em mudanças nos processos discursivos, sem, no entanto, promover mudança nos seus mecanismos de exploração e dominação.

Na verdade, permanecem as intenções de salvaguardar os interesses do capital, de manter a sua estrutura, as relações de classe e de ocultar as suas contradições, há apenas uma mudança dos enunciados discursivos. Estas mudanças, no que diz respeito às mulheres, revelam que seu poder político é temido e que sua participação social não pode mais ser contida. Outros mecanismos de interpelação ideológica das mulheres são acionados – mais sinalizam reforma dos já existentes do que novidades - e repercutem tanto na vida das mulheres da classe operária como na ação profissional dos assistentes sociais. O desenvolvimento do processo de industrialização requeria um enfrentamento acirrado das forças contrárias que já se fortaleciam no período compreendido entre os anos 50 e 60.

⁶ Trecho do texto elaborado pelo autor como contribuição à tese

4.1 O Brasil e o contexto sócio-histórico e ideológico do capitalismo mundial: condições de produção e reformulações enunciativas na formação discursiva do capital

A mera ação de ajudar não se mostrava mais capaz de assegurar a manutenção da ordem capitalista, diante das alterações ocorridas no contexto sócio-histórico mundial e brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 50.

A questão social se impunha como uma questão a ser respondida política e tecnicamente. No início dos anos de 1960, o Brasil alcançara um elevado nível de industrialização, mas grande número de brasileiros não tinha acesso aos bens, então produzidos no País. O capital ampliava-se na mesma intensidade em que se ampliava a pobreza e os problemas a ela vinculados. Como afirma Martinelli:

Envolvido no movimento expansionista do capitalismo e de sua consolidação em escala mundial, o país tinha as suas atenções muito mais concentradas nas questões econômicas e de política externa do que nas questões sociais propriamente ditas, que, entretanto, já não podiam ser contidas em seus próprios limites, desdobrando-se para além deles em manifestações que envolviam os mais diferentes segmentos da classe trabalhadora (2000, p. 141).

As forças democráticas vinculadas às classes subalternas mobilizavam-se e as reformas de base eram reivindicadas. Estudantes e intelectuais debatiam e se mobilizavam contra o imperialismo e a favor da reforma agrária; a classe operária fazia reivindicações econômicas; donas de casa lutavam contra a carestia e reivindicavam serviços urbanos; moradores das periferias mobilizavam-se contra as expulsões e a especulação imobiliária. Gestava-se uma consciência nacional popular que unia trabalhadores, intelectuais, parcelas da Igreja Católica e as forças organizadas ganhavam as ruas. A ideologia capitalista era ameaçada e avançava a adesão à ideologia do comunismo, acirrava-se o confronto entre as formações discursivas do capital e do trabalho.

O Estado e a Igreja reorganizaram-se em função de responder às demandas da classe trabalhadora sob novas bases, tinham como importante aliada a classe empresarial.

O crescimento numérico da classe trabalhadora e a sua alocação no cenário urbano geraram novos problemas e a necessidade de criar respostas que, ao mesmo tempo, atenuassem os conflitos e garantissem a sua reprodução. *Integrar, ajustar, qualificar e disciplinar* essa massa humana tornava-se condição para

garantir a ordem e o desenvolvimento do capital, no campo discursivo revelavam a pretensão do capital de defender a classe trabalhadora da ameaça comunista. Para tal, novos mecanismos de ajustamento e controle social foram criados. Dentre estes a classe empresarial cria instituições como Sesi, Senac, Sesc, entre outras – que prestam serviços assistenciais ao trabalhador e sua família, na forma de salário indireto – e, o Estado assume um papel mais direto no mercado de trabalho, nas relações entre patrões e empregados – através das leis sociais, do Ministério do Trabalho, da criação dos sindicatos.

A aliança da Igreja com o capitalismo e a sua vinculação com a formação discursiva do capital trouxe-lhe conseqüências não desejadas. De um lado, a Igreja afastara-se do povo, sobretudo da classe trabalhadora cujo empobrecimento a aproximava de outras religiões e, de outro, não poderia dispensar essa proximidade já que do povo dependia sua maior influência e poder.

Para Sader, a reorientação da Igreja no Brasil é a tomada de consciência de “sua perda de influência entre a população mais pobre, sobretudo a partir dos anos 50, frente ao crescimento do pentecostalismo e do umbandismo e, mesmo do simples afastamento das práticas religiosas” (1988, p. 150). Enquanto sua hierarquia permanecia fiel à ordem, grupos leigos se vinculavam aos movimentos populares e denunciavam as injustiças das estruturas vigentes. Dividida internamente, buscava a aproximação com o povo, através da ala que foi denominada progressista que se vinculava à teologia da libertação e à formação discursiva do trabalho, assumindo uma posição de identificação e comprometimento com as classes populares. Desta aproximação resultaram muitos grupos e associações de caráter popular em que a participação das mulheres era majoritária. As idéias feministas ganhavam, nestes grupos, uma importante fonte de divulgação.

Após a conquista do voto, o movimento feminino no Brasil concentrou-se nas questões do trabalho e de proteção das crianças e da maternidade. Em 1945 surge no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia e a Associação de Donas de Casa contra a Carestia e em 1947 foi criada a Federação das Mulheres do Brasil com propósito de impulsionar ações e debates relativos à proteção e aos direitos das mulheres e das crianças.

O pós-guerra, a Guerra Fria, os conflitos na Coréia e no Vietnã, as teorias terceiro-mundistas e as revoluções chinesa e cubana, entre outros fatos, criaram o clima de insatisfação e crise que afetava, tanto as relações interpessoais como as

relações políticas em geral. É neste clima que se inscreve a questão do feminismo, também o brasileiro.

As mulheres foram ampliando suas organizações e suas lutas, visando sensibilizar grandes massas para suas causas: posicionaram-se contra o envio de jovens brasileiros para a Guerra da Coréia, a favor das greves, em defesa do petróleo e de nossas riquezas, pela Paz. Mesmo após a suspensão de suas organizações pelo presidente Juscelino Kubitschek, as mulheres fundaram, em 1960, a Liga Feminina no Estado da Guanabara.

Na opinião de Teles, “as lutas desenvolvidas pelas mulheres nesse período passavam por problemas concretos” da sua situação de vida familiar e de trabalho, tais como infra-estrutura urbana, ensino, creches, salário, sindicalização, leis sociais e trabalhistas, etc. Lutas que se identificavam com a formação discursiva do trabalho e que focavam o discurso nos direitos sociais e nas “questões relativas à libertação da mulher, como autonomia, controle da fertilidade, aborto, sexualidade, não eram sequer mencionadas” (1993, p. 50-51).

Embora já houvesse, na França, em 1949, sido publicado o Segundo Sexo de Simone Beauvoir, as mulheres brasileiras ainda não incorporavam em suas lutas as questões culturais da desigualdade reveladas por esta autora, para quem, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Envolviam-se com questões concretas de sua vida cotidiana e questionavam a desigualdade de classe materializada nestas condições. Para o capitalismo estes questionamentos eram mais ameaçadores do que os das questões específicas da condição de gênero, pois, tornavam mais evidentes as contradições de classe que deveriam ser ocultadas e revelavam o poder político das mulheres.

No Brasil, a formação discursiva do capital buscou fortalecer a visão da mulher vinculada à família através das ideologias funcionalistas, para as quais a família além de célula da sociedade, é uma unidade econômica e de transmissão da cultura (reprodutora da ideologia) que devia ser vigiada e controlada.

Na formação discursiva do capital, no período em análise, observa-se uma intensificação de processos operacionais e discursivos que visam vincular a participação política das mulheres e no mercado de trabalho à sua condição de cuidadoras dos interesses da família. Ao vincular “práticas discursivas às práticas sociais” o capital engendra formas de cooptar as reivindicações e de fortalecer o

processo de interpelação ideológica das mulheres em benefício próprio (FERNANDES: 2007,p.62).

O capitalismo internacional estabelece uma série de programas/estratégias de ataque às idéias contrárias a seus interesses. De início, são programas voltados para a “educação” das classes trabalhadoras dos países pobres, ações de cunho ideológico que passam a ser implantadas sobre a alcunha da *ajuda humanitária e despretensiosa*.

Sob a coordenação de órgãos internacionais, o desenvolvimento destes programas se faz acompanhar de discursos que, sem revelar sua verdadeira função, reatualizavam a ideologia da *ajuda* para que os países pobres conquistassem o seu “desenvolvimento”, num processo de ocultamento da intenção de afastá-los da influência comunista, permanecer explorando-os e dominando-os, na realidade, *ajustá-los* ao capitalismo internacional. A cientificidade e o tecnicismo marcavam estes discursos que, de um lado, se utilizavam da memória discursiva humanista e natural e, de outro, incluíam os anseios das classes populares de participação e distribuição de renda, remetendo-os para um futuro desenvolvimento. As ciências têm, neste período, uma grande valorização pelo capital.

Desde a Segunda Guerra, a ciência passara por um período de grandes avanços – as tecnologias desenvolvidas para o aperfeiçoamento do material bélico possibilitavam a fabricação de objetos com derivados do petróleo que os tornavam mais leves e mais bonitos. A aviação, os transportes em geral e a comunicação haviam avançado e tudo se tornava mais ágil e mais rápido. Em 1957 foi lançado o primeiro satélite artificial e, em 1959, conhecemos o outro lado da lua. Mas, a vida também se tornava mais ameaçada e a Paz rareava, pesava sobre a humanidade o perigo de uma destruição nuclear, uma estratégia do capital para aterrorizar e dominar.

Os avanços permitiam intensificar o ritmo da produção e, também da exploração da força de trabalho humana, com novas tecnologias de produção em massa, mas, a formação discursiva do trabalho/comunista era uma ameaça, logo, deveria ser combatida com mais eficiência.

O poder bélico acumulado durante os anos de guerra colocara os Estados Unidos, ao término da II Grande Guerra, na condição de se auto-intitular a “grande potência mundial”, o que inaugura um período bastante triste da história ocidental. Sua política externa de financiamento aos países latino-americanos visava expandir

sua hegemonia e a sua dominação imperialista *subjugar* estes países aos seus mais cruéis desígnios. Para o capitalismo, não havia apenas classes perigosas, havia *nações perigosas*, estas deveriam ser controladas e vigiadas.

A revolução cubana fez aumentar o caráter intervencionista norte-americano na América Latina, já que a pobreza e a miséria destes povos predispunham-lhes a imitar Cuba. Centrados em uma política de “ajuda” técnica e econômica difundiram, no continente, as idéias desenvolvimentistas – desenvolvimento decorre do crescimento econômico; subdesenvolvimento é uma fase pela qual tinham passado os países desenvolvidos.

Durante os anos de 1940 até 1950, o Brasil apresentava taxas de crescimento positivas e avançava em seu processo de industrialização. A eleição de Juscelino Kubitschek se deu sobre a égide da expansão econômica, da ideologia desenvolvimentista e da abertura para o capital internacional, apontados como via de crescimento econômico e condição para superar o subdesenvolvimento.

Referem-se Carvalho e Yamamoto que “o problema a atacar seria, nesse sentido, o atraso, do qual decorre a posição secundária ou marginal ocupada pelo Brasil, dentro do sistema capitalista; e a superação do atraso – a expansão econômica – se integra à expansão do próprio sistema capitalista global” (1982, p. 347).

Na perspectiva desenvolvimentista, a soberania do país dependia do desenvolvimento econômico, este da industrialização e esta do capital internacional e, os frutos do progresso econômico, seriam desfrutados por todos, ou seja, daí decorreria o fim do pauperismo (considerado ameaça e entrave ao desenvolvimento). Desenvolver-se era superar a pobreza, sendo a ignorância a causa da pobreza.

A ideologia desenvolvimentista e as questões vinculadas ao desenvolvimento tiveram ampla divulgação no país, assim como na América Latina em geral, desde a criação da ONU, em 1945, que passa a oferecer assistência técnica e financeira para os países subdesenvolvidos, como forma de viabilizar os programas de Desenvolvimento de Comunidade. A política norte-americana para a América Latina teve como estratégia a criação da OEA (Organização dos Estados Americanos), da União Panamericana, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e da Aliança para o Progresso. Faziam parte das intenções discursivas destes organismos, a promoção da solidariedade dos países ricos para com os pobres, uma

distribuição mais justa da riqueza e o incentivo a um maior compromisso dos Estados e a colaboração das comunidades com seus governos.

No Brasil, um dos programas que teve maior incidência na vida das mulheres da classe operária e na profissão do Serviço Social foi o denominado Desenvolvimento de Comunidade.

Conforme Ammann

Institucionalizado pela ONU após a II Guerra Mundial, o Desenvolvimento de Comunidades é postulado num momento histórico em que as grandes potências – lideradas pelos Estados Unidos e Rússia – deflagram a chamada Guerra Fria pela conquista do primado político, econômico e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado (1982, p. 29).

Criados pela ONU, vários organismos assumem a questão do desenvolvimento a nível internacional e elaboram planos e programas em conformidade com a formação discursiva do capital a serem implantados nos diferentes países. Dentre as proposições destes organismos constavam oferecer assistência técnica aos profissionais de várias áreas para prepará-los no sentido de incentivar a participação das populações em cursos, formação de grupos e capacitação para iniciativa própria e auto-ajuda. Os programas tinham caráter educativo-repressivo, visavam inculcar a docilidade e o conformismo e frear/combater o avanço das idéias comunistas. No discurso de participação da população, ocultavam a intenção de que esta se restringiria à participação na execução dos programas, mas, difundiam a positividade da participação, tal como ansiavam e reivindicavam os setores organizados dos trabalhadores e populares. Faziam parte dos profissionais recrutados, assistentes sociais, antropólogos, economistas, agrônomos, etc.

Programas desenvolvidos pela União Panamericana e pela ONU, capacitavam esses técnicos para o trabalho com comunidades e difundiam as idéias desenvolvimentistas. O desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico que, por sua vez dependia da organização e do esforço da população e de sua atuação capacitada na própria comunidade; supunha uma *transformação na mente dos povos subdesenvolvidos*, que deveriam ser *estimulados* para que criassem riquezas, se *ajustassem e se adaptassem* às mudanças e aderissem aos planos técnicos destes programas. A capacitação dos técnicos revestia-se de um discurso de profissionalidade, na verdade, um processo de interpelação/formatação/enquadramento ideológico destes ao capital.

Aguiar diz que “é dentro do governo de JK que o Serviço Social assume no Brasil a postura desenvolvimentista”, mas, ainda dentro de uma visão religiosa e moral de homem e de sociedade, seus agentes não percebem as contradições sociais (1982, p. 86). Identificados com a formação discursiva do capital, os assistentes sociais assumiam o discurso e a posição de sujeitos-efeito desta formação, “discurso e prática” apresentavam-se em sintonia (FERNANDES: 2007, p. 62).

Os trabalhos e as publicações dos assistentes sociais eram influenciados pela sociologia norte-americana, dentro da concepção positivista comteana e do estrutural-funcionalismo de Parsons e Merton, que dão continuidade às teorias de Durkheim.

Nesta concepção, a estrutura social é concebida “como um conjunto de atores que desempenham certos papéis e têm certos status, que conjugam para o funcionamento do todo”, afirma Faleiros, ou seja, para o funcionamento harmônico de um sistema social que é bom - e ao qual e no qual, cada um, deve adaptar-se, ajustar-se e desempenhar adequadamente o papel que lhe é atribuído (1981, p. 23).

O funcionalismo embora não explicita, não nega os conflitos sociais, ele os admite e inclusive vê neles certa funcionalidade, já que revelam os aspectos que devem ser submetidos ao reajuste, preocupa-se com o nível macro (funcionamento da estrutura social que tende ao seu equilíbrio e manutenção) e com o micro da vida social (problemas, papéis, integração e relações que estão implicados no funcionamento dos indivíduos, dentro do sistema social); tem no conceito de função, a sua maior contribuição. Função, conceito extraído da biologia quando aplicado à área social ou cultural significa descobrir, localizar um aspecto e compará-lo com o todo no sentido de sua contribuição para a manutenção deste todo.

Dentro desta concepção, a família tem, além das funções tradicionais de socialização e cuidado, a função de transmitir a cultura, o que em AD significa que tem um papel ativo na interpelação dos sujeitos dentro de uma determinada formação discursiva e, como tal, passa a ser objeto de estudos, análises, planejamentos e programas, ou seja, sobre ela passam a ser utilizados e aperfeiçoados, mecanismos de vigilância e controle social – equipes técnicas especializadas devem prescrever suas ações e monitorá-la enquanto grupo. Daí decorre a centralidade que adquirem as mulheres dentro destes mecanismos e o

impacto que tiveram na elaboração e na implementação de políticas públicas e sociais de orientação desenvolvimentista, destinadas à problemática comunitária.

Ammann chama atenção que “na qualidade de instituição de controle e de manutenção da ordem a família é apresentada como símbolo da hierarquia, da obediência e da autoridade que devem reger a sociedade” e que, “como no positivismo, a mulher desempenha o papel de guardiã da moral, e representa o símbolo da veneração enquanto mãe, devoção enquanto esposa e benevolência, enquanto filha” (1982, p. 41).

Para a ciência dominante, os problemas humanos permaneciam sendo atribuídos ao próprio indivíduo, desvinculados da estrutura social. A realidade era vista como composta de partes distintas que deviam funcionar, harmonicamente, no sentido de manter o necessário equilíbrio. Qualquer quebra desta harmonia era vista como desajuste que deveria, isoladamente, ser corrigido. Para os assistentes sociais, o Serviço Social de Casos e o Serviço Social de Grupos seriam formas de intervir nas partes (indivíduos e relações interpessoais) o que proporcionaria o adequado desenvolvimento das comunidades.

A participação na execução dos programas de desenvolvimento de comunidades, a socialização, a educação, a busca do consenso, da integração e da harmonização, parte da ideologia positivista/funcionalista, compunham o ideário desenvolvimentista dentro da formação discursiva do capital. Os assistentes sociais, sustentados por esta concepção envolveram-se na tarefa de restaurar o equilíbrio e a normalidade de uma sociedade permeada por enormes contradições, tendo como ideal a “promoção do homem”, o “bem comum” e a “Paz social”, ou seja, na defesa do bem, da promoção e da paz do e para o capital. Mobilizaram e tiveram ampla adesão das mulheres aos trabalhos desenvolvidos.

A profissão incorporara os progressos da ciência social americana e ampliara os seus procedimentos de intervenção até então individualizados, para a atuação junto a grupos e comunidades que, dentro das preocupações que dominavam a sociologia norte-americana, respondiam à necessidade de aperfeiçoar o controle social e melhorar a adaptação, o assujeitamento e o ajustamento das classes trabalhadoras ao desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, mais uma vez os discursos dominantes, encobriam, ocultavam as contradições de uma sociedade de classe e mascaravam com enunciações discursivas “altruístas e despretensiosas”, as suas intenções e o temor da ampliação da adesão ao comunismo e, os

assistentes sociais reforçavam a sua posição de sujeito/efeito/multiplicador da ideologia capitalista em conformidade com o discurso dominante.

Por influência cultural norte-americana, as refrações da questão social, antes situadas no indivíduo, são deslocadas para as relações interpessoais, para o bem comum e para a promoção social e o Serviço Social assimila a noção de comunidade como “matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional” (IAMAMOTO: 2000, p.26).

O desenvolvimentismo oportunizou o reconhecimento e o maior status dos profissionais do Serviço Social que aderiram aos programas de capacitação, imbuídos da *missão de promover a participação da classe operária em projetos de desenvolvimento de suas comunidades*. Treinar lideranças, identificar valores, costumes, hábitos e potencialidades de comunidades situadas na periferia das cidades brasileiras e organizar grupos de ação social, que congregassem esforços para resolver as questões da vida cotidiana nestas comunidades, em colaboração às organizações do Estado, passou a ser prioridade na agenda dos assistentes sociais. Caracteriza-se, segundo AD, a posição dos assistentes sociais na forma de transição de sujeitos doutrinários para sujeitos profissionalizados, mas nada mudava em relação a sua identificação/atrelamento à formação discursiva do capital, permaneciam portadores de uma “subjetividade assujeitada a uma ordem superior” (BRANDÃO:2004, p. 80).

O Desenvolvimento de Comunidade “representa uma ideologia e uma política proposta por organismos internacionais, absorvida e difundida pelas classes dirigentes e pelas organizações privadas, com a mediação de seus intelectuais” afirma Ammann (1982, p. 19). Coloca-se como mecanismo capaz de garantir a ordem social, de preservar os povos livres das ideologias não democráticas. É definido como:

...processo, através do qual, os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (op. Cit. 32).

Participação e desenvolvimento, termos que faziam parte dos enunciados discursivos desenvolvimentistas, foram assimilados pelo Serviço Social que, no trabalho com comunidades, organizou grupos de donas de casa, de gestantes, de idosos, de jovens, de crianças e tantos outros centrados na segregação e

fragmentação de diferentes segmentos da classe trabalhadora, que os mantinha distanciados e, portanto, ocultavam a sua condição de trabalhadores explorados e as relações de classe.

O enfoque permanecia nas relações interpessoais, sobretudo, nas questões familiares e comunitárias de seu cotidiano. Os mutirões de auto-ajuda, a autoconstrução, os grupos de ação social, tinham como foco as questões da urbanização como água, luz, equipamentos, etc. e a oferta de serviços como educação, lazer, saúde, etc. Distanciados das relações de produção e de dominação, *visavam corrigir disfunções do processo de urbanização e neutralizar os movimentos e as idéias contrárias aos interesses capitalistas dominantes.*

Imbuídos da função de humanizar as condições de vida e de trabalho, os assistentes sociais viam sua prática como *desinteressada e altruísta*. Desta forma como bem destacou Faleiros os assistentes sociais, negando a contradição fundamental do capitalismo, viam (ou não) sua própria contradição: “pretender servir a um homem abstrato numa sociedade que destrói o homem concreto” (1981, p.25).

A profissionalização, processo já em andamento desde a lei n° 3.252 de 1957 que regulamentava a profissão, resultava, no período, do maior reconhecimento do trabalho dos assistentes sociais pelo mercado capitalista, e, assim, expressava-se na maior adaptação do Serviço Social à ordem racional, no seu assujeitamento à formação discursiva do capital, “portanto desprovida de liberdade, exceto a de aceitar livremente sua sujeição” (BRANDÃO: 2004, p. 80).

Observa-se o fortalecimento de ideologias que vinculavam o fazer profissional dos assistentes sociais às condições culturais que atribuíam determinados papéis às mulheres e que as colocavam diante da pré-destinação para atividades de *cuidar, ajudar e servir* revestidas de novas enunciações discursivas. Sob base técnica e profissional, deveriam, estes agentes profissionais, *mobilizar, capacitar e organizar* a população, ou seja, engajá-la nos planos e programas desenvolvimentistas.

A profissionalização em bases técnico-científicas do Serviço Social, então, decorre da necessidade de dar respostas a novas condições sócio-históricas que se apresentam na medida em que se aprofunda e desenvolve a ordem capitalista e que as relações sociais, por ela engendradas, tornam-se mais complexas. A ajuda não dava mais conta das necessidades da época, era preciso *ajustar* as classes subalternas às novas condições sócio-históricas. Sob a égide da profissionalização,

o Serviço Social não rompe com as suas protoformas, dá-lhes um caráter científico e técnico, as fortalece.

Considera Netto que “não é a continuidade evolutiva das protoformas” que esclarece a profissionalização do Serviço Social e sim a ruptura com elas (1992, p. 69).

Nascido para *supostamente agir fora da relação capital-trabalho*, o Serviço Social dedica-se a atuar na relação riqueza-pobreza, no enfrentamento dos males sociais, na socialização-educação dos pobres, na sua adaptação às regras sociais do capitalismo. Ao profissionalizar-se é incorporado aos planos e programas estatais e das instituições empresariais, ou seja, estreita seus vínculos com o capital, o assistente social é um sujeito-efeito que se insere no mercado como um profissional contratado e assalariado e que recebe um mandato para atuar junto à classe trabalhadora.

Como lembra Raichelis “é no sentido de cumprir um conjunto de funções relativas à harmonização do capital e do trabalho que os assistentes sociais são recrutados por essas instituições e *passam a acatar um mandato oriundo do Estado e do conjunto dos setores dominantes*” (1988, p. 73).

A atuação dentro dos órgãos estatais e das instituições empresariais, ao mesmo tempo em que adquiria um caráter modernizador, preservava a intenção de ajustar os indivíduos, vistos ainda, como portadores de problemas pessoais e, o assistente social, “*deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma engrenagem de execução da política social do Estado e dos setores empresariais*”, destaca Iamamoto (2000, p. 31).

Conforme Netto, “tornou-se histórica e socialmente relevante para os assistentes sociais construir uma auto-imagem que cortasse o seu exercício sócio-profissional com as suas protoformas, intervenções assistencialistas e filantrópicas – e uma base persuasiva para um tal corte seria oferecida pelo recurso a suportes científicos como fundantes da profissão” (1992, p. 83).

A ampliação da demanda pelo profissional leva, de um lado, a uma ampliação do quadro de recrutamento, isto é, aos cursos de formação, agora aderem membros oriundos da classe média que buscam a ascensão social, via trabalho remunerado; e de outro, à necessidade de adequação de seus conhecimentos teóricos, metodológicos e técnico-instrumentais a essas novas demandas.

É nas ciências sociais, “especialmente em seu vértice empirista norte-americano” que a profissão vai obter a ampliação de seu suporte técnico e científico (IAMAMOTO: 2000, p. 21).

O Brasil vivia a expectativa de atingir o seu pleno desenvolvimento e centrava sua atenção em formas de poder superar o subdesenvolvimento.

O nacionalismo e o planejamento econômico provocavam grandes debates entre os intelectuais representantes das formações discursivas do capital e do trabalho. Desde a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão regional da ONU, a superação da dependência econômica provocava opiniões divergentes. Segundo a visão cepalina, a economia dos países subdesenvolvidos era dividida em dois setores: um desenvolvido e outro estagnado e atrasado. A superação advinha do desenvolvimento econômico pela industrialização, o que, para a formação discursiva do trabalho/comunista, justificava a necessidade de lutar contra o imperialismo e para os nacionalistas reforçava as convicções industrialistas e de intervenção do Estado na Economia.

Até o início dos anos 60, o Serviço Social não questiona nem a estrutura social em que está inserido, nem a si próprio. Na verdade, a sua profissionalização buscava a sua adaptação e ajustamento aos princípios gerais do profissionalismo em moldes funcionalistas, dentro de uma racionalidade, agora moderna. Modernizar-se seria romper com os mitos da ajuda caridosa e da piedade benevolente, mas, em seu lugar, assumir tecnicamente a filantropia empresarial e estatal. De certa forma questionaram-se, não as razões do próprio ofício e sim a sua forma. Interpelados pelas novas ideologias desenvolvimentistas, os assistentes sociais mantêm-se dentro da formação discursiva do capital, agora na posição de profissionais com ela identificados. Fato que confirmava, como se refere Orlandi, que “a forma sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Essa é a base do que chamamos assujeitamento” (2005, p. 50).

4.2 As mulheres, o Serviço Social e o desenvolvimentismo

O pensamento veiculado no discurso humanitário que acompanhava a profissão leva seus profissionais/sujeitos-efeito da formação discursiva do capital, a se preocuparem tão só com a humanização das condições de vida e de trabalho da

classe trabalhadora, sem que a sua exploração e a sua alienação pelo trabalho, fossem questionadas. Confirmavam a ordem social como natural e se dedicavam à reforma moral, da mesma forma com que o faziam no período do surgimento da profissão. Também não percebiam a exploração e a alienação de seu próprio trabalho. Mantinham a coerência entre práticas discursivas e prática social, como refere Fernandes (2007, p. 62).

Com um forte caráter de classe buscava-se a profissionalização dentro de uma ideologia de *ação desinteressada, altruísta e neutra no apaziguamento dos conflitos, da harmonização e da integração e do ajustamento* à ordem social capitalista, tal qual no período anterior. O que, como refere Yamamoto, favorecia a “sua cooptação pelo poder” e tornava os profissionais, representantes da “face humana” do Estado visto, este, como benfeitor, preocupado com o bem estar e com a paz social - representante dos interesses gerais de uma sociedade composta por cidadãos que a ela deviam integrar-se, com o Estado deviam colaborar – que, apenas, precisavam ser tecnicamente auxiliados em seus problemas pessoais, nas suas relações interpessoais, para que cooperassem com o desenvolvimento social de seu país (2000, p. 102).

Fundamentado na negação dos antagonismos de classe, o Serviço Social atuava, na prática, na camuflagem/ocultamento desses antagonismos e esta mesma posição-sujeito, fazia com que os assistentes sociais se mantivessem dentro de uma prática alienada e alienante, como refere Martinelli (2000).

Para cumprir com o papel que lhes fora designado no processo de interpelação ideológica, deviam, os profissionais, modernizar-se teórica, metodológica e tecnicamente e elevar o seu padrão científico pela incorporação das idéias e planos norte-americanos o que, de certa maneira, foi aceito passivamente já que lhes convinha e lhes propiciava o status profissional almejado e o seu engajamento como profissionais a serviço da “democracia capitalista”.

Segundo Netto (1992) esta auto-representação quase sempre contribuiu para dissimular o processo de profissionalização, já que, “motivados pelo eticismo do anticapitalismo romântico”, permaneciam prestando serviço aos interesses do capital sem perceberem a intensificação da sua alienação e da exploração/assujeitamento de seu trabalho pelos setores dominantes. Tal qual a população atendida, a profissão era uma mão de obra mercantilizada, sem ter, portanto, autonomia e controle sobre a dinâmica e organização de sua própria ação.

Haviam sido modificadas as matrizes originais das protoformas: a ajuda caridosa era, agora, a ajuda técnica, profissional, mas os fins a que serviam permaneciam os mesmos. Profissionalizar-se significou ingressar, definitivamente, via assalariamento, no mercado e vincular-se aos princípios e métodos do cientificismo norte-americano, assujeitar-se aos desígnos do capital. Desta forma, o Serviço Social incorpora e reproduz os valores dominantes e recebe uma credencial para imiscuir-se na vida cotidiana da classe trabalhadora. Em alguns países foi re-denominado Trabalho Social e seus profissionais incorporados na ampla e difusa categoria de Trabalhadores Sociais o que, por razões que não são claras, não aconteceu no Brasil.

Se de um lado, a profissão se distancia dos estreitos vínculos que mantinha com a Igreja e passa a atuar nas organizações estatais e empresariais, de outro, não realizou, na sua discursividade, tal distanciamento dos valores e princípios que incorporara em suas protoformas, não mudou sua posição de assujeitamento ao capital, ou seja, não rompeu com a formação discursiva do capital.

Ao mesmo tempo em que a profissão incorpora e assume a postura desenvolvimentista como técnica de mudança no nível macro-social, não abandona o psicologismo do surgimento ao permanecer atribuindo às causas dos problemas sociais, as dificuldades dos indivíduos de se integrarem e adaptarem às mudanças sociais vigentes. A incorporação de técnicas, metodologias e ideologias desenvolvimentistas, como meros receptores e reprodutores das produções das Ciências Sociais, em especial do estrutural funcionalismo norte americano, situaram a intervenção técnica dos assistentes sociais, na categoria de praticismo sem crítica, revelador de sua subalternidade técnica e da sua marginalidade teórica. A aproximação a estas concepções pode ser caracterizada como a domesticação, o disciplinamento, o assujeitamento e o atrelamento dos assistentes sociais para a defesa dos interesses dominantes: um refinamento técnico para o exercício do controle social e da vigilância sobre a classe trabalhadora.

Assim como o Desenvolvimento de Comunidade visava integrar, distribuir papéis e funções e programar a participação das populações para que colaborassem com o Estado, aos assistentes sociais também foram atribuídos papéis e funções, determinada a sua participação e cobrada a sua colaboração para que o bem de uns, a paz de alguns e o crescimento do capital fossem alcançados.

Com valores humanistas e segundo as regras e os princípios teóricos das ciências sociais modernizadas, os assistentes lançaram-se ao trabalho junto às comunidades e, mais especificamente, junto às famílias da classe trabalhadora com a experiência de quem já fazia um trabalho junto às mesmas, mas agora, imbuídos, não da missão de ajuda caridosa, mas de mobilizá-las e treiná-las, para que se *ajustassem* e colaborassem com o desenvolvimento do país.

Ao acreditar na necessidade de superar o mero assistencialismo e conceber a questão social como uma questão a ser plenamente de competência pública e estatal, embora, ainda concebida como manifestação de natureza privada e individual, os assistentes sociais se engajaram nas equipes técnicas de desenvolvimento e, posteriormente, de organização de comunidades, como agentes executores das políticas sociais. Buscavam a compatibilização das perspectivas públicas com a privada e não o seu contrário. Sua funcionalidade estava vinculada à redução dos empecilhos para o desenvolvimento pleno do capital, e, para tal, a sua aproximação e o seu envolvimento com o cotidiano da classe trabalhadora foram decisivos.

Mais uma vez é junto à família operária ou, a partir de seus membros, que os assistentes sociais desenvolvem seu trabalho nas comunidades: a formação de grupos, a identificação de lideranças, a mobilização para as ações comunitárias aproximavam os profissionais da família dos trabalhadores, enquanto grupo e enquanto alvo das mudanças a serem feitas. Questões como planejamento familiar, paternidade responsável, clubes e grupos de mães, de gestantes, etc., fizeram parte dos discursos e das práticas nas comunidades.

Como executores destas ações, os assistentes sociais convocaram as mulheres a participarem no espaço público. O seu papel tradicional na família, a sua maternidade, e a sua maior permanência na comunidade facilitaram que as mulheres fossem as primeiras a se mobilizarem para uma ação comunitária. Até então, os assistentes sociais que haviam se preocupado mais com os indivíduos e, através deles, chegavam à família, nos programas de desenvolvimento de comunidade, partem desta para chegar à comunidade.

A mulher nestes trabalhos era vista como a cuidadora, guardiã da moral e responsável pela socialização das crianças e, portanto, capaz de responder efetivamente aos chamados do desenvolvimento de comunidade. As questões

relacionadas às suas atribuições na família foram objetos do trabalho dos assistentes sociais com as mulheres.

As reivindicações e os mutirões para a melhoria da infra-estrutura e dos serviços nas comunidades eram, na época, as reivindicações das mulheres. A necessidade de aumentar a renda familiar e complementar os baixos salários dos trabalhadores levaram mulheres e assistentes sociais a incluírem, no trabalho comunitário, cursos de trabalhos manuais, de culinária, de qualificação para tarefas que não as distanciassem da casa e da comunidade.

Assim como parte dos assistentes sociais não tinha uma visão das contradições sociais, seu trabalho junto às mulheres e, em conformidade com o sentido atribuído às mulheres e difundido pela formação discursiva do capital, à época, nada tinha de questionador ou de relação com a exploração de classe; visava, apenas, à adaptação, ao ajustamento. Também a visão consensual de que as mulheres estariam mais predispostas a trabalhar nos aspectos da vida comunitária, pelo seu papel no grupo familiar, é naturalmente incorporada a essa prática, que se mantém, também, alienada das condições e especificidades que envolvem a vida cotidiana das mulheres na família, na comunidade e na sociedade e que as discriminam e excluem.

Como afirma Netto “buscar a gênese de suas redefinições na alteração do sistema de saber que o referencia” tem sido uma inversão típica do Serviço Social. Para o autor “a eficácia permaneceu na manipulação de variáveis empíricas, no rearranjo da organização do cotidiano, como era na prática assistencialista” (1992, p. 86, p. 96).

Sem ter consciência das implicações políticas de sua própria condição feminina, conforme as enunciações discursivas da profissão, a maioria dos assistentes sociais não percebia a opressão e a subalternidade que circundava a vida destas mulheres, o que tornava sua prática, nas comunidades, mais atrelada aos interesses dominantes e, portanto, mantida nos limites históricos da subalternidade, agora, na qualidade de subalternidade técnica, mas ainda alienada e alienadora. Desta forma, a pretendida auto-valorização profissional, marginalizava ainda mais a profissão, que, sob a aparência científica, permanecia assujeitada, julgando moralmente a população.

Trata-se ainda como afirma Yamamoto “de uma profissão que incorpora a *mística de servir, da ajuda, guiada por valores nobres e altruístas, de caráter não*

utilitário (...) que incorpora o peso da educação da mulher e da imagem da feminilidade construída socialmente pela cultura dominante” (2000, p. 48-49).

A tecnificação da intervenção profissional e a sua vinculação ao funcionalismo serviram para reforçar, ainda mais, o mito da prática, sem visualizar a sua origem na necessidade da classe dominante, de contar com mulheres tecnicamente preparadas e teórica e ideologicamente assujeitadas para servirem aos interesses do capital.

A profissionalização enquanto mera adaptação aos interesses dominantes é fator determinante de mais uma crise de identidade, logo após, vivenciada pelo Serviço Social. Acontece num contexto em que surgem questionamentos e idéias oriundos das teorias críticas, a profissão é tencionada e ocorrem divisões em seu interior. Configura-se um período fértil para o amadurecimento profissional, mas a ditadura, no Brasil, e nos países latino-americanos, impõe uma forte barreira a este processo.

A ditadura militar substitui o projeto nacional desenvolvimentista pelo desenvolvimento associado que se realiza em dois âmbitos: o das relações externas e o das relações internas, que se concretizam numa estrutura de poder autocrático e no estreitamento das alianças com os Estados Unidos e, desta forma, determinam o fim dos trabalhos nas comunidades, dos grupos, das organizações democráticas e, em seu lugar instaura-se o medo, a prisão, a repressão.

O envolvimento em programas de desenvolvimento de comunidade aproximara o Serviço Social da realidade vivida pela classe trabalhadora e, conseqüentemente, levou parcelas dos profissionais a se depararem com as contradições sociais e com as próprias contradições da profissão. Segmentos da categoria assumem, diante da formação discursiva do capital, outra posição-sujeito e produzem a discursividade histórico-crítica que os aproxima da formação discursiva do trabalho e dos segmentos populares. Nos últimos anos da década de 1950 e nos primeiros da década de 1960, “ganham corpo no bojo da profissão tendências críticas e renovadoras”, lembra Netto (1992 p. 146).

A crítica da neutralidade ideológica e a necessidade de um Serviço Social que respondesse às necessidades da realidade dos países latino-americanos levou muitos assistentes sociais, a defenderem o rompimento com o que passam a denominar Serviço Social Tradicional – a prática empirista, paliativa e burocratizada, o metodologismo, composto pelo Serviço Social de caso, de grupo e de

comunidade, os pressupostos teóricos do funcionalismo norte-americano que atribuía causas psico-sociais às incidências da questão social e os fundamentos filosóficos do positivismo. A este movimento do Serviço Social na América Latina se convencionou chamar Reconceituação.

Na opinião de Netto, “a renovação materializada na Reconceituação viu-se congelada” não em decorrência do “esgotamento ou exaurimento imanente”, mas, “da brutal repressão” ao pensamento crítico latino-americano que encarcerou, torturou, exilou e levou para a clandestinidade muitos de seus protagonistas (2005, p. 10).

No Brasil, diante da repressão e do autoritarismo impostos pela ditadura militar, os assistentes sociais “refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional” (IAMAMOTO: 2000, p. 33).

Os setores da burguesia e os militares que, com pleno apoio norte-americano, instauraram a ditadura, a repressão, a violência, o medo, a perseguição e o silenciamento das forças democráticas e populares, pretendiam assegurar os interesses de dominação do capital, não mais através de programas e estratégias “educativas”, mas repressivas. Os segmentos que participaram do golpe militar compunham um agrupamento heterogêneo, mas, tinham expectativas comuns: reprimir os movimentos das classes dominadas, atacar o comunismo e reorientar a economia do país. Mobilizaram seu exército e seu arsenal de guerra, proibiram qualquer organização de cunho popular e de trabalhadores.

Mobilizaram também mulheres que saíram às ruas em defesa das forças de direita na Marcha com Deus pela Família e a Liberdade.

Multiplicaram-se as indústrias, as estradas, e os presídios (para prisioneiros políticos), o país tornou-se urbano, surgiram populações de rua, cresceu a mortalidade infantil, enfim, a desigualdade ampliou-se, muito embora, se possa ter vivido uma fase de “pleno emprego”.

A repressão militar também atingiu as iniciativas da Igreja que, no início dos anos de 1960, mais uma vez se reordenara em função de recuperar as suas bases de legitimidade e em seu interior, subdividira-se em duas alas, uma progressista e uma conservadora.

Essa divisão também repercutiu no Serviço Social e, nos anos de 1960, entre os assistentes sociais cristãos, há os que assumem a visão tradicional da Igreja e os que se aliam à ala progressista por influência da Juventude Universitária Católica e das encíclicas *Mater e Magistra* e *Pacem in Terris*. Em 1962, a Conferência Nacional dos Bispos lançou um plano para o país apoiando as reformas de base. Também o Movimento de Educação de Base contava com o apoio da ala progressista da Igreja que, além de ocupar-se com a alfabetização e a animação popular, defendia a sindicalização.

A ala conservadora não obteve êxito em acabar com a militância progressista, que permanecia questionando a ordem e as injustiças e estimulava os dominados para que se organizassem.

Destaca Sader, que “retomavam a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa”, estimulados pelas conclusões do Concílio Vaticano II que falava da Igreja como “povo de Deus” (1988, p. 151).

A II Conferência Geral do Episcopado realizada em Medellín na Colômbia em 1968, no mesmo ano do Ato Institucional nº 5, culmina com uma declaração que conclama “a presença mais intensa e renovada da Igreja na atual Transformação da América Latina”. Seu texto fala que o verdadeiro desenvolvimento é “a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas” e destaca a comunidade como o que dá sentido de pertença, que leva a solidariedade e a missão comum desde que congregadas pelo anúncio da palavra de Deus, tendo na celebração da eucaristia o seu centro. Afirma, então, Sader que daí “decorrem as recomendações para a “pastoral das massas” e para a formação das Comunidades Eclesiais de Base (op. Cit. p. 155).

Durante o período militar, as Comunidades Eclesiais de Base foram os únicos grupos que permaneceram; foram embriões dos movimentos sociais surgidos no período pós-ditadura.

Sarti considera que o “impacto do feminismo internacional e as mudanças efetivas na situação da mulher no país”, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero e a resistência das mulheres à ditadura foram sentidos apenas nos anos de 1960, deram origem ao feminismo militante. A publicação de *A Mística Feminina* de Betty Friedan, em 1963, repercutiu mais diretamente no meio feminista brasileiro que tomava consciência da opressão, da subalternidade e da

desigualdade das mulheres como consequência da socialização/interpelamento e da aculturação das mulheres na sociedade capitalista (2001, p. 33).

Quando a repressão política atinge as forças populares organizadas e aprisiona suas lideranças, as mulheres entram em cena à procura de seus familiares presos e desaparecidos, muitas participam de organizações clandestinas e uma grande parcela sai em busca do mercado de trabalho que absorvia, de maneira expressiva, a mão de obra feminina. Muitas brasileiras que trabalhavam nas universidades e que militavam nos partidos de esquerda foram para o exílio em outros países.

O silêncio imposto às forças democráticas foi abalado pelos acontecimentos, na França, em 1968, marcando a explosão de protestos e passeatas que começavam nas universidades e que logo se expandiram para as greves operárias. Em meio a estas manifestações, uma forte onda de prisões e assassinatos de jovens estudantes e líderes operários culminou com o Ato institucional nº 5, que atribuía ao presidente amplos poderes para decretar estado de sítio, o recesso do congresso, a intervenção nos Estados, a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos. Este fato revela o quanto foi temido o poder do povo e a força popular e da formação discursiva do trabalho.

A Ditadura Militar implantada no país silencia os segmentos críticos do Serviço Social, a ala progressista da Igreja Católica, o feminismo militante, os trabalhadores, os estudantes, enfim, a população de maneira geral se vê envolta no medo, na morte, na repressão, na prisão. Um verdadeiro estado de guerra intenta ceifar todas as possíveis forças democráticas, o capital impõe sua força bélica e se intitula, mais uma vez, o titular da verdade única e universal.

Segundo as fases descritas por Armán, no período, os assistentes sociais, de maneira geral, sendo mulheres trabalhadoras, permaneciam na fase de adaptação ao modelo socialmente imposto e, portanto, seu trabalho permanecia permeado pelas contradições e custos decorrentes deste modelo (2003, p.154). Conforme AD, na posição de sujeitos do capital, significativa parcela dos assistentes sociais, sem consciência política de sua condição feminina e profissional, identificava-se com o sentido atribuído às mulheres e ao Serviço Social pela formação discursiva do capital. Como o sentido “não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico” e as posições, opostas à formação discursiva do capital fossem reprimidas, os segmentos profissionais que

assumiam uma posição de aproximação à formação discursiva do trabalho, foram perseguidos e exilados; suas idéias ficaram sob vigilância por quase duas décadas, proibidas de ser mencionadas (ORLANDI: 2005, p. 42).

5 AS MULHERES, O SENTIDO DO FEMININO E O DISCURSO DOS DIREITOS SOCIAIS: A RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL COM A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO CAPITAL

“As assistentes sociais trabalham a partir de um lugar de poder, o das instituições, onde não se vê a condição feminina. Alerto para que se mude o olhar sobre essa condição, inclusive nas políticas sociais” Vicente de Paula Faleiros (2005).⁷

Em um contexto em que os sinais de desgaste da estratégia ditatorial militar, utilizada pelo capitalismo mundial em relação ao Brasil eram evidentes, em que a questão social se agravava e as suas múltiplas expressões se tornavam ainda mais ameaçadoras, a formação discursiva da ordem capitalista tem suas estratégias e mecanismos de sustentação ideológica enfraquecidos. O “milagre” propagado durante a ditadura, não fora capaz de minorar a generalizada insatisfação dos setores populares, como refere Silva (2005)⁸, “único grupo que traz a intensidade da exploração e da opressão que tem marcado a sociedade capitalista. Como tal, é o único grupo a quem interessa questionar e mudar essa sociedade de tanta desigualdade e de falta de oportunidade” que rompe com o silêncio, desacomoda-se do assujeitamento ao capital e protagoniza uma nova fase da história do Brasil, com forte aceitação e predominância dos enunciados discursivos do trabalho.

Os assistentes sociais haviam cumprido seu dever de trabalhar junto aos segmentos populares nos programas de desenvolvimento de comunidades e o processo de auto-questionamento interno, que fora interrompido pela ditadura, ganha novas dimensões, diante da insatisfação crescente com a missão que lhes fora atribuída pela ordenação capitalista. Os profissionais que haviam iniciado experiências “ortodoxas” de trabalho comunitário, por influência do método de Paulo Freire, haviam sido presos, torturados e exilados, mas, em seu retorno ao País, suas idéias obtiveram grande adesão. A Ditadura do Silêncio não silenciara as idéias e os ideais de significativa parcela dos assistentes sociais, para quem uma nova sociedade precisava ser construída. Os fracassos resultantes do período ditatorial

⁷ Trecho do texto elaborado pelo autor como contribuição à tese

⁸ No texto elaborado como contribuição à tese

foram determinantes para que se procedesse à ruptura do Serviço Social com a formação discursiva do capital e a conseqüente mudança na posição dos sujeitos profissionais, representada por uma significativa parcela dos assistentes sociais.

A ruptura com a formação discursiva do capital se configurou no que, em AD, denomina-se “acontecimento” e que demarca um processo discursivo novo na profissão. Conforme Orlandi, “Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e a história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, detêm-se junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem” (2004, p. 53).

A grande maioria dos assistentes sociais, então, desenvolvia seu trabalho junto às Instituições executoras das políticas sociais e nas organizações empresariais, numa posição de sujeitos da formação discursiva do capital, como representantes do poder dominante, reprodutores da ideologia do bem comum e da ação altruísta e desinteressada, cuja finalidade era amenizar as seqüelas da questão social, apaziguar os conflitos entre as classes e impedir a revolta da classe trabalhadora. O cotidiano do trabalho nas instituições colocava os assistentes sociais frente a demandas trazidas, majoritariamente, pelas mulheres dos segmentos mais empobrecidos que buscavam serviços e recursos necessários para o sustento e a reprodução social de suas famílias. Como afirma Faleiros, na relação que estabelecem com estas mulheres, os assistentes sociais seguem a visão institucional e as concebem como seres vulneráveis, incapazes e necessitados sem lhes creditarem as condições de classe e de gênero, são “clientes”, “usuários”, pobres e desprovidos (2005)⁹.

Para Netto, parte dos assistentes sociais permanecia prestando seus serviços motivados pelo “eticismo romântico” em conformidade com os interesses do capital, com a preocupação de adaptar e integrar essas mulheres nos programas e ações das políticas sociais, selecionando-as conforme critérios discriminatórios estipulados pelo poder dominante que servem para ocultar e dissimular a exploração e as contradições de classe (1992).

A ruptura com esta prática teve início no final dos anos 70 e durante os anos 80, um período marcante para o Serviço Social brasileiro. Vivencia-se uma procura e uma luta por novas bases de legitimidade da profissão e o reconhecimento das

⁹ Em texto elaborado como contribuição à tese

evidentes contradições sociais vividas pelo povo brasileiro, como fatores que repercutiam, decisivamente no exercício profissional e no sentido a ele atribuído. As manifestações e reivindicações populares, a proximidade dos assistentes sociais ao cotidiano da população, a sua atuação nas instituições prestadoras de serviços públicos, a participação em equipes multiprofissionais e o trabalho em órgãos estatais foram experiências que forneceram o acúmulo capaz de atualizar o questionamento da profissão após a ditadura e de desencadear o processo de ruptura com a formação discursiva do capital. Este movimento iniciou pelo protagonismo de uma vanguarda – profissionais que cursavam os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social, criados durante os anos 70, no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba e Pernambuco, ou seja, que estavam vinculados à academia.

O contexto brasileiro possibilitava a mudança de posição dos assistentes sociais perante a discursividade do capital e demandava a construção de novos vínculos dos profissionais com a população.

Conforme Iamamoto, o movimento desencadeado pelo Serviço Social não se reduz a um movimento interno da profissão, “faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade”, e *desencadeia o processo de auto-análise e reflexão das implicações políticas da ação profissional, reconhecendo-a como ação polarizada pela luta de classes* (2000, p. 37).

Também para o feminismo no Brasil, o período foi de ruptura com a formação discursiva do capital, de lutas, de conquistas e de avanços.

Pinto considera que o ano de 1975, foi o “momento inaugural” do feminismo brasileiro, pois a volta do exílio de mulheres da intelectualidade brasileira e as experiências lá vividas junto a grupos feministas, sobretudo europeus, somavam-se à decisão da ONU (Organização das Nações Unidas) de defini-lo como o Ano Internacional da Mulher (2003).

Para a autora “*a questão da mulher ganhava a partir daí novo status*” e, no País, a realização de muitos eventos, marcaram a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública, tais como: a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro (Centro de estudos, reflexão, pesquisa e análise e de um departamento de ação comunitária para tratar em nível local dos problemas da mulher) que teve como objetivo “combater a

alienação da mulher em todas as camadas sociais” (2003, p. 58). Este Centro elaborou, em 1978, um documento intitulado “Carta das Mulheres” em que reivindicavam, dos candidatos às eleições, anistia ampla, geral e irrestrita; eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos; Assembléia Nacional Constituinte soberanamente eleita; fim da carestia; a criação de creches nas empresas e nos bairros; o aumento das áreas de lazer; o aumento do número de escolas; a ampliação e melhoria da merenda nas escolas públicas; a igualdade salarial e a melhoria das condições de trabalho. Os direitos sociais eram reivindicados e incluídos na discursividade da sociedade brasileira, numa clara aproximação dos anseios populares com a formação discursiva do trabalho, que teve ampla repercussão nas academias.

Em São Paulo, as mulheres acadêmicas vinculadas a grupos feministas abriram espaço nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso (SBPC) para apresentações e debates das questões da mulher.

Pinto assim se refere a este fato:

A presença desse grupo na reunião da SBPC em 1975 e as sucessivas reuniões que aconteceram no âmbito dessa sociedade até 1985 são indicadores de um tipo específico de feminismo que se desenvolveu no Brasil, que se poderia chamar de feminismo acadêmico (2003, p. 62).

O ano de 1975 foi também o ano em que foi organizado o Movimento Feminino pela Anistia e elaborado o Manifesto da Mulher Brasileira a favor da Anistia - até 1979 o Movimento, no Brasil, esteve associado às lutas pela redemocratização.

Neste mesmo ano tem grande repercussão o livro de Heleieth Saffioti “A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade”, livro que muito influencia os estudos das feministas acadêmicas. Nele, a autora afirma ser óbvio que a estrutura classista interfere nas relações entre os sexos e que o sexo atua como determinação genérica heterônoma, segundo as possibilidades que a estrutura econômica da sociedade oferece; “*o sexo e outros fatores de ordem natural servem muito mais para encobrir o antagonismo entre as classes do que para aguçá-lo*”, diz a autora (Saffioti, 1979, p. 78).

Para Saffioti não há dúvida de que as questões levantadas pelas feministas chegaram às organizações operárias de onde decorreram o I Congresso da Mulher Metalúrgica, em São Bernardo e Diadema - São Paulo e no Rio de Janeiro o I e II Encontro da Mulher que Trabalha.

A mudança na posição sujeito dos assistentes sociais, dos segmentos populares e das mulheres, tinha como agente motivador o contexto sócio-econômico e cultural brasileiro e também mundial que provocava o acirramento das contradições sociais nos países capitalistas e, conseqüentemente, colocava em cheque a formação discursiva do capital.

5.1 Novas correlações de forças no Brasil: o protagonismo popular e o desgaste da formação discursiva do capital

O recente período de ditadura militar deixara um imenso e terrível legado ao povo brasileiro – as forças de oposição haviam sido fortemente desestabilizadas pelas ações repressivas dos militares; as organizações populares haviam sido desmanteladas e suas lideranças perseguidas, presas ou mortas; as forças de resistência aparentemente estavam fora da cena política. O “milagre brasileiro” era desmistificado, os índices de inflação eram elevados e crescia a dívida externa.

Mas, num sinal de que a história surpreende e de que a vida jamais deixa de pulsar, nos anos 80, vários movimentos sociais de caráter popular ressurgem e a sua, até então clandestinidade, deu lugar a lutas reivindicatórias, à denúncia das deterioradas condições de vida da maioria do povo brasileiro e à contestação da política, sobretudo econômica, do regime instituído pelos militares. A formação discursiva do capital perdia a sua sustentação ideológica pela materialidade das condições de vida da população.

Recentemente amordaçada, torturada e silenciada física, política e ideologicamente pela repressão e descrente das promessas e das esperanças de pleno emprego e de distribuição da riqueza, a população se organizava e ia à luta. Para esta população, restara a inflação, o arrocho salarial e a submissão/atrelamento do país às instituições e organizações internacionais que, com suas medidas unilaterais, cobravam as dívidas contraídas sem consulta ao povo, saciavam a sua voracidade e se mostravam totalmente indiferentes à situação e à miséria vivida pelos brasileiros, configurando-se o que se denominou “Crise do Milagre” e que se somava à crise do petróleo como fonte energética.

Entre 1974 e 1985, a dinâmica própria da realidade brasileira enfraquecera a Ditadura e impusera a abertura política. Na medida em que as forças democráticas ganhavam espaço, as forças militares percebiam o alto preço que teriam de pagar,

prometiam a “gradual” democratização do País e deixavam o governo. Em 1979 é conquistada a anistia e os exilados políticos retornam ao país. Em 1982 é criado o Partido dos Trabalhadores e as centrais sindicais.

Para o poder dominante, a década de 80 representou uma “década perdida”, mas, para a classe trabalhadora foi rica em termos de experiências políticas, sociais e culturais. Se a conjuntura política, o descrédito com a política econômica do regime militar e a dimensão tomada pelos problemas sociais e econômicos dela decorrentes, eram uma realidade desanimadora, propiciaram, por sua vez, a divulgação e a reprodução de emergentes ações coletivas que questionavam a ordenação capitalista. A formação discursiva do capital era questionada e as contradições sociais se tornavam evidentes, enfraquecendo-a. Por sua vez, a formação discursiva do trabalho se fortalecia e ganhava adeptos, acirrava-se, desta forma, o embate entre esta e a formação discursiva do capital. Deste embate resulta a presença forte de reivindicações por direitos sociais, num processo de enunciação discursiva que traduzia os anseios da maioria por outra ordem social.

Lembra Sader:

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena política reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos (1988, p.26).

O autor considera que o impacto dos movimentos sociais que emergiram deu origem à “revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular” *portadoras de outras linguagens, surgidas de outros lugares e professando novos valores indicando “a emergência de novas identidades coletivas* (op.cit. p.28).

As novas ações organizadas utilizavam *plebiscitos, referendos, abaixo-assinados*, formas populares de participação que incomodavam as elites e rompiam com a tradição de um país autoritário. O capital e sua lógica assim como os seus mecanismos de subjugação concorrenciais e de exploração estavam sob ameaça; a força popular surpreendia e era difícil captar seu significado e sua repercussão. Algo novo emergia na vida do país.

A este período Gohn assim se refere:

...podemos dizer que as ações coletivas nos anos 70 e 80, no Brasil, foram impulsionadas pelos *anseios de redemocratização* do país, pela crença no poder quase que mágico da participação popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pela vontade de se construir algo a partir de ações que

envolvem os interesses imediatos dos indivíduos e grupos (2003, p. 203).

As ações empreendidas pelas classes populares sinalizavam a possibilidade de uma sociedade diferente, sem discriminações e sem exclusões, mudanças políticas e nos valores culturais e morais. Eram os anseios e as necessidades da maioria populacional que se inscreviam na pauta dos debates e na agenda brasileira, atribuíam à democracia um sentido outro que não o dado pela formação discursiva do capital com a sua propalada “abertura democrática”. Revelavam também que a ditadura militar não fora capaz de ceifar a resistência e a força de rearticulação dos segmentos populares, ao restringir os espaços públicos de expressão da vontade popular - através do rígido controle sobre as manifestações políticas e culturais tanto individuais como coletivas – ao criar cidades dormitório e os conjuntos habitacionais sem espaços de convivência – ao aumentar os ritmos de trabalho. A participação popular que se impunha também possuía um sentido que não o da participação enunciada e pleiteada pelos discursos do capital. Buscava-se a participação na gestão e nos rumos da sociedade e não a participação na execução dos projetos e programas planejados pelo poder dominante.

Na memória discursiva recente e na vida de muitas gerações o medo e a inexperiência de organização e mobilização, haviam deixado a impressão como destaca Netto, de que “a tentativa sistemática de apagar, na história recente, tudo aquilo que trazia marcas de democratização” havia obtido êxito, pois, quando os militares “foram obrigados a deixar a cena, haviam produzido uma desmemória significativa”, mas, o que se viu logo após, surpreendeu (2005, p. 14).

Lembra Sader, que os salões de sinuca, os terreiros, as feiras-livres, os salões de baile, os pontos de ônibus foram se reconstruindo como espaços de encontro e, afirma: “É desse solo que brotam os movimentos sociais a partir da década de 70 com forte repercussão nas Ciências Sociais” (1988, p.120).

O que se passava no país não eram fatos isolados do contexto mundial; reservadas as particularidades de cada país, o mundo vivia um período peculiar, o capitalismo internacionalmente procurava contra-atacar.

Segundo Hobsbawm (1995), a história dos vinte anos após 1973 é de um mundo que perdeu suas referências para a instabilidade e a crise. A combinação de depressão com uma economia que expulsa mão de obra humana, caracteriza esse período como de crise, de “desmoronamento”, como o denomina Hobsbawm. A

desigualdade social e econômica atingia os países mais ricos e desenvolvidos e o desemprego se espalhava, pois a produção mecanizada dispensava seres humanos. Teve início, então, uma nova onda de revoluções em grandes partes do mundo cuja característica foi a re-vivência das massas que assumiam o papel principal e não mais de coadjuvantes. Diz o autor que: “à medida que se aproximava o milênio, tornava-se cada vez mais evidente que a tarefa central da época não era regozijar-se sobre o cadáver do comunismo soviético, mas pensar, uma vez mais, nos defeitos inatos do capitalismo” (1995, p.552).

Afirma o autor que embora num período de crise e incerteza, uma coisa parecia firme e irreversível, “as mudanças fundamentais, extraordinárias, sem precedentes que a economia mundial e conseqüentemente as sociedades humanas tinham sofrido desde o início da Guerra Fria” (op.cit.p.252).

Essas mudanças eram o reflexo de que os interesses econômicos e os mecanismos de controle social criados pelo capital, não foram capazes de frear o pensamento humano, de bloquear as forças propulsoras de mudanças e de resistência oriundas dos setores populares, expropriados do usufruto dos avanços do capitalismo. Os movimentos sociais e culturais fizeram revoluções nos assuntos humanos, e sinalizaram para a existência de forças capazes de dar ao mundo uma nova e mais humana possibilidade de vida. Para a AD isso significa o ponto onde se instauraram novos processos discursivos que desestabilizaram a formação discursiva do capital.

Em 1968, a súbita e mundial explosão do movimento estudantil, fenômeno fora da economia e da política, foi o aviso de que a economia do mundo não recuperaria seu ritmo antigo e de que forças de resistência e mudança davam sinais de vida. As famílias, sobretudo das classes trabalhadoras, sabiam ser o ensino a melhor forma de obter maior renda e melhores empregos. A pressão da demanda por mais vagas no ensino fez com que estas se ampliassem. Por sua vez, o investimento em educação havia sido possibilitado pelo pleno emprego e pelas políticas de Bem-Estar social.

A massa de estudantes e de professores tornou-se um novo fator cultural e uma nova força política, fonte de instauração de mudanças na posição destes sujeitos. A rebelião estudantil de 1968 foi um momento de levante mundial, suas idéias e experiências atravessaram fronteiras e revelaram, nacional e internacionalmente, o descontentamento político e social das grandes massas. Foi determinante no surgimento de enormes ondas de greves operárias e na adesão e fortalecimento da formação discursiva do trabalho.

Em resposta ao chamamento para ocupar postos de trabalho abertos pela industrialização, a população migrara para as cidades e, nelas, diante dos baixos salários recebidos, reconhecia a necessidade de lutar, de se organizar e de reivindicar seus direitos. Os direitos passam a representar, nos processos de enunciação discursiva, a posição de sujeitos que se libertavam e repudiavam o interpelamento ideológico que os assujeitava ao capital.

A classe operária era numericamente muito maior que alguns anos antes e aos poucos tomava consciência da sua situação de classe no mercado capitalista, percebia como disseram Marx e Engels

... que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital (...) compelidos a venderem-se a retalho, são mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (2002, p. 35)

Conforme Antunes, “já no final dos anos 60 e início dos anos 70, deu-se a explosão do operário-massa” (...) “questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital” e, com suas lutas, “solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho” (2002, p. 40-42).

Para Hobsbawm, a classe operária também foi afetada pelo “*papel impressionantemente maior nela desempenhado pelas mulheres*”, cujo ingresso no mercado de trabalho não era novo, mas a entrada em massa de mulheres casadas tornou-as uma força política importante. A amplitude da nova consciência feminina não resultou apenas das *mudanças na natureza do seu papel na economia, mas “também dos papéis desempenhados por elas ou das expectativas do que deviam ser estes papéis*”. As mulheres também ingressaram em “número impressionantemente crescente na educação superior” diz Hobsbawm e o feminismo, após 1960, suscitou questões que geraram uma verdadeira revolução moral e cultural com transformações no comportamento social e pessoal (1995, p. 305). Segundo AD, as mulheres questionavam a sua posição de sujeito/efeito na formação discursiva do capital e rompiam com a sua condição de subalternidade.

A família, a casa e a estrutura das relações entre os sexos e as gerações foram fortemente abaladas. As características do modelo de família nuclear como o casamento formal, as relações sexuais privilegiadas aos cônjuges, a superioridade dos

maridos e dos mais velhos deram lugar a uma revolução nos modos e costumes e na ordenação histórica de convenções e proibições.

Na segunda metade do século, esses arranjos já davam sinais destas mudanças: o crescente número de divórcios, a redução no número de casamentos formais e de filhos, a aceitação de adaptações bissexuais, o número de pessoas vivendo sós, a diminuição do número de casais com filhos, o crescimento do número de mães solteiras e de famílias chefiadas por mulheres, eram os sinais mais representativos de que a posição das mulheres na sociedade mudara.

As mudanças também decorreram do surgimento da “cultura juvenil”, que fez com que a juventude se tornasse “um agente social independente”, as relações entre as gerações foram fortemente abaladas em seus valores tradicionais de hierarquia e obediência e os modos e costumes foram marcados pela informalidade e a antinomia na conduta pessoal. Para Hobsbawm, “foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as herdadas vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas” (op.cit.p.336).

Para Santos, *“a difusão social da produção contribuiu para desocultar novas formas de opressão e o isolamento político do movimento operário facilitou a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social”*. Segundo o autor, a novidade destes movimentos é que, além de se constituírem em uma crítica à regulação social capitalista, foi também, uma crítica à emancipação social socialista (1996, p. 256).

Identificados com novas formas de opressão que extravasaram as relações de produção, lutaram contra a poluição do meio ambiente, pela paz e contra as guerras, contra o machismo, o racismo e o produtivismo. Seus protagonistas foram grupos ora maiores ora menores que as classes, seus interesses foram ora localizados ora universalizados e as formas de opressão contra as quais lutaram, *“exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural”* (op.cit.p.261).

Eles ocorreram no marco da sociedade civil e, como diz Offe

...grande parte da evidência demonstra que coletividades circunscritas por características comuns baseadas em identidades religiosas, de gênero, de idade, regionais e étnicas, entre outras, com as quais as pessoas nascem com, têm provido energias morais que impulsionam inovações de interesse público e avanços sociais e políticos (1999, p. 142).

Os movimentos sociais do final dos anos 60 aos anos 80, de estudantes, de mulheres, de minorias étnicas e raciais foram os pioneiros dos direitos civis e tornaram mais sensível o reconhecimento político e moral de questões de libertação, de tolerância, de justiça social e de preocupações ambientais e ecológicas.

Os jovens, os operários e as mulheres, responsáveis pela revolução social e cultural ocorrida no Século XX, fizeram com que a história deste século não fosse apenas a história de um modo de produção que dominou e impôs os interesses do capital. Eles, com seus movimentos, sinalizaram a esperança de um mundo mais humano, demonstraram que o capitalismo certamente não prosseguirá ad infinitum e, que, como fala Hobsbawm “se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser o prolongamento do passado ou do presente” (1995, p. 562).

O desgaste sofrido pela formação discursiva do capital também se fazia sentir nas ciências sociais e resultou no crescimento dos estudos e pesquisas na perspectiva marxista. Havia uma forte consciência dentre os pensadores sociais de que o estrutural-funcionalismo não dava conta dos fatos sociais que ocorriam nas sociedades ocidentais e, para compreendê-los, recorreram às idéias de Karl Marx e de seus seguidores.

Como teoria social, o marxismo articula historicidade e postura ontológica, economia e vida social aplicadas às sociedades capitalistas, o que propiciou que, nele, as Ciências Sociais obtivessem as explicações necessárias para a compreensão daqueles novos tempos. As categorias: modo de produção, classes sociais, relações sociais de produção, força de trabalho, capital, alienação, entre outras, explicativas das contradições e dos antagonismos sociais, auxiliavam a compreender o que se vivenciava naquele período e a entender a dinamicidade dos movimentos sociais. Resultaram na consolidação da ampla aceitação de uma discursividade originária da formação discursiva do trabalho.

Como fato social os movimentos sociais tornaram-se objeto de estudo, de pesquisa e de produção teórica das ciências sociais e deram origem a diferentes paradigmas.

Alguns autores brasileiros dedicaram-se, de maneira particular, ao estudo dos movimentos sociais tendo como referencia os paradigmas europeu e norte-americano. Destes destaque os estudos de Warren, Sader e Gohn por terem tido a preocupação de captar e analisar as especificidades dos movimentos ocorridos no Brasil, no período.

Afirmando que a partir dos anos 60, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais “ganhou espaço, densidade e status de objeto científico”, Gohn entende-os como fenômenos históricos concretos que mereceram várias teorias e procede a um balanço da produção teórica no Brasil. Identifica então “a falta de referenciais teóricos e o volume de descrições sem análises” como aspectos que sugeriam a necessidade “de construção de esquemas explicativos que abordassem as especificidades do processo histórico brasileiro” (2002, p 10, p.274).

Neste balanço, Gohn constatou que a produção brasileira privilegiou estudos de natureza empírico-descritiva, localizou-se nos programas de pós-graduação e de acordo com a divisão das áreas acadêmicas resultou na utilização “acrítica” de teorias elaboradas no exterior. Observa que as teorias que orientaram a produção latino-americana foram as do paradigma marxista e das categorias, hegemonia, contradições e lutas sociais e, nos anos 80, a dos Novos Movimentos sociais privilegiando as categorias autonomia e identidade.

As referências empíricas dos estudos sobre os movimentos sociais são diversas: de categorias de trabalhadores às organizações de base comunitárias e dedicam-se a explicitar e analisar aspectos específicos dos movimentos. Em geral, apresentam o caráter *contestatário*, *reivindicatório* e *propositivo* como comum aos casos estudados. Revelam ainda a inter-relação e a disseminação das questões específicas do espaço fabril com e para os espaços cotidianos e comunitários dos grupos sociais explorados e espoliados pelo mercado produtivo como uma das principais características dos movimentos sociais do período.

A família da classe trabalhadora em geral, e, mesmo os seus membros não vinculados ao mercado de trabalho, sofrem as conseqüências e seqüelas da exploração capitalista e, como sujeitos implicados nas condições objetivas da realidade social, não se mantêm indiferentes aos seus malefícios e encontram nos movimentos sociais populares a oportunidade de expressarem sua forma de perceber, elaborar e reagir a essas condições, logo assumem uma nova posição na formação discursiva do capital que os distancia desta e os aproxima da formação discursiva do trabalho, na posição de sujeitos ideológicos desta última.

Sader destaca que, “pretendendo explicar os movimentos sociais por determinações estruturais, os analistas chegam a impasses insolúveis” e alerta que “quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas

condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza” (1988, p. 41- 43).

O debate teórico centrou-se entre a ênfase na estrutura dada pelos marxistas em relação às classes sociais e a ênfase no ator social dado pelas teorias dos Novos Movimentos Sociais que têm como paradigma as identidades coletivas. Para AD, havia um deslocamento na posição dos sujeitos populares na direção da formação discursiva do trabalho, o que os estudiosos dos movimentos sociais referidos evidenciam como pode ser visto a seguir.

Sader considera que não se deve abandonar a conceituação marxista da existência objetivamente dada das classes sociais, mas lembra que os movimentos sociais operam cortes e combinações de classe e que são manifestações de práticas que “podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens que satisfaçam suas necessidades de reprodução” resultando em *elaboração cultural das necessidades no “campo genérico das chamadas classes trabalhadoras”* (op.cit. p. 42- 43, p. 47).

Gohn identifica a existência de diferentes classes e camadas sociais pertencentes aos movimentos por ela estudados e lembra que não podemos esquecer que a mudança no cenário da participação nos anos 70 e 80 operaram a expansão das lutas e do campo popular (2002, p. 251 e 2005, p. 73). Destaca, então, que embora o campo popular tenha se expandido, contrapondo-se ao que era exclusividade dos trabalhadores, movimentos tais como os ambientalistas, de mulheres, pela paz, etc. que envolviam segmentos médios e intelectuais não pertencentes especificamente aos espaços fabris, mas trabalhadores iniciaram o caminho de luta e *se constituíram em importantes forças sociais de resistência, de enfrentamento e de ruptura com a ordem do capital.*

A autora considera a categoria luta social essencial para a construção de um paradigma explicativo das ações coletivas, afirmando ser luta social um conceito mais “abrangente” uma vez que entende que as classes se formam na luta sendo uma das formas de luta, mas não a única (op. cit, p. 248-249).

Warren lembra que a sociologia acadêmica, a partir da década de 50, incorpora cada vez mais as contribuições do marxismo para a análise dos movimentos sociais, o que resulta em realização de “uma análise da dinâmica propriamente dita dos movimentos na produção transformadora do social” em substituição à caracterização sistemática e tipológica dos movimentos antes

utilizadas. Referindo-se às tendências teóricas contemporâneas sobre os movimentos sociais afirma “há um avanço em relação ao marxismo clássico, no que diz respeito à extensão do estudo ao conjunto dos grupos sociais, fugindo da dicotomia burguesia-proletariado” (1989 p. 137).

A ampla adesão popular dos intelectuais e dos segmentos médios e as alianças estabelecidas se materializam em novos processos discursivos, organizativos e coletivos e, como afirma a autora, a práxis centrada na luta de classes “estende-se a toda a sorte de grupos sociais minoritários e oprimidos”, sendo vivida além do plano social também no individual e cotidiano e “a ideologia, antes centrada no binômio dominante/dominado, incorpora uma visão mais heterogenia de mundo” (op.cit.p.139-140).

Trata-se de uma “pluralidade de sujeitos”, cujas identidades resultavam de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos. Vinculavam-se a um projeto que expressava a vontade de mudança, defendia a autonomia, a democracia e a participação, como sujeitos de direitos.

Sujeito e autonomia adquiriam outros sentidos como destaca Gohn: “autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria” (2005, p. 33).

Warren destaca que a autonomia, a democracia e a autogestão são requisitos da práxis, e afirma que os movimentos sociais tiveram a peculiaridade de transformar “a organização que era vinculada à presença de uma vanguarda ou liderança intelectual” em “autodeterminação das bases” (1989, p. 139-140).

Assim democracia, participação, autonomia, coletivo e os direitos sociais foram introduzidos na sociedade brasileira como fato e como discurso na ótica da formação discursiva do trabalho, pelos movimentos sociais que provocaram rupturas na discursividade do capital, na forma e na posição de sujeitos sociais. Como diz Gohn “Movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer - por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação” (2002, p. 247). Esta ação decorre de sujeitos que se reconhecem como capazes de reinterpretar a sua realidade, de participar de fato, portadores de autonomia.

Warren conceitua Movimentos Sociais,

Como uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (1989, p. 20).

Sader destaca “a elaboração de uma forma particular” das condições dadas na esfera da produção como processo mental que resulta da percepção e da prática vivida nesta esfera, como aspecto importante da constituição dos movimentos sociais (1988, p.48).

Movimento Social é desta forma uma categoria de análise que por si só não descreve um movimento concreto e específico, mas que possibilita a compreensão e a interpretação de movimentos concretos. É uma categoria ampla e genérica em que podem ser incluídos os diferentes tipos de movimentos tanto aqueles que expressam vontades de mudança e de transformações profundas e estruturais como de permanência do status quo.

Alguns parâmetros servem de base para se pensar os Movimentos sociais como acontecimento que instaura novos processos discursivos e que promove a ruptura com a formação discursiva do capital a partir das idéias destes autores expostas nesta tese: em primeiro lugar, é preciso entender movimento social como forças que atuam em determinado momento que, desta forma, alteram e interferem nos processos discursivos, na produção de sentidos e no interpelamento ideológico dos sujeitos; em segundo, observar que estas forças expressam tensões entre abertura e fechamento, dependência e autonomia, identidade e diferença, totalidade e particularidade, subjetividade e coletividade, ordem e desordem, negação e afirmação, ou seja, acirram as contradições sociais, desocultam verdades que a dominação tenta ocultar, evidenciam a exploração de classe e acirram o embate entre as formações discursivas vigentes; em terceiro, entender que os movimentos são sempre intrínsecos à realidade social e são manifestações de poder coletivo e, finalmente, que sempre provocam rupturas na ordem da vida, na posição dos sujeitos e não necessariamente na ordem social, sendo sempre uma ação política e cultural, uma luta ideológica.

Enquanto forças que se articulam, os movimentos agem em determinado momento e estão sujeitos a obter conquistas e a enfrentar derrotas. Sua maior importância talvez seja o saldo cultural e político que sua vivência sempre traz; valores, crenças e idéias sempre são revistos, re-significados, descartados ou

fortalecidos; novas representações substituem os condicionamentos culturais e ideológicos impostos; utopias são projetadas; informações são socializadas; espaços são criados e novos saberes e discursos são produzidos.

Assim como não podem ser compreendidos fora do contexto em que estão inseridos, assim como não podem ser entendidos como mera expressão das lutas de classe, devem ser distinguidos de acordo com a sua composição. O que leva a classificá-los dentro da categoria analítica de movimentos sociais deve, também, avançar na identificação de suas particularidades. Isto posto, cabe referir que os autores, quase unanimemente, destacam dentre os movimentos sociais aqueles que apresentam a peculiaridade de serem populares e a participação das mulheres como protagonistas.

5.2 As mulheres e os movimentos populares

O popular, passa a ser compreendido e utilizado nesta tese, no sentido dado por Silva (2005)¹⁰, ao “bloco heterogêneo e contraditório” do denominado “campo popular”

...não se trata de um grupo homogêneo, nem necessariamente progressista no todo das questões sociais. Mas é o único grupo que traz a intensidade da exploração e da opressão que tem marcado a sociedade capitalista. Como tal, é o único grupo a quem interessa questionar e mudar essa sociedade de tanta desigualdade e de falta de oportunidade.

O popular pode ser definido em oposição às elites, ou seja, pela sua condição nas relações sociais de produção, para significar a situação de exploração e de dominação vivenciada por parcelas majoritárias da população de uma determinada sociedade. Esta concepção abrange desde os trabalhadores inseridos no mercado até aqueles que, excluídos da produção e muitas vezes do consumo, se encontram à mercê dos programas das políticas sociais. No caso dos movimentos sociais o termo é associado a toda a ação política destes setores e camadas sociais que se organizam para lutar pela transformação da sua condição social e, conseqüentemente, da e/ou na ordem social.

Para Montaño “O popular se constitui como conseqüência de uma desigual distribuição de bens sociais e do poder político” desta forma, “como o acesso aos

¹⁰ Em texto elaborado como contribuição á tese.

bens se relaciona com a capacidade aquisitiva” considera-se que se constitui, então, a partir de uma “desigual participação no poder político-econômico (designando tanto uma categoria social como uma relação de poder)”. O autor destaca ser o popular, um conceito “compreensivo e não restringido; em oposição à elite nacional” (...) “todo setor social que, em oposição à elite nacional, padece de certo domínio político, econômico, cultural e ideológico” que é “excluído, num determinado grau, da tomada de decisões e por quanto apresenta carências e potencialidades não plenamente desenvolvidas” (1994, p. 72 -75).

Nas obras dos autores trabalhados, encontram-se diferentes formas de denominar os Movimentos Sociais Populares ou Movimentos Populares que, acrescidas das categorias rural ou urbano se referem aos movimentos que advém de parcelas expoliadas e excluídas do acesso a bens e serviços que deveriam ser públicos. Identificados por Gohn (2002), estes movimentos são integrados por “diferentes classes e camadas sociais” que promoveram a mudança no cenário da participação nos anos 70 e 80. Para a autora, o campo popular se expandiu, contrapondo-se ao que era exclusividade dos trabalhadores, com segmentos das classes médias, de intelectuais.

São movimentos que trazem para o cenário público as questões do cotidiano, *as injustiças, os direitos, a cidadania, a igualdade e a democracia*, dando a estas questões um sentido próprio como pode ser observado pelas idéias dos autores pesquisados.

Gohn considera que os movimentos sociais são *elementos constitutivos da cidadania política dos brasileiros* e responsáveis pelas mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas. Articulados em torno de *valores morais, carências econômicas e desejo de mudanças políticas reivindicaram “não apenas bens em falta”, mas, “diretos sociais dos cidadãos”,* obtendo legitimidade social *“por expressarem necessidades, desejos e anseios de grandes contingentes populacionais”* (2003, p. 7, 204).

Sader diz que modificaram o cenário público do país, trazendo novas *modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social* e afirma: “passaram a constituir um elemento da vida política do país, suas promessas inscritas numa memória coletiva, podem ser reatualizadas. E elas, *são, mesmo, condição para uma efetiva democracia entre nós*” (1988, p. 311).

Ainda é Sader quem afirma que o impacto dos movimentos sociais gerou a “revalorização de práticas sociais, presentes no cotidiano popular”, e que sua vitalidade está ligada ao fato de terem “*tomado e desdobrado as questões postas por esse cotidiano*” (op.cit.p. 142).

Durante o período militar e, principalmente, na fase denominada “milagre econômico”, as massas populares tiveram suas organizações reprimidas e se mantiveram silenciosas, tanto nos locais de trabalho como na vida comunitária. Nos anos 70, premidas pela falta de infra-estrutura, pela pressão imobiliária em seus locais de moradia, pelo arrocho salarial e pela exploração de sua força de trabalho se deu o que muitos denominam “explosão das periferias”. Causas internas somaram-se à “crise do petróleo”, elevando os índices de inflação e de desemprego e provocaram o surgimento de lutas e movimentos de protesto e reivindicação. A forte mobilização social gerou processos organizativos, discursivos e processos espontâneos de agitação como os saques.

O período foi rico sob o ponto de vista da mobilização e da participação popular, chegando, em 1984, a uma grande mobilização por eleições diretas e em 1988 pela inclusão dos direitos sociais na Constituição. No campo do trabalho foram criadas as centrais sindicais e no campo comunitário multiplicaram-se as organizações restritas e amplas dos movimentos populares abrangendo, também, diferentes problemáticas como etnia, mulheres, crianças, estudantes, aposentados, idosos, etc. A este período Gohn se refere como de “*novos tempos para a questão da cidadania*” (2003, p. 202).

Os segmentos populares trouxeram ao cenário público a sua realidade, as suas reivindicações e a necessidade de serem reconhecidos os seus *direitos de cidadania*. Com suas ações alteraram, no plano formal constitucional, as suas condições de vida. Como sujeitos sociais, impuseram a sua vontade. As lutas sociais extrapolaram os limites fabris e abrangeram a totalidade da vida social. As políticas públicas e, de maneira muito especial, as políticas sociais, estavam contidas na agenda desses movimentos.

Gohn resgata a história das ações empreendidas por diferentes classes e categorias em *luta por direitos*, bens e equipamentos no Brasil, listando-as cronologicamente. Desta listagem destacam-se, por serem mais numerosas, aquelas que se caracterizam como populares. A autora denomina o período compreendido entre 1975 e 1982, como o das “*lutas pela redemocratização*” que, em sua opinião

corresponde a um dos mais ricos da história do país no que diz respeito a lutas, movimentos e, sobretudo projetos para o país. Diz ela:

Havia um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da *democracia, da necessidade de participação dos indivíduos na sociedade e na política*. Havia também a *crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas...* (2003, p. 110-129)

Principalmente, moradores das periferias urbanas, organizados em diferentes movimentos e com aliança e assessoria de profissionais, foram portadores e depositários das esperanças de transformação da realidade social brasileira. Suas lutas atravessaram as questões e os espaços fabris e estenderam-se às questões da vida cotidiana. A moradia, o transporte, as creches, a escola, a água, a luz, a terra, a infra-estrutura urbana e as questões raciais, étnicas e culturais, trazidas ao cenário público por homens, mulheres, trabalhadores e donas de casa inauguraram novos tempos e publicizaram as questões cotidianas e privadas.

Os movimentos sociais não são fenômenos isolados, constituem-se em relações que refletem, retêm, transmitem, se contrapõem e espalham idéias, valores e práticas. São fenômenos sociais que emergem, fluem, acontecem e transitam, criando e estabelecendo seu espaço na dinâmica social, dela fazem parte, não podendo esta negá-los ou apartá-los. São visíveis, projetam, concretizam e se legitimam, não surgem espontaneamente, mas, surgem de organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. São um dos maiores temores da ordem capitalista, embora façam parte de suas contradições intrínsecas.

Desta forma, as carências sociais vividas pelos segmentos populares, a legitimidade de suas demandas, as suas formas de articulação e de organização, as suas idéias e valores marcaram os movimentos sociais nos anos 70 e 80 e se transformaram numa força social e política que atravessou fronteiras geográficas e culturais, com significativa repercussão no Serviço Social.

Os pobres assumiram a sua condição de sujeitos de direitos, fazendo com que o período fosse fundamental para a sua cidadania, transformaram-se em sujeitos políticos capazes de impulsionar as mudanças constitucionais ainda ao final dos anos 80. A sua luta por direitos e a sua cidadania passaram, no aspecto constitucional, a fazer parte da história oficial brasileira.

Para Filho

Os grupos sociais - qualquer que seja a identidade a lhes dar unidade, e, mormente quando historicamente excluídos e secundarizados nos processos sociais que lhes são pertinentes – vivem o ideal de uma sociedade transformada que também os comporte como protagonistas de sua história, restando-lhes movimentar-se, para a realização de sua utopia de liberdade (1994, p.44).

Para Gohn, os movimentos sempre têm um caráter político –“politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais – assim como criam e se constroem em decorrência de um projeto sociopolítico ou cultural” calcado em uma determinada visão de mundo. Projetam metas e valores porque *contestam os vigentes* (2002, p. 252). Para AD, a contestação dos valores e a projeção de metas próprias significam o processamento de rupturas com a formação discursiva do capital, o seu conseqüente desgaste e a possibilidade histórica de uma transição para a formação discursiva do trabalho.

Como afirma Sader, os movimentos sociais no período “foram um elemento da transição política” já que *expressavam a perda da sustentação do sistema político instituído e o seu distanciamento das formas e das necessidades da vida dos segmentos populares do país*, e assim se manifesta: “Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política”. Uma vida política conectada à vida cotidiana cuja valorização diz ele, já é uma “*expressão dos novos projetos e estilos que conformaram os movimentos sociais*” (1988, p.141, p 313). Em AD estes fatos sinalizam as fissuras na formação discursiva do capital e a desocultação das contradições e dos antagonismos de classe. Revelam mudanças na posição dos sujeitos, o seu desvincular-se do assujeitamento e a imposição de seus projetos próprios para a vida social.

No período estes projetos continham aspirações, sentidos e o modo de vida das classes trabalhadoras e apontavam para a necessária transformação das suas condições de vida e de trabalho, traziam uma “*utopia libertadora*” *calcada na igualdade, nos direitos, na democracia e na participação social*.

Na verdade, o núcleo do projeto político dos movimentos sociais populares era revolucionário; propunha e desenhava outra sociedade, reorganizada e reorientada não mais, pela ação de grupos dirigentes, mas pela ação autônoma e coletiva de uma vontade democrática e igualitária. Tinha uma perspectiva inclusiva e projetava um futuro diferente para a vida no país. Não era uma revolução para o povo, mas do povo.

Gohn considera que o exercício da prática cotidiana acumula experiências em que “*aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi acumulado como proibido e inacessível, (...) “aprende-se a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus”*. Afirma, então: “no plano geral, a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros, dos últimos vinte anos foi no plano da *reconstrução do processo de redemocratização do país*” (2001, p. 19, 45).

Filho diz que:

A novidade dos novos movimentos sociais está no seu crescente número ligado às carências básicas da população, reunidas na categoria de Direitos Humanos, e com manifestação dissociada e contrária a práticas assistencialistas, autoritárias, clientelistas e populistas (1994, p. 49).

A origem e a inserção destes movimentos na vida cotidiana marcaram a prática e a expressão da inovação cultural que se deu no Brasil - um processo marcado por valores democráticos e experiências participativas, que se integrou à cultura popular e passou a constar dos discursos midiáticos e políticos da formação discursiva do capital, numa tentativa desta de cooptá-los e de lhes atribuir seus próprios sentidos.

Os direitos sociais, a cidadania, a igualdade e a democracia significavam para os movimentos populares uma sociedade diferente e expressavam a consciência popular de que eles deveriam ser conquistados já que não existiam nem seriam dados. Significavam, no período, o descrédito da população brasileira nas promessas do poder instituído que a usava como mecanismos de sua hegemonia, como alvo de seu processo de interpelação ideológica. Restava às camadas populares empreenderem novas lutas para a efetivação e ampliação da sua participação na construção de uma sociedade moldada segundo os seus próprios interesses e que defendesse os seus direitos. Como sujeitos sociais assumiam uma posição de crítica do seu assujeitamento ao capital, rompiam com a formação discursiva do capital que, por sua vez, tentava manter-se através de enunciações discursivas que, sob a aparência de representar os interesses populares, salvaguardavam os interesses do capital.

O cenário brasileiro, durante os anos 80, já não era o mesmo, o Estado e os grupos representados por ele, deparava-se com uma nova realidade; sua agenda incluía questões contrárias aos seus interesses de classe e incorporava-se ao

discurso do capital a democracia, os direitos sociais e a participação popular, uma tentativa do capital de cooptar para manipular os anseios populares. Diante das correlações de força presentes, os direitos sociais inscreveram-se na Nova Constituição como elementos do projeto do povo; a participação popular, em instâncias antes vedadas, assumiu formas institucionais pela criação dos conselhos federais, estaduais e municipais; a democracia surgia da luta, da voz e do voto do povo; as relações de produção assumiam novas configurações; para a população, culturalmente, ficava clara a idéia de que só com luta conquistam-se direitos e para o capital o desafio de reformar seus mecanismos de controle social e de exploração.

A vida política e cultural do país era outra, o povo apreendia e ensinava ao invés de apenas assimilar valores impostos; impunha seus próprios valores. Havia uma nova configuração das classes populares, uma nova sociabilidade em que a solidariedade, a justiça, a cidadania, a democracia, a participação e a igualdade eram cobradas. Este cenário partira da contestação da ordem vigente, promovia o rompimento com a formação discursiva do capital redesenhava o presente e projetava o horizonte futuro da real democracia como governo do povo e para o povo.

Lembra Sader que, “Embora o povo interviesse na política principalmente sob a forma de ‘massa indiferenciada’, *seus interesses tinham ressonância nas esferas de poder, uma vez que disto dependia o bom funcionamento do sistema*”. Com a instauração da ditadura militar “os interesses e aspirações brotados na sociedade passaram a ser sufocados em nome de uma racionalidade que pretendia falar pelos interesses nacionais”, mas, como consequência e ao mesmo tempo causa de seu término, ganharam força e expressão (1988, p. 115-116). A emergência das forças populares promoveu uma nova discursividade, que re-significou as suas reais condições de vida, revelou uma nova consciência interna, uma nova cultura. Opostos aos da formação discursiva do capital, os discursos introduzidos pelos segmentos populares expressavam as divisões e os antagonismos presentes na sociedade brasileira.

As forças populares contestavam e reivindicavam mudanças sociais, sobretudo aquelas que incluíssem, a todos, como cidadãos de direitos. Estas reivindicações e os sentidos a elas atribuídos nas organizações populares foram de início uma grande preocupação para os grupos dominantes, mas, impuseram-se de tal forma que passaram a pautar os projetos dos grupos dirigentes. Na verdade

instalava-se, mais uma vez, o temor do poder popular como sujeito político coletivo e organizado. As reivindicações significavam a insatisfação, a indignação com a exploração e o conhecimento de que era possível um Brasil mais justo e democrático. As organizações populares revelavam o saber e o poder do povo, a sua capacidade e a sua resistência.

Conforme afirma Chauí

Quando se fala na cultura popular, não como manifestação dos explorados, mas enquanto cultura dominada tende-se a mostrá-la como invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, envolvida pelos valores dominantes, pauperizada intelectualmente pelas restrições impostas pela elite, manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e exploradora, em suma, como impotente face à dominação e arrastada pela potência destrutiva da alienação (2003, p. 63).

Segundo a autora a expressão cultura do povo “só poderia surgir quando a existência da diferença, da oposição e da luta no interior da sociedade é percebida como manifestação de diferença, oposição e luta” (op.cit. p.43). Neste sentido pode-se afirmar que surgia no Brasil uma cultura popular vinculada à formação discursiva do trabalho que, ao mesmo tempo desvelava e opunha-se à cultura dominante. Esta cultura, produzida pelo povo, não tratava daquela identificada como cultura dominada, expressava as divisões e os antagonismos de classes que a formação discursiva do capital buscava ocultar.

Construída a partir de referenciais dos Direitos Humanos, a cultura popular retratava o povo como sujeito político e sujeito de direitos, não mais mero produto do interpelamento ideológico do capital e se concretizava na reivindicação de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, colocando-os, todos, no mesmo patamar valorativo.

Resultou deste período histórico a incorporação dos direitos sociais à carta constitucional brasileira e a re-significação dos princípios democráticos e igualitários na cultura. Desta forma, os novos direitos sociais e a nova cidadania representam mudanças na cultura política do país, no sentido e na representação das lutas e das demandas da população.

Conhecimentos foram gerados e novos elementos foram incorporados à cultura brasileira. Os movimentos sociais criaram um novo paradigma de ação social, conferindo legitimidade a si e a seus protagonistas, enquanto portadores de direitos. As mudanças que deles decorrem têm resultado de ações e interações informais que envolvem pessoas comuns, moradores de bairros de periferia, de

grupos vinculados à academia, de trabalhadores, de grupos que se organizam em torno de interesses comuns e específicos, como revela a história dos Direitos Sociais no Brasil.

Como afirma Gohn, “os movimentos populares no Brasil, como no conjunto da América Latina, trouxeram à cena política, *de forma majoritária, a participação das mulheres*” (...) “como demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos” lutaram por creches, transportes, saúde, participaram de mutirões para construção da casa própria, organizaram-se em grupos, clubes, participaram das associações, das comissões de bairro, de passeatas e protestos (2002, p. 293).

As mulheres inicialmente foram mobilizadas pelas organizações de bairro e pelas reivindicações de infra-estrutura urbana básica e de acesso aos serviços públicos, cujo parâmetro era o mundo da reprodução – a família e suas condições de vida – em conformidade com a formação discursiva do capital o que caracteriza a forma tradicional de identificação da mulher. Na medida que essa participação se faz nos movimentos populares, ampliam suas reivindicações para questões mais gerais como trabalho, salário, igualdade, democracia etc., e para questões específicas da sua condição de mulher como saúde e direito às decisões do próprio corpo, etc., assim, estabelecem um processo de ruptura com a formação discursiva do capital e de adesão/identificação com a formação discursiva do trabalho.

Ao estudar os Clubes de mães, Sader destaca como fatores que lhe são peculiares “a organização por elas mesmas”, “a constituição de uma coordenação de Clubes de Mães” e a “*valorização da luta contra a injustiça no lugar do assistencialismo caritativo*” e observa que reivindicam *direitos e não mais troca de favores* dando lugar a uma “nova sociabilidade” (1988, p. 202). Fatores que demarcam uma nova posição sujeito das mulheres diante da formação social do capitalismo.

A vida na cidade grande, as separações da família extensa e o esvaziamento da vida doméstica pelas jornadas de trabalho são, na opinião do autor, fatores que “tornam o cotidiano das casas às vezes solitário” e os clubes de mães uma *extensão do mundo feminino e das relações de vizinhança que propicia o “alargamento das experiências e ameniza o cotidiano da mulher vivido como anulação”*. A convivência nestes clubes trouxe a possibilidade de procederem a “*releitura das próprias condições de vida*” e a organização “para fora” de reivindicações por escola, creche,

transporte, postos de saúde, etc. *“tornaram-se pontos de partida para o redimensionamento tanto de aspectos da vida doméstica” como quanto de aspectos da vida política* (op. cit. P. 208). O autor lembra que o Movimento Custo de Vida teve origem nos Clubes de mães. No Movimento de saúde o autor identifica “um processo pelo qual uma carência é percebida como negação de um direito que provoca uma luta para conquistá-lo”, impulsionado por um grupo de donas de casa com apoio de Igreja Católica e de médicos sanitaristas, este movimento imprimiu novo sentido à saúde como direito. A ação deste movimento deu-se através de pesquisa visando conhecer as necessidades concretas para transformá-las em demandas coletivas. Para Sader, *“a predominância das mulheres no movimento se explica pelo fato de serem elas que normalmente se incumbem dos cuidados com a saúde dos filhos, tendo de ir atrás dos postos de saúde, despertam mais para o problema”* (op.cit. p. 261, p. 269). Deste movimento saiu a primeira eleição para conselho municipal de saúde.

No movimento operário as mulheres lutavam por acesso ao trabalho e por salários; nos movimentos populares, por melhorias urbanas e políticas públicas nos locais de moradia e, nas academias, por espaços de discussão e de realização de pesquisas das especificidades das mulheres. Suas lutas abrangiam o espaço privado da vida familiar, passavam pelos locais de trabalho e incluíam os espaços públicos. Suas reivindicações iam das condições materiais para os direitos de participação política, de igualdade, de liberdade e de justiça. Estas várias frentes identificam o que se denominou Movimento de Mulheres ou Feminismo, o que abrange tanto as lutas por condições materiais concretas de vida, como questões culturais e filosóficas e, em AD, constitui a mudança na posição sujeito das mulheres.

Para as Ciências sociais o que especifica, dentre os movimentos de Mulheres, os Feministas, são seus propósitos ou mesmo sua formação, na medida em que as mulheres neles envolvidas (em sua grande maioria, vinculadas às academias) *lutam por mudanças dos papéis a elas atribuídos* pela sociedade e não só pela melhoria de suas condições de vida. Mas, como lembra Pinto

São inúmeros os relatos de aproximação do movimento de mulheres com o movimento feminista. Se o primeiro muitas vezes se aproximava inicialmente apenas para se utilizar de serviços promovidos pelo segundo, suas integrantes, a partir dessa aproximação, passavam a problematizar a própria condição de mulher (2003, p. 45).

Desta mútua interferência resultou a implantação de centros e grupos de estudos, pesquisa e extensão nas universidades. Na universidade, as mulheres ingressavam cada vez em maior número e, tanto nos critérios de seleção como de avaliação, estavam submetidas às mesmas exigências que os homens, no entanto, no que se refere à possibilidade de criação e desenvolvimento de estudos sobre as mulheres, a realidade não foi a mesma. Foi com muita luta que conquistaram espaço para pesquisar e estudar as condições da vida das mulheres. Estrategicamente, as feministas acadêmicas instituíram os estudos de gênero.

Se o modelo de desenvolvimento autoritário teve um impacto radicalmente diferente na vida das mulheres conforme a classe a que pertencem, constatou-se o incremento da escolaridade feminina em todas as classes, de forma muito particular nas pertencentes à classe média pelo seu acesso ao ensino superior. A expansão do emprego no setor estatal e empresarial levou essas mulheres a buscar, nos cursos universitários, maior qualificação técnica e profissional. Na universidade, a convivência, os debates, o acesso às várias correntes de pensamentos tanto filosóficos como teóricos, a participação nas organizações e movimentos estudantis, proporcionaram a politização dessas mulheres, a tomada de consciência de seu assujeitamento ideológico ao capital e que dessem início às lutas e pesquisas feministas.

O impacto dos movimentos sociais repercutiu nos estudos feministas desenvolvidos nas academias e promoveu o fortalecimento do Feminismo. *A crítica a hipóteses culturais e psicológicas que atribuíam fragilidade e inferioridade às mulheres evidenciou a insustentabilidade destas explicações diante das ações empreendidas pelas mulheres no cenário social* e foi o marxismo que abriu novas oportunidades de se pensar a condição social das mulheres e de, sobre ela, produzir uma nova discursividade.

A aproximação dos estudos femininos com o marxismo na academia encontrava um impasse teórico já que a categoria classes sociais, utilizada para o estudo dos movimentos sociais, não dava conta da especificidade da vida e da participação das mulheres; foi a categoria gênero que permitiu a compreensão destas peculiaridades.

Como declara Bruschini, foi a categoria analítica de gênero que “favoreceu a aceitação acadêmica desta área de pesquisa”. As mulheres, para dar visibilidade à

condição feminina, numa sociedade em que a formação discursiva dominante tenta ocultá-la, precisaram, estrategicamente, criar um enunciado discursivo que garantisse esses estudos e que possibilitasse o seu reconhecimento. Os estudos denominados de gênero foram e ainda o são tributários a iniciativas de uma intelectualidade feminina (muitas retornavam do exílio no exterior com o fim da ditadura) que, no espaço das academias, buscaram estratégias para realizá-los. No Brasil, a Fundação Carlos Chagas foi pioneira em incentivar os estudos de gênero (2002, p. 21).

Nas palavras de Castro

O feminismo engendrado na academia brasileira, em particular, contribuiu para debates sobre: diferenças e diversidade; lógica das hierarquias e do poder, além das macro-estruturas; gênero como constituinte de uma linguagem baseada em relações sociais; a complexidade da alquimia de identidades como classe, raça e gênero; o valor da subjetividade nas rebeliões políticas públicas; e o valor do simbólico (2001, p. 55).

Desta forma, os estudos feministas apontaram para a existência de uma *exclusão específica das mulheres*, para a existência de relações de poder em todas as instâncias sociais, criaram como lembra Soares “*novas maneiras de ler a realidade*” (1998, p. 49). Sua maior contribuição às Ciências Sociais foi, sem dúvida, a produção de uma reavaliação das explicações correntes da vida social e a evidência da necessidade de reconhecer as experiências das mulheres, questão relativamente omitida pelas teorias sociais. Em AD, este novo posicionamento das mulheres diante de sua própria condição produz uma modificação tanto na posição sujeito das mulheres como na produção de outra discursividade, em oposição à ideologia difundida pela formação discursiva do capital. A visão crítica e a vigilância epistemológica aplicadas desde a perspectiva de gênero têm resultado numa maior flexibilidade das ciências sociais. Armán é de opinião que a principal característica dos estudos feministas “*es que tratan, no solo de conocer sino también de transformar una determinada situación*” (2003, p. 148).

A participação das mulheres das classes populares nas lutas por acesso a bens, serviços e direitos sociais e sua conexão com idéias que compõem o ideário feminista *tem colocado em questão a ordem social capitalista e as desigualdades por ela engendradas*. As alianças estabelecidas entre estas e o feminismo acadêmico foram decisivas para que o processo de interpelação ideológica do

capital sofresse fissuras e terminasse incorporando enunciados discursivos do trabalho a exemplo das questões de gênero.

Segundo Teles, “em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político” que *questiona as relações de poder, a opressão e a exploração, abrange ações organizadas de grupos de mulheres que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e de trabalho, e ações de mulheres que lutam contra a discriminação e a subalternidade das mulheres* (1993, p. 10). Compreende toda a ação política das mulheres, como *sujeitos históricos da transformação de sua condição e das condições sociais*. No decorrer das últimas décadas, revelou-se um importante mecanismo de luta, de denúncia, de reivindicação e de *conquista de direitos sociais, de justiça econômica e de participação democrática*. Expressou-se na participação das mulheres no processo de resistência democrática e no enfrentamento da questão social.

Caracterizou-se ainda como uma luta de duplo caráter; de um lado pelo reconhecimento de que ser mulher tanto no espaço público como no privado acarreta conseqüências definitivas para a vida o que deve ser enfrentado como questão de gênero e, de outro pelo enfrentamento da fome, da pobreza, da miséria, da ampliação das desigualdades que atingem indiscriminadamente homens e mulheres, o que requer não uma luta isolada, mas um enfrentamento de classe.

Como ação política empreendida por mulheres, o feminismo *propõe transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, reformula o sentido de libertação que prescindem da igualdade para afirmar a diferença* – compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina. Teles afirma que, “Integradas com os movimentos democráticos, as feministas brasileiras engrossaram fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana” (op. cit., 311-312).

No período em estudo, como diz Sader “o repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a *vontade de serem sujeitos de sua própria história, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência*”, o que fez com que os diferentes segmentos femininos da classe trabalhadora, em suas diferentes manifestações e nos diferentes espaços sociais realizassem uma multiplicidade de ações revolucionárias. Assim, pode-se afirmar que, do interior da vida familiar passando pelos espaços comunitários, de

trabalho e de produção de conhecimento, *as mulheres criaram novos parâmetros para se olhar e viver a democracia* (1988, p. 311-312). Assumiram, segundo AD, uma posição sujeito produtora de outros processos discursivos, contrapostos aos constituídos pela formação discursiva do capital. Promoveram o desocultamento da exploração e dominação da mulher, “derivaram para outros sentidos, para outras posições” conforme Orlandi (2004, p. 53). Atribuíram à vivência democrática, o sentido de participação igualitária de sujeitos sociais e políticos de direitos e autônomos.

Nas palavras de Alvarez

As mulheres têm sido importantes atores na transição para a democracia no Brasil. Desde os meados da década de 70, tanto mulheres de classe média, com formação superior, quanto mulheres pobres, de pouca instrução, têm organizado movimentos para pressionar o sistema político brasileiro com reivindicações políticas específicas de gênero (1988, p. 316).

No discurso do capital, o processo gradual de redemocratização que se instalava no Brasil era “concedido”, a conquista popular era ocultada e a manutenção das desigualdades de classe e da exploração revestia-se de novas formas de ocultamento. A politização de gênero, processo que fez com que questões antes consideradas privadas ou pessoais se tornassem questões públicas e políticas, procedia ao discurso de desocultamento e conflitava com a formação discursiva do capital. Para Sader *as mulheres “acabaram alargando a própria noção de política, pois politizaram múltiplas esferas do cotidiano”* (1988, p.312).

Como enfatiza Wanderley

Sua participação nos movimentos sociais e populares, sua presença na força de trabalho, suas funções crescentes em todos os ramos de atividade, seus *questionamentos radicais ao pensamento, organização social e política, vida reprodutiva, subjetividade, produzidos na ótica do homem, estão deixando homens e mulheres perplexos e ansiosos* (1994, p.21).

O governo autoritário com suas políticas de exclusão política e econômica deu origem a mudanças na economia doméstica e à conseqüente mobilização, organização e reivindicações das mulheres. Também a Igreja Católica, que nos anos 60, voltara-se a favor dos pobres e contra o regime de exclusão, incentivara as mulheres a participar das organizações comunitárias e associativistas, como os clubes de mães e de donas de casa, grupos que forneceram o contexto organizativo entre as mulheres das classes populares e que possibilitaram que fossem desocultados os sentidos e os valores atribuídos às mulheres. De um lado, estes

grupos proporcionaram as bases para vários movimentos políticos e se expandiram em campanhas de âmbito local e nacional e, como fala Alvarez “a maternidade militante proporcionou o referencial mobilizatório para o Movimento Feminino pela Anistia, Movimento Custo de Vida e Movimento de Luta por Creches nos anos 70 e 80”.

Nas palavras da autora

Foram as mulheres das classes populares que primeiro se rebelaram pelo direito de alimentar suas famílias, de ter escolas para as crianças e de uma vida decente, E foi a *maternidade como instituição social*, e não como instinto natural, que motivou as mulheres a exigirem o paradeiro de seus filhos desaparecidos, disseminando assim o movimento dos direitos humanos no Brasil e em outras partes da América Latina (1988, p. 324-325).

O Feminismo no Brasil é atravessado pelas contradições que caracterizam o capitalismo no País, o que o tem tornado um movimento que, para ser entendido, deve ser visto dentro dessas contradições que, por sua vez, ora o enaltecem, ora o colocam diante de diferentes críticas, estigmas e rótulos que o empobrecem. Hoje, no entanto, se dele fizermos um balanço constataremos que obteve inestimáveis êxitos. A idéia de igualdade publicizou-se embora não se tenha concretizado, englobou, também, a igualdade entre os homens e as mulheres, basta olhar-se a constituição brasileira.

Simpatizantes ou não do feminismo, as mulheres avançaram em suas conquistas tanto no âmbito da vida familiar como no da vida pública, novas gerações nascidas e criadas em novas circunstâncias históricas têm pela frente o desafio de aperfeiçoar esses avanços, mas serão incapazes de fazer com que retrocedam.

Ao se referir ao feminismo, Callegari diz que, na segunda metade do Século XX,

...há uma verdadeira *ruptura com as posições que a mulher vinha ocupando nas épocas anteriores* (...) esta tentativa, em nossa época, de ruptura da condição feminina com o passado, possibilitando à mulher caminhar para a emancipação, nos reenvia a uma sucinta revisão do devir feminino (2000, p.117).

A revisão deste devir e o avanço da democracia e da igualdade devem ser realizados, tendo-se a clareza de que a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população não pode ser modificada isoladamente, mas, no conjunto das lutas e das forças que têm em vista a mudança estrutural.

Com a redemocratização, o feminismo no Brasil tomou dois rumos distintos: um que lutou pela institucionalização do movimento, ou seja, por uma aproximação à esfera estatal e pela transformação das reivindicações das mulheres em políticas públicas e outro que, por temer a cooptação estatal, apregoa a autonomia do movimento e identifica-se com a formação discursiva do trabalho, ou seja, atribui um sentido próprio à democracia, à liberdade e à participação. Surgiram os grupos que se detiveram nas questões da violência contra as mulheres, na atenção da saúde e na criação dos Conselhos da Condição da Mulher e das Delegacias da Mulher e no feminismo acadêmico surgiram os Núcleos de Pesquisa em estudos da Mulher como o da Fundação Carlos Chagas.

Em 1985, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher junto ao Ministério da Justiça que atuou como órgão de articulação das demandas feministas até 1989 quando o Presidente Fernando Collor retirou seu orçamento e passaram a ser indicadas conselheiras, com pouca tradição feminista, fato que revela a tensão entre a formação discursiva do capital e do trabalho, ou seja, as conquistas realizadas pelas mulheres, se não forem adequadas aos interesses dominantes, sofrem represálias.

Pinto considera que a mais bem sucedida intervenção do Conselho foi junto à Assembléia Nacional Constituinte quando as mulheres eleitas deputadas se auto-denominaram “bancada feminina” e apresentaram 30 emendas sobre os *direitos da mulher, incorporando as reivindicações encaminhadas pelas emendas populares vindas dos movimentos populares* (op.cit. p. 72).

A justiça social, a criação do sistema único de saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, a autonomia sindical, a reforma agrária e a tributária, a renegociação da dívida externa, entre outros foram contemplados na “Carta das Mulheres” de autoria do Conselho Nacional das Mulheres com a participação ampla de mulheres chamadas pelo Conselho a Brasília. Assim se pronuncia a autora

A presença de militantes feministas durante os trabalhos constituintes e a capacidade que tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer que fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional apontam para um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980 (op.cit. p. 76).

A recorrência do feminismo acadêmico aos referenciais marxistas possibilitou o desocultamento das desigualdades e das especificidades das mulheres nas relações sociais, a compreensão dos significados das contradições de classe e de que o conceito de classes sociais era capaz de dar conta das desigualdades sociais das mulheres conforme a classe que pertenciam, mas, era insuficiente para dar conta das desigualdades entre homens e mulheres que perpassavam indistintamente as diferentes classes sociais. Associou, então, à categoria classe social, a categoria gênero que, por ser relacional e abranger a dimensão cultural, possibilitou a compreensão da condição social genérica das mulheres nas sociedades capitalistas ocidentais. O marxismo possibilitou “a reconstrução dos fragmentos dispersos da opressão das mulheres” considera Vinteuil, introduziu as mulheres na história social e as situou “no próprio coração da luta de classes”, pois a *sua opressão permite que o “mistério capitalista funcione em todos os níveis”* (1989, p. 19).

O pensamento feminista parte da constatação de que a estrutura das relações entre homens e mulheres é uma estrutura de poder desigual, que assegura a dominação daqueles sobre estas, estrutura que reproduz as relações sociais do modo de produção capitalista e que, ao mesmo tempo, é por ele reproduzida. Conforme AD, a desigualdade entre homens e mulheres é integrante dos processos de constituição dos sujeitos-efeito e de ocultamento das contradições e antagonismos de classe.

Nas palavras de Pitanguy

Ancorados na história e na luta política, os conceitos de gênero, cidadania e direitos humanos refletem a dinâmica de relações sociais e estruturas de poder vigentes no plano nacional e internacional. A mera existência desses vocábulos em nosso idioma já é paradigmática, refletindo o reconhecimento social de que direitos e responsabilidades individuais e coletivas são categorias estruturantes das relações entre os indivíduos, entre estes e o Estado e entre nações (2002, p. 111).

O feminismo em sua trajetória instituiu as mulheres como sujeitos políticos e, a participação feminina nos movimentos sociais, concretizou a dissolução das fronteiras simbólicas construídas entre o público e o privado. A presença das mulheres, como sujeito político coletivo, o questionamento do papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, a reivindicação de direitos iguais e de autonomia, a consciência social de que a cidadania é correlata da democracia e de que, onde estas não existem, pode-se afirmar que inexistem direitos humanos,

transformaram a vida cotidiana de grande parcela de mulheres brasileiras que ingressaram nos movimentos e organizações populares, urbanos e rurais.

Vinculada ao acesso aos direitos, a cidadania para o feminismo está “identificada com o processo de espaços públicos novos e múltiplos, não como mera ocupação de espaços existentes anteriores à prática de sujeitos políticos” afirma Soares (2004, p. 172).

O feminismo incorporou e centralizou seu debate e seus discursos, no período, na questão do modo de representação dos segmentos populares excluídos da esfera pública, do usufruto da riqueza produzida e do acesso a bens e serviços. Inverteu, desta forma o paradigma que dicotomizava o privado e o público e tornou públicas as desigualdades tanto de classe como as de gênero, até então, estas últimas, afetas à vida privada. Por sua vez, mulheres das periferias e trabalhadoras rurais incorporaram em suas lutas e em suas reivindicações idéias e reivindicações provenientes das questões levantadas pelas feministas. Desta forma, pode-se afirmar como refere Sarti que:

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava de “movimento de Mulheres”, pela sua pluralidade expandiu-se através da articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se um movimento inter-classes (2001, p. 37).

A identidade de gênero é recortada por diversas clivagens sociais e referenciais culturais o que evidencia uma pluralidade de interesses e a dificuldade de unificar as lutas das mulheres, mas o diálogo entre as feministas na academia e as organizações populares e comunitárias possibilitou que a unificação da e na diversidade se tornasse uma força política capaz de congregiar interesses e conflitos particulares ou privados com interesses e conflitos sociais amplos. Este diálogo “é uma característica histórica da produção feminista brasileira” lembra Castro (2001, p. 54).

Para a autora

O feminismo engendrado na academia ou de corte intelectual (os quais não se confundem sempre) é um tipo de movimento social, já que pode contribuir para a “instabilidade de categorias” ou a desconstrução de paradigmas tradicionais, das concepções dualistas, suposições genéricas que deixam de levar em conta a complexidade da vida cotidiana e o capital social das mulheres (op.cit. p. 54).

No período, o primeiro grande movimento foi realizado por mulheres acadêmicas de classe média, ligadas à intelectualidade na luta pela anistia aos

presos políticos, pela abertura democrática e pela igualdade das mulheres, mas, a aproximação com as ações empreendidas pelas mulheres pobres que lutavam para a melhoria das suas condições de vida e as de suas famílias estreitou os laços e pluridimensionou o movimento feminino desvelando as diferentes expressões da condição das mulheres brasileiras, ocultadas ideologicamente pela formação discursiva do capital. O entrelaçamento desses diferentes interesses tornou segundo Soares “menos nítidas as demarcações, principalmente entre as mulheres dos movimentos populares e o movimento feminista” (op.cit. p. 54).

As feministas vinculadas a grupos ou partidos de esquerda ou aos trabalhos em paróquias passaram a freqüentar os bairros onde sensibilizavam as mulheres da periferia a pensar em seus problemas específicos, cada vez mais agravados pelas condições de vida e de trabalho. Desta aproximação surgem as lutas por políticas de atenção à saúde da mulher e de combate à violência contra a mulher e doméstica.

Salas assim se refere aos avanços sociais alcançados pelo feminismo:

Seria um grave error identificar com el feminismo a toda acción em favor de la mujer, pero seria una injusticia histórica actuar em este campo sin conocer ni recorrer que las probabilidades que tenemos ahora las mujeres se deben, em gran medida, a la lucha de las feministas, a sus planteamientos y a sus logros (1996, p. 13).

As lutas das classes populares e o feminismo, através de seus discursos, materializaram e revelaram um claro projeto social para o país como pode ser observado a seguir e polarizaram o debate da categoria dos assistentes sociais de quem demandaram apoio às suas reivindicações, a ampliação e a execução das políticas sociais na perspectiva de direitos sociais e da cidadania e o estreitamento dos vínculos com os profissionais.

A produção do discurso feminista e o sentido atribuído à cidadania, aos direitos, à igualdade e à democracia na ótica feminista, têm como consequência uma mudança na posição sujeito das mulheres que se reflete nos trabalhos e nos vínculos que estabelecem com os profissionais que atuam nas políticas sociais com destaque para os assistentes sociais.

5.3 A ruptura do Serviço Social com a formação discursiva do capital

O mercado de trabalho do assistente social gradativamente se consolidava e ampliavam-se tanto o contingente de profissionais como as unidades de ensino. Em

meados de 1970, o Serviço Social se afirmava nos quadros universitários, submetia-se às exigências de pesquisa, de extensão e de qualificação de seus quadros docentes e em 1981 foi instalado o primeiro curso de pós-graduação em nível de doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o que impulsionou, decisivamente, o processo de revisão e renovação da profissão no Brasil, a elaboração e a divulgação de processos discursivos sintonizados com as aspirações e demandas dos setores populares.

Silva lembra que “As transformações no interior do Serviço Social são identificadas exatamente quando a sociedade civil brasileira intensifica seu processo de rearticulação política” com repercussão nas três dimensões constitutivas da profissão – político-organizativa, acadêmica e interventiva. Ainda destaca que “*as bases de legitimação da profissão são buscadas junto aos segmentos que constituem a própria clientela do Serviço Social*” (2002, p. 40, p. 68).

Decorre da análise, já descrita nesta tese a evidente identificação ocorrida entre os assistentes sociais e as classes populares proveniente da condição de trabalhadores e também de gênero, já que a convivência com os segmentos populares se deu via as mulheres enquanto donas de casa, cuidadoras de suas famílias e trabalhadoras expoliadas e subalternizadas no mercado de trabalho com uma categoria profissional majoritariamente feminina e, conseqüentemente, também, dona de casa, cuidadora de sua família e subalternizada pela divisão social e técnica do trabalho. Alguns fatos transcorridos na história da profissão demarcam o que se denominou ruptura com a alienação, com o conservadorismo, com as origens do Serviço Social no Brasil e, nesta análise, situam o processo de ruptura com a formação discursiva do capital.

Em 1979, a realização do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi o acontecimento que marcou essa nova fase do Serviço Social no Brasil com a substituição dos convidados especiais e das autoridades militares por representantes dos trabalhadores e de organizações populares. No mesmo ano, a Convenção da ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social) instituiu novo currículo para os cursos de graduação e foi criada a Revista Serviço Social e Sociedade, importante veículo de divulgação do conhecimento produzido pela categoria.

Estes fatos simbolizam a intenção de ampliação da vinculação e do comprometimento da categoria com a classe trabalhadora e seus interesses, com os

movimentos e com as organizações populares em resposta às demandas advindas destes setores. Demarcam o processo de superação do Serviço Social tradicional, a ruptura com o paradigma do estrutural-funcionalismo e a construção de um projeto profissional novo que visa apoiar as demandas das forças populares organizadas e que se fundamenta no paradigma marxista. Em AD, este processo pode ser atribuído à mudança na posição sujeito dos assistentes sociais, de efeito/assujeitado ao capital para a posição de sujeito vinculado à formação discursiva do trabalho, comprovando como defende Orlandi que “nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente” (2004, p. 52).

Para Netto “as condições de trabalho da massa da categoria profissional – com sua *aproximação geral às camadas trabalhadoras - o novo público em que se recrutam os quadros técnicos, o clima efervescente do circuito universitário quando da crise da ditadura*” foram decisivos no processo desencadeado pelos assistentes sociais com forte repercussão na sua ação profissional (2001, p. 160). A decorrente crítica ao desempenho tradicional, aos seus fundamentos teóricos, metodológicos e filosóficos levou à aproximação ao marxismo e ao resgate crítico de tendências silenciadas no período ditatorial e desestabilizaram a posição sujeito/efeito mantida nos períodos anteriores.

Ao evidenciar que “por meio de sua renovação, o Serviço Social *buscava assegurar sua própria contemporaneidade*, afirmando-se aquela como o caminho possível para a sua reprodução e expansão”, lamamoto deixa claro que não restava ao Serviço Social, alternativa que não fosse a de renovar-se (2001, p. 202). Faleiros, ao analisar o que se passava na profissão naquele momento, dizia que o Serviço Social “*ou se renova ou tenderá a ser superado pela própria realidade como um idealismo impregnado de boas intenções*” (1981, p. 84).

Segundo Martinelli

Tornava-se cada vez mais claro que era preciso *desalojar do interior da categoria profissional a reificada e reificante identidade atribuída, lutando coletivamente pela construção de uma nova identidade*, plena de historicidade e capaz de se articular com as forças revolucionárias que buscam a construção de uma nova sociedade (2000, p. 147).

Para a autora, “a prática profissional impunha-se iniludivelmente como uma prática política”. Seu objetivo voltava-se para a “produção de novas relações sociais” *para a vinculação aos interesses das classes populares, comprometia-se com as forças democráticas*. Para tal e tendo como “companheira necessária” a classe

trabalhadora, o Serviço Social “só poderá libertar-se de modo efetivo e real das amarras que o aprisionam ao capitalismo superando o próprio capitalismo e, ao fazê-lo, superando-se a si mesmo” (op.cit. 148-152).

O esforço para superar-se foi a marca da profissão neste período o que o levou a ser denominado como “Ruptura”, ou seja, de um lado demarca o seu processo de rompimento com as origens, com a tradição conservadora e com a bases positivista-funcionalista e de outro *cria novas bases teórico-metodológicas e ético-políticas expressas no estabelecimento de vínculos e compromisso estreitos com os setores populares e seus interesses*. É neste período que, sob influência do marxismo, o Serviço Social inicia o processo de construção *de um novo projeto profissional e se insere na luta por uma nova ordem societal*.

Diz Faleiros que “uma das preocupações centrais do Serviço Social, neste período, foi a busca duma base científica para suas atividades, notando-se uma tendência para *superar o empirismo e o idealismo* frente aos desafios do subdesenvolvimento e da dependência” em decorrência da “própria crise por que passava a profissão” diante da sua “ineficácia” e, também, diante da mobilização e organização da classe trabalhadora (1981, p. 84).

Desta forma o processo de ruptura teve causas tanto internas como externas, ou seja, como conseqüência da aproximação às condições de vida das classes populares a partir dos trabalhos de Desenvolvimento de Comunidade, e de sua própria constituição como membros desta classe, os Assistentes Sociais se depararam com as contradições sociais e com as contradições de sua própria inserção sócio-profissional.

Nas palavras de Faleiros “Uma profissão define-se nas relações historicamente estabelecidas pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações entre a classe dominante e dominada”. Para o autor, um dado significativo é o de que *“profissional e população compartilham a condição de trabalhadores, de cidadãos, portanto de explorados e dominados”* (op.cit. p. 85). Gerou-se, desta aproximação/identificação um processo de consciência da necessidade de alianças e a constatação de que a população alvo do trabalho profissional se constituía de sujeitos que, não necessitavam de ações educativas moralizantes, mas de *possuírem direito aos seus direitos*; não de serem mobilizados, “educados” e “ajustados” para responder às demandas da classe dominante, mas de serem apoiados e assessorados em suas organizações e em suas lutas.

Como constata Netto, “o dinamismo histórico recoloca, a cada uma de suas inflexões, a urgência de renovar (e, em alguns casos, de refundar) os estatutos das profissões particulares”. O autor afirma que “a renovação aparece aqui, pois, como uma *resposta construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se entretecem na interação profissionalidade/sociedade*” (1992, p. 85) (2001, p. 10).

No entanto, como destaca Martinelli, este processo não resultou em uma resposta unívoca dos assistentes sociais “*pois a cisão do único, sobre o qual o capitalismo se constrói, havia penetrado na categoria profissional, transformando-a em uma categoria fragmentada, fragilizada e desunida*” (2000, p. 143).

Na ótica da AD, esta cisão resulta do embate entre as formações discursivas do capital e do trabalho que se reflete na posição oposta entre grupos da categoria dos assistentes sociais. Fatores externos tencionam e dão origem a questionamentos internos que, por razões históricas e culturais, forçam e mobilizam dialeticamente a categoria em dois sentidos opostos: de um lado a clara necessidade de modificar-se, de responder às questões colocadas pela realidade da população atendida e, de outro a dificuldade de desacomodar-se de razões culturais e ideológicas que lhe ofereciam certa (mas, frágil) estabilidade. Como dizia Marx “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” (2002-a, p. 36).

Neste período, na verdade, as circunstâncias faziam a profissão se mover, mas, era difícil fazer com que este movimento movesse idéias e expectativas sedimentadas na identidade profissional de sujeitos-efeito do interpelamento ideológico do capital. Daí decorre o surgimento de uma vanguarda profissional – grupos pioneiros e protagonistas de trabalhos de pesquisa e de práticas inovadoras e reveladoras de que afinal, a categoria podia mudar as circunstâncias, sobretudo, de início, no seu fazer profissional cotidiano. Com seus trabalhos, muitos divulgados em publicações, demonstravam a coerência do princípio dialético da mudança qualitativa, assumiam uma posição de sujeitos vinculados à ideologia da classe trabalhadora e instituíram uma nova discursividade para a profissão.

Como resultado, tem-se um período de significativo crescimento da legitimidade da profissão (para além das classes dominantes e empregadoras) por parte da população atendida; o fortalecimento das organizações profissionais; o avanço nos mecanismos legais de regulamentação da profissão; uma maior qualificação teórico-metodológica de seus agentes, etc. A clarificação de que o

Serviço Social é um trabalho inserido na divisão social do trabalho, a sua vinculação ao mercado capitalista e a identificação dos assistentes sociais com a classe trabalhadora foram, talvez, os fatos mais marcantes do processo de ruptura com suas origens e dos avanços obtidos pela profissão em nosso país.

Os mais expressivos produtos concretos desse período para a profissão são: o processo coletivo de elaboração do Novo Código de Ética; a revisão da Lei de regulamentação da profissão; o amplo debate em todas as regiões e Estados brasileiros da reforma curricular para os cursos de graduação; o fortalecimento e a visibilidade das organizações da categoria; a realização de eventos como oficinas convenções e congressos; o desenvolvimento de grupos e núcleos de pesquisa e a ampliação de pós-graduações e da produção científica da categoria.

Existem, no entanto, aspectos em que é imprescindível avançar, nós que precisamos ser desatados, gargalos que precisam ser desfeitos. Dentre estes se destaca a urgência de superar as marcas de origem da profissão que persistem ou são redefinidas como o pragmatismo e a subalternidade, apontadas como responsáveis pelas reiteradas crises de identidade da profissão.

Se essas marcas ainda ocultam a identidade almejada, para a sua superação torna-se necessário olhar mais para a sociedade civil, publicizar e democratizar a ação e a relação profissional/população e aprofundar o conhecimento do assistente social como sujeito político-profissional. Daí decorre, segundo o processo de AD realizado até aqui, a importância de atentarmos para a condição feminina majoritária dos assistentes sociais.

O período apresenta no que diz respeito às ideologias que influenciaram o Serviço Social e que foram responsáveis pelo assujeitamento de seus agentes à formação discursiva do capital, algumas peculiaridades: o distanciamento da influência das idéias religiosas do catolicismo, a aproximação ao materialismo histórico e o conseqüente afastamento do absolutismo da ciência racional funcionalista, característicos da formação discursiva do trabalho. A expressão desta peculiaridade foi demarcada por tensões, disputas, confrontos, rupturas e fragilidades que, em sua dialeticidade também revelou encontros, unicidades e, sobretudo, fortalecimentos. Levou à criação de novas possibilidades e perspectivas para o pensar e para o agir profissional. O Serviço Social resultou fortalecido naqueles aspectos que até então lhe obscureciam a identidade e a especificidade e, sobretudo naqueles que o mantinham na subalternidade teórica. A riqueza da

experiência vivida também deixou seus profissionais com mais certeza da necessidade de avançar, de traçar metas para seu engajamento como sujeito coletivo, na construção de uma nova sociedade.

Os autores pesquisados unanimemente atribuem esta transformação ocorrida no interior da profissão e o conseqüente deslocamento de suas bases de legitimação à aproximação/identificação dos assistentes aos segmentos populares, seus movimentos, suas organizações, suas lutas e suas necessidades concretas. Conforme demonstra Martinelli, os assistentes rompem com a alienação, negam a identidade que lhes fora atribuída, lutam pela construção de uma identidade “plena de historicidade” e se reconhecem como categoria participante da “classe para si”. A nova identidade passa a ser “elemento fundante” de sua prática social vinculada aos interesses da maioria (2000).

A identidade atribuída era legitimada pela classe dominante, trazia em seu bojo muitas contradições e, neste período e neste contexto, evidenciava-se extremamente conflitante com a relação demandada aos profissionais, pela população com que trabalhava, assim como, com a sua própria condição de trabalhador no mercado. A ruptura com a identidade atribuída impunha-se, era necessário sobreviver, mas era necessário redefinir a posição sócio-profissional numa sociedade cindida e injusta; não restava alternativa que não fosse a de autotransformação da profissão.

Observa-se nesta transformação o deslocamento da concepção teórica do estrutural funcionalismo para a vertente do pensamento marxista. Este deslocamento, como analisa Netto, dá-se na “esteira da consolidação das ciências sociais” que, por sua vez, encontravam-se diante da incapacidade de, com seus referenciais teóricos originados do positivismo, dar conta da dinamicidade daquele contexto social e, sobretudo, de compreender as mudanças que se davam nas relações entre as classes provocadas pelo fortalecimento dos movimentos e organizações populares (1992).

O Serviço Social que adquirira maior espaço de atuação na esfera estatal e inserira-se na execução das políticas sociais estatais deparava-se, diretamente com a realidade vivida pela população empobrecida e com a ineficácia destas políticas em responder às suas demandas. O trabalho na mediação entre relações antagônicas e interesses opostos fez com que, também, o Serviço Social, se deparasse com a sua incapacidade de compreender e atuar com base no referencial

estrutural-positivista e se incorporasse aos debates e confrontos que se davam nas ciências sociais. Desta forma, aproximou-se também teoricamente da realidade, das necessidades e dos interesses dos setores populares, ou seja, das correntes do pensamento sociológico que se mostravam capazes de dar conta dos acontecimentos sociais decorrentes das novas correlações de forças e do protagonismo popular.

Como afirma Netto, esta interlocução com as Ciências Sociais, “teve seu rebatimento” no auto-conhecimento dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão. Da condição de receptor e de “vazadouro” dos conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais, o Serviço Social credibilizou-se como um de seus interlocutores, o que no plano intelectual ofereceu “um contrapeso” a “subalternidade” profissional (op.cit.p. 132).

Observa-se que as classes populares, como segmento com o qual trabalham e do qual fazem parte os assistentes sociais, impuseram, por força das condições de trabalho e de vida que lhes eram dadas pela sociedade brasileira, a necessidade de mudanças nas relações de classe, deram um basta à dominação capitalista e exigiram novas respostas estatais, o que fizeram sensibilizando e mobilizando aqueles que, como portas vozes dos interesses dominantes e na função de agentes do controle social estatal, lhes eram mais próximos.

Por sua vez, a composição social de classe dos assistentes sociais era cada vez mais próxima a das classes populares o que tornava mais fácil a identificação dos profissionais com a população e, a sua composição feminina, conforme a análise realizada até aqui, certamente foi um fator decisivo na identificação com as lutas das mulheres e com as questões levantadas pelo feminismo acadêmico.

Também o protagonismo do segmento de alunos universitários trazia para o interior das academias e dos cursos de Serviço Social a crítica e a contestação da ordem capitalista e as reivindicações de mudança. Os estudantes traziam suas experiências de estágio e apontavam para a necessidade de respostas profissionais condizentes com as necessidades e os interesses da população com que trabalhavam. Modificava-se o ambiente das salas de aula, a relação professor/alunos, as tradicionais relações hierárquicas da educação dominante eram questionadas e desfeitas, o debate se impunha, a criticidade era requerida e mais espaços para questionar e refletir eram abertos. O espaço universitário, ao refletir e ser perpassado pela nova correlação de forças criava as condições para a

emergência de novos protagonismos de seus segmentos para o fortalecimento de forças de resistência e democráticas em seu interior. Havia um terreno fértil para que se criassem alianças com as classes populares, a formação discursiva do trabalho angariava adeptos.

Segundo Netto, no processo de constituição da perspectiva de intenção de ruptura podem ser identificados três diferentes momentos: de 1972 à 1975 a sua emergência e aproximação à tradição marxista; do final dos anos 70 ao início dos anos 80, a sua consolidação no âmbito das academias e, nos primeiros anos da década de 80, o seu rebatimento no Serviço Social, quando “procura-se pensar criticamente o próprio Serviço Social” (2001, p. 266).

Estes três momentos analisados em seu conjunto deram origem a uma nova configuração sócio-profissional, a uma nova posição sujeito dos assistentes sociais perante a formação discursiva do capital assim como revestiram o saber, o discurso e o fazer do Serviço Social de uma série de novos sentidos que lhe deu uma nova identidade, outro caráter. A profissão foi capaz de sintonizar as auto-representações com a pluridimensionalidade dos projetos que permeavam a sociedade brasileira como assinala Netto (2001); de realizar a depuração dos valores humanistas abstratos até então vigentes na cultura profissional para um humanismo histórico concreto e de alcançar a sua “maturação teórico-metodológica” como destaca Iamamoto (2001); de clarificar a sua possibilidade de “estabelecimento de vínculo orgânico” com os setores populares como revela Silva (2002, p. 14).

Os tempos eram outros para a Sociedade brasileira e para a sua intelectualidade e exigiam outras formas de compreendê-los e interpretá-los. As interpretações e as análises histórico-críticas de inspiração marxista possibilitaram a transformação das idéias e dos ideais da profissão à medida que lhe ofereceram outros elementos analíticos. Introduziram a profissão numa nova discursividade que materializava a formação discursiva do trabalho e desalojava seus adeptos da posição de assujeitamento ao capital.

Por influência, num primeiro momento de Althusser, os assistentes sociais negaram a prática no espaço das instituições e, posteriormente, sob a influência de Gramsci e com base na concepção de Estado Ampliado reorientam a sua maneira de ver e de agir nos espaços institucionais, ampliaram a capacidade de compreender a sua vinculação à classe trabalhadora e a pensar a sua prática institucionalizada articulada com os movimentos sociais.

Se, de um lado os movimentos sociais indiretamente cobravam novas interpretações e novas análises da intelectualidade brasileira, de outro introduziram tanto nos espaços privados como no espaço público, outras formas de pensar e de agir na sociedade brasileira e, sobretudo no trabalho dos profissionais da área do social. Sintonizado às novas concepções que influenciavam o debate e as análises das Ciências Sociais e pressionado por essas demandas dos setores populares, o Serviço Social reconstrói a sua identidade sócio-profissional e redireciona a sua inserção sócio-histórica, constrói nova discursividade e se inscreve em outra prática social. A sua renovação é uma “resposta construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se entretecem na interação profissionalidade/sociedade” como afirma Netto (2001, p. 10).

Se o debate no Serviço Social “não se espelhou em produção acadêmica marcante” sobre a sociedade civil, como refere Iamamoto (2001), e as relações do Serviço Social com as políticas sociais estatais absorveram a atenção da produção acadêmica da profissão, as lutas, as organizações e as reivindicações populares influenciaram o posicionamento político da categoria, a produção de outros discursos, alicerçaram novas alianças e exigiram novas respostas profissionais. Para a autora, no interior da categoria houve um relativo obscurecimento da sociedade civil, “o verdadeiro cenário de toda a história”, e o debate assim como as pesquisas privilegiaram a sua relação com o Estado e com as políticas sociais (op.cit. p. 241). Este fato é fruto do embate entre a formação discursiva do capital e a formação discursiva do trabalho, dos ocultamentos renovados nos enunciados discursivos e nas estratégias de cooptação operadas pelo capital para manter a sua hegemonia.

Concretamente uma parcela de assistentes sociais assume uma “identidade completa com os movimentos sociais, passando a funcionar, de fato, como um assessor político desses movimentos”, tinham o objetivo de contribuir para a sua organização nas lutas por direitos sociais e nas lutas para “derrotar o capitalismo” e não, para mudar o comportamento ou o meio (FALEIROS: 1985, p. 19).

A ruptura sinalizou, hegemonicamente, a tomada de consciência dos assistentes sociais de que precisavam sintonizar-se com os novos tempos e de estabelecerem novas bases sócio-políticas e éticas para seu pensar e seu agir profissional, em consonância com as forças democráticas.

De certa forma, na consciência dos assistentes sociais ficou o legado dos movimentos populares com suas reivindicações de acesso aos direitos e de

democratização que, também, modificaram a visão que os assistentes sociais tradicionalmente tinham da incapacidade de serem sujeitos da própria história.

As políticas sociais passaram a ser compreendidas e difundidas hegemonicamente pelos assistentes sociais, como conquistas das classes populares, como canal de acesso aos direitos sociais e como um direito daqueles que dela necessitam por razões emergenciais ou estruturais que lhes são impostas, pelo modo de produção capitalista, nas suas diferentes fases de expansão. A visão de que são fragmentárias e compensatórias, “um mero apêndice do econômico” como afirma Martinelli é hegemônica na categoria assim como é o reconhecimento de que a atuação dos assistentes sociais nas políticas sociais deve superar a execução e abranger o seu planejamento e a sua transformação em políticas antecipatórias, participativas e garantidoras de cidadania (1998, p. 141).

A inserção sócio-ocupacional do assistente social nos órgãos estatais é predominante e tem como consequência a dificuldade de a categoria poder se distanciar dos interesses do estado capitalista e de seu ideário o que, talvez, explique o porquê de as alianças com a população ainda não sejam concretas, em algumas práticas de alguns profissionais. Entre interesses opostos, é comum ouvir-se dos assistentes sociais que “se faz o que se pode” para garantir aos usuários o que lhes é de direito. Desta forma, a idéia de sujeito de direito, universalizada no discurso dos assistentes sociais convive e conflitua com ações imediatistas realizadas em caráter de urgência, pelas inúmeras fragilidades sociais e econômicas em que estão situadas as condições de vida da população mais pobre em nosso País.

Além da ampliação de estudos e pesquisas sobre as políticas sociais no período, a questão ética também mobilizou a categoria. Seminários, encontros e discussões levaram a uma modificação radical do texto do código de ética com uma forte tendência (que mais tarde se consagrou) a situar os direitos e os deveres do assistente social politicamente no compromisso com o ideário dos movimentos sociais e com os interesses da classe trabalhadora. A democracia, a igualdade, a liberdade e a defesa dos direitos e da cidadania formalmente selam, no Código de Ética, o compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora. O código de ética é a intenção de materialidade da nova discursividade da profissão, o seu mais significativo ponto de identificação com a formação discursiva do trabalho e de ruptura com a formação discursiva do capital.

Muitas outras questões envolveram a categoria nesta fase, tais como: a revisão dos currículos dos cursos de graduação, a revisão dos seus fundamentos teóricos e metodológicos, de seu instrumental técnico-operativo, das suas estratégias nos espaços institucionais e de fortalecimento de suas organizações e concretizaram a mudança na posição sujeito dos assistentes sociais, a sua vinculação à formação discursiva do trabalho.

Desta forma, a Ruptura foi um avanço e uma auto-redefinição dos assistentes sociais da sua profissão e da inserção desta na sociedade brasileira. Esta “revolução” foi empreendida por uma categoria que permanece majoritariamente composta por mulheres que, neste particular, também esteve sintonizada com as conquistas e os avanços do feminismo, apresenta uma discursividade, plenamente identificada com suas idéias e ideais, mas, curiosamente observa-se a quase total ausência na produção teórica da categoria, de estudos e pesquisas que possam ser referenciados ao feminismo¹¹.

Afirmo então que não ou raramente explicitadas, as questões de gênero nos textos produzidos pela categoria neste período e referentes à população com que trabalham os assistentes sociais, não foi encontrado na revista de maior circulação no Serviço Social no país, nenhum artigo sobre a condição de gênero dos próprios assistentes sociais.

A existência de profissões destinadas pelo capitalismo, prioritariamente, às mulheres, cria um espaço em que se constrói/atribui, mas, também se reconstrói a identidade social e política de mulheres. As próprias contradições, que integram o

¹¹ Em levantamento da revista Serviço Social e Sociedade – de maior circulação dentre a categoria – constatei que, no período compreendido entre os anos de 1980 e 1989, dos quarenta exemplares publicados, dezesseis contêm artigos que tratam dos movimentos sociais, em sua grande parte são relatos de experiências de trabalho junto à população nas periferias das cidades brasileiras; apenas quatro referem a participação das mulheres e os demais não mencionam a condição de gênero dos participantes, falam em lideranças, população, membros da comunidade, etc.

Dos que se referem às mulheres, Nunes e Jacobis (1983, p. 145) relatam a formação do Conselho de saúde do jardim nordeste, bairro da zona leste de São Paulo composto por doze representantes “todas, donas-de-casa”; Souza (1985, p. 89) afirma: “Hoje a mulher está conseguindo criar o seu espaço de participação, vencendo todos os preconceitos e controles que lhe impuseram inclusive o do próprio companheiro”. No artigo a Autora destaca a participação das mulheres nos movimentos populares “em torno das questões imediatas, como creche, esgoto, saneamento e luz”; Ammann (1986, p. 63) assim se pronuncia: Os grupos de mulheres têm tido um papel inusitado dentro dos movimentos de libertação. É muito elevado o grau de participação da mulher em organizações camponesas, indígenas ou operárias, em associações de vizinhança, em grupos de jovens, donas de casa, estudantes ou professores, em manifestações de protesto, em greves, em atividades de suporte à guerrilha...; Jacobis (1988, p. 58), diz: “adquire especial relevância o trabalho das mulheres em organizações não institucionais, como é o caso dos Clubes de Mães” (...) “o papel das mulheres se destaca na medida em que sobre elas recai a solução dos problemas decorrentes das carências no cotidiano”.

modo de produção e as relações sociais capitalistas, apresentam a possibilidade de serem superadas, as interpelações ideológicas e o assujeitamento dos indivíduos a esse modo de produção. O sujeito não resulta do processo de “total assujeitamento”, ele é afetado pela formação discursiva, mas também a afeta, ele se movimenta, não é passivo dentro da formação discursiva em que se inscreve (FERREIRA: 2001, p. 23).

Compreender que o Serviço Social é um trabalho inserido na divisão social do trabalho, que os assistentes sociais vendem sua força de trabalho no mercado como os demais trabalhadores, foi um avanço do processo de ruptura, mas, há uma dimensão dessa divisão social que permaneceu a descoberto que é a dimensão de gênero ou sexual, cuja importância é relevante para a compreensão desta divisão assim como da emergência, do desenvolvimento e da legitimação da profissão.

A divisão social do trabalho nas sociedades capitalistas inclui a divisão sexual deste trabalho e as intenções políticas e econômicas desta divisão são determinantes da produção de mecanismos e estratégias de interpelação ideológica que visam o assujeitamento das mulheres. A divisão do trabalho social em suas dimensões tanto técnica como sexual assume formas conjunturais e históricas, como prática social, ora conserva tradições, ora renova-se, mas, são também construções sociais sexuadas que definem espaços ocupacionais, perfis, atribuições e competências das diferentes categorias profissionais. Ao contrário do pretendido pela classe dominante, o que é atribuído e as competências prescritas podem servir a outros interesses que não sejam os de dominação.

Netto considera que pela *“via da profissionalização no Serviço Social, contingentes femininos conquistaram papéis sociais e cívicos que, fora desta alternativa, não lhes seriam acessíveis”* (1992, p. 84). As condições sócio-históricas do período e a aproximação dos assistentes sociais aos setores populares e seus movimentos pode-se atribuir, conforme AD, à mudança na forma e na posição sujeito dos assistentes sociais e na produção/adesão da discursividade do trabalho pelo Serviço Social brasileiro. Esta mudança certamente foi influenciada pela discursividade do feminismo, pois, como refere Netto ao analisar a subalternidade teórica e a marginalização dos assistentes sociais como “dilemas da afirmação sócio-profissional”, as tensões, visíveis no Serviço Social, “podem ser relacionadas às lutas femininas em outras esferas sociais” (1992, p. 84).

Por sua vez lamamoto diz que “o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher quanto a imagem a ela imposta no mercado de trabalho” e afirma que

...se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos construídos socialmente sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira (...) uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres (2001, p. 104-105).

Faleiros (2005¹²) é de opinião que “o fortalecimento do poder das mulheres faz parte da mudança das relações sociais, pois as relações de opressão de gênero são estruturadas e estruturantes da sociedade”. Considera, então que “a ótica feminista” possibilita “ver a estrutura social nessas relações do dia a dia (...) e busca fortalecer as mulheres para enfrentar tudo isso individual e coletivamente”.

Martinelli (2005¹³) diz não ser “possível estabelecer uma relação tão direta entre a profissão, classes populares, em especial com as lutas e ideais do movimento feminino”, mas, confirma que a “superação da alienação esteve fortemente relacionada com a participação em movimentos sociais, até mesmo de natureza política” e “que *o protagonismo das mulheres e sua condição majoritária no âmbito da profissão influenciaram deveras o processo de ruptura com o conservadorismo*”.

Pode-se então considerar que, se as alianças estabelecidas pelos assistentes sociais com os segmentos da classe trabalhadora tiveram como lócus privilegiado, a aproximação destes profissionais aos locais de moradia desta população, às suas organizações, aos seus movimentos, esta aproximação em grande parte se deu via segmentos da classe trabalhadora mais disponíveis para a participação no cotidiano das organizações – mulheres e jovens certamente – já que cultural e ideologicamente aos homens é atribuído e cobrado o trabalho fora da esfera familiar. As alianças apontam para uma correspondente identificação na condição de mulheres entre os assistentes sociais e as mulheres destes segmentos, para a atribuição de um sentido feminino de igualdade e de direitos. Este sentido pode ser

¹² Trecho do texto elaborado pelo autor como contribuição à tese

¹³ Trecho do texto elaborado pela autora como contribuição à tese

compreendido “pela referência à formação discursiva” do trabalho (ORLANDI: 2005, p. 44)

Silva (2005¹⁴) diz acreditar que a condição feminina dos assistentes sociais tenha influenciado o processo de ruptura e assim se pronuncia; “nossa condição feminina nos permite uma convivência direta e cotidiana com a injustiça, o preconceito e a discriminação” e prossegue: “a mulher politicamente consciente de sua condição feminina, não consegue dissociar essa condição de subalternidade e de discriminação que a aproxima, por uma questão de identidade, com outros setores também subalternos”.

Em resposta à questão formulada sobre experiências pessoais ou profissionais vinculadas a algum movimento feminino, os autores que responderam às questões de pesquisa afirmam não terem tido envolvimento direto, apenas com movimentos sociais tais como por moradia (Silva); estudantil e Associação de Defesa dos Direitos Sociais no Canadá (Faleiros). Faleiros explica que esta associação “colocava as questões da mulher em todas as discussões, o que muito contribuiu para fazer-me olhar a questão do machismo, do patriarcalismo”.

O trabalho dos assistentes sociais, no período, apresenta semelhanças ao trabalho das feministas tanto pela participação nos locais de moradia da população como no público alvo destes trabalhos o que leva a supor-se que, direta ou indiretamente, os assistentes sociais tiveram contato com as idéias feministas e vice-versa, e que pode revelar a interface e a interlocução entre o feminismo e o Serviço Social. O trabalho das feministas, relatado nos textos analisados, situa-se no âmbito do trabalho social na dimensão educativa e conscientizadora e, no âmbito político, na luta por ampliação dos direitos, tal qual o dos assistentes sociais. Distingue-se deste último por ser um trabalho que, intencionalmente, abarca as questões específicas das mulheres enquanto o Serviço Social, embora fortaleça a mulher como sujeito social e histórico, o faz indiretamente.

Como lembra Faleiros “as assistentes sociais trabalham a partir de um lugar de poder, o das instituições, onde não se vê a condição feminina” e alerta “para o fato de que se mude o olhar sobre essa condição, inclusive nas políticas sociais” (2005).

¹⁴ Trecho do texto elaborado pela autora como contribuição à tese

Conforme o esquema de Armán (2003), citado e referido nos capítulos anteriores, observa-se que os assistentes sociais, neste período, superaram a fase da adaptação a um modelo que lhes fora dado, adquiriram uma maior consciência política e de sua própria condição feminina, assumiram como parte constitutiva de seu projeto profissional a defesa dos direitos sociais e a ampliação das políticas sociais de acesso a estes direitos, tal qual os reivindicam as mulheres brasileiras, mas, ainda não centraram suas investigações na recuperação da sua condição de mulher como objeto de estudo e, desta forma a sua própria condição de gênero permanece ocultada na produção teórica da profissão, passível de ser visualizada na análise dos enunciados discursivos, cumpre-se, desta forma, a importância de revelá-la. O sentido de feminino no período apresenta uma ruptura com a formação discursiva do capital já que as mulheres não mais se mantêm identificadas com os papéis e atribuições designados pelo capital e percebem-se como sujeitos políticos, partícipes e construtores de uma nova sociabilidade. O lugar “específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva”, portanto, pela AD pode-se afirmar que o sentido de feminino para as mulheres, à época, era o da formação discursiva do trabalho (BRANDÃO: 2004, p. 42).

Observa-se que a mudança no discurso dá-se também na prática social das mulheres, como afirma Fernandes: “ao referirmos às práticas discursivas, referimos também, a práticas sociais, visto que o discurso envolve condições sociais histórico-sociais de produção” (2007, p. 62).

Pela Análise de Discurso realizada, os assistentes sociais constituem uma nova discursividade e, sintonizada com ela, uma nova prática social, mas, ainda dependem de assumir a sua condição feminina na ótica da ruptura com a formação discursiva do capital para lhe atribuir o sentido político desta condição o que fortalecerá a nova identidade profissional, já que a construção da própria identidade profissional é um fato e que a ruptura promoveu a superação das “missões de ajudar e ajustar”, colocando a defesa dos direitos na ordem do discurso e da ação profissional. Como afirma Orlandi, o sentido “não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico” (2005, p. 42).

A crítica e somente a crítica histórica oferecerá as condições necessárias para a autocrítica dos assistentes sociais como sujeito político e coletivo assumirem o sentido e a dimensão feminina da sua composição sócio-profissional, para

encontrar o potencial que contém e para enfrentar e desvelar as próximas estratégias de manipulação, de interpelação e de dominação ideológicas da formação discursiva do capital.

6 AS MULHERES E A DISCURSIVIDADE GLOBALIZADA: DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA

“... nossa condição feminina nos permite uma convivência direta e cotidiana com a injustiça, o preconceito e a discriminação” Maria Ozanira da Silva e Silva. (2005).¹⁵

Os assistentes sociais recentemente haviam assumido a sua condição de integrantes da classe trabalhadora, com ela se identificado e se comprometido, tomado consciência de sua inserção sócio-profissional nas relações entre as classes e procedido importantes avanços no âmbito do pensar e do agir profissional. No discurso profissional, o sentido atribuído à sua ação resultava, segundo AD, de um processo de ruptura com o assujeitamento de suas origens à formação discursiva do capital e, também, da ruptura com a subalternidade das mulheres à ideologia dominante.

Na condição de profissionais majoritariamente femininos, assumiram a posição de sujeitos históricos, críticos e autônomos em relação à formação discursiva do capital. Posicionaram-se explicita e comprometidamente a favor de uma sociedade livre, democrática e igualitária, na posição de sujeitos da formação discursiva do trabalho. Tinham a consciência de que “o avanço desejado não é linear e nem tem ocorrido como desejamos”, como afirma Silva (2005), que se defrontariam com a necessidade de empreender a luta contra as novas interpelações ideológicas do capital, mas eram portadores de uma disposição hegemônica de seguir na direção do projeto profissional construído recentemente.

Sua condição feminina, como foi demonstrada nos capítulos precedentes, lhes predispôs a identificarem-se e a melhor compreender a injustiça, o preconceito e a discriminação social que o capital produz sobre as mulheres (principais

¹⁵ Trecho do texto elaborado pela autora como contribuição à tese

componentes da população com que trabalham) e não só sobre elas, sobre a classe trabalhadora de forma generalizada.

Como sujeito coletivo, a categoria dos assistentes sociais construiu um projeto profissional próprio em consonância com os anseios da grande maioria da população brasileira. No mesmo processo de formulação deste projeto, construiu sua nova identidade sócio-profissional, sua identidade projeto. Desta forma, atribuiu novo sentido à profissão, agora pleno de historicidade e sintonizado com os novos tempos que deverão ser conquistados.

Todavia, como ressalta Silva, “esse projeto parece não expressar uma hegemonia pacífica no que convencionamos entender pelas dimensões configurativas da profissão”, esta hegemonia é evidente nas dimensões organizativa e acadêmica da profissão, mas não o é, na dimensão interventiva, nos espaços institucionais e nos movimentos sociais, onde “parece não atravessar a massa da categoria” (1994, p. 78).

A partir dos anos 90, tanto o projeto profissional quanto a auto-identidade sócio-profissional estão a demandar o enfrentamento de enormes desafios interpostos pelas estratégias e políticas adotadas pelo capitalismo mundial e brasileiro, que interferem na sua operacionalização.

A profissão tem, nos dias atuais, uma importante dívida a resgatar com os segmentos populares, já que foi na convivência com esses segmentos que seus agentes obtiveram o impulso necessário para desencadear o movimento de ruptura de suas origens como sujeitos/efeito da formação discursiva do capital e crescer, solidificar-se e assumir hegemônica e coletivamente a posição/sujeito, dotado de maior autonomia profissional.

Foi a pressão dos movimentos sociais que gerou novas demandas à profissão – tanto por maior apoio e comprometimento com suas lutas e interesses como no sentido de estabelecer alianças dentro dos espaços institucionais públicos onde estão alocados os assistentes sociais -, para a obtenção de recursos e serviços a que têm direito. Foi também a convivência com as mulheres e a interlocução com o feminismo e seus avanços e conquistas, que influenciaram a produção da nova discursividade da profissão que se revela no projeto ético-político do Serviço Social, a sua aliança e a sua identificação com a formação discursiva do trabalho.

Se hoje se assiste ao “refluxo” dos movimentos sociais, como revelam alguns analistas contemporâneos, e ao mesmo tempo persistem e até se fortalecem as

estruturas sociais dominantes produtoras de desigualdades, exploração e injustiças, devemos rever nossa capacidade de identificar sinais e expressões que revelem o movimento intrínseco à sociabilidade humana nos espaços em que vivem e sobrevivem os segmentos das classes excluídas do mercado de trabalho, pois a realidade resultante das transformações procedidas pelo capitalismo, apresenta enormes desafios à profissão que, se os assistentes sociais não se mantiverem atentos às armadilhas da globalização e as possibilidades de estabelecer alianças com as forças que lhe sejam opositoras, estarão fadados a, mais uma vez, ser assujeitados, um mero instrumento do poder dominante do capital.

O ineditismo e a gravidade dos problemas contemporâneos interpostos pelo capitalismo globalizado ameaçam a vida humana; dependem urgentemente de que a eles se contraponham forças de resistência, de enfrentamento. A capacidade de criar estratégias e mecanismos para dissimular as suas crises intrínsecas e as suas contradições torna o capitalismo, um modo de produção cada vez mais distante da vida humana.

Através da AD, observa-se a sua capacidade de produzir e renovar seus processos discursivos e de interpelação ideológica, na busca de manter a sua dominação. Esses processos discursivos são cada vez mais sutis e veiculados por meios tecnológicos cada vez mais sofisticados. Para desocultar as intenções desses enunciados e dessa discursividade é necessário não perder de vista a trajetória histórica empreendida pela formação discursiva do capital, uma vez que, muitos dos enunciados hoje veiculados fazem parte da interdiscursividade e se utilizam da memória/esquecimento dos sujeitos interpelados historicamente. Lembrar, como fala Orlandi, que “o interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas” (2005, p. 54). Revestidos de novos sentidos de que a formação discursiva do capital tenta envolvê-los, contém velhas armadilhas discursivas de dominação, o sentido, no entanto, “não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (2005, p. 42) e o lugar “específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva” (BRANDÃO: 2004, p. 42).

6.1 A formação discursiva do capital e a globalização no Brasil

Ao final dos anos 80, com a Nova constituição brasileira havia sinais de significativas mudanças na vida das classes populares. Os direitos sociais tinham sido formalmente conquistados e ampliados, a sua universalização era prevista, a assistência social era desvinculada do assistencialismo e recebia o estatuto de direito. Embora sua operacionalização dependesse de legislações complementares e da disponibilização de recursos, na discursividade do capital, os direitos eram oficialmente reconhecidos e enunciados.

Nas palavras de Couto

A concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado, estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para serem garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado. Essa vinculação de dependência das condições econômicas tem sido a principal causa dos problemas da viabilização dos direitos sociais, que, não raro, são entendidos apenas como produto de um processo político, sem expressão no terreno da materialidade das políticas sociais (2004, p. 48).

A descentralização administrativa e a participação popular pareciam fatos consagrados e os conselhos com participação popular eram estruturados. O capitalismo, através da institucionalização formal destes conselhos, constituía canais e mecanismos de participação da sociedade civil sem, no entanto, abrir mão de manter seu poder de tomar as decisões econômicas. Na verdade os conselhos representam a parcela concedida pelo capital, em resposta às lutas populares e democráticas da pós-ditadura, mas permanecem sendo um importante meio de controle do capital sobre a população. Independente do contexto de profunda crise econômica, do agravamento da pobreza, do desemprego, dos baixos salários, da grande concentração de renda e da conseqüente desigualdade, havia muita esperança nos rumos do País.

As forças dominantes que se faziam presentes nas organizações estatais, não dispostas a que o Estado investisse na democratização e no enfrentamento das desigualdades, atribuíam às condições econômicas a dificuldade de viabilização dos direitos sociais e de ampliação das políticas sociais e adotaram a política liberal-conservadora, na versão do neoliberalismo, como saída política e ideológica para manter seus interesses e desmantelar as conquistas da classe trabalhadora.

Na opinião de Antunes

...iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do

Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal... (2002, p. 31).

O Brasil enfrentava uma dupla crise pelo seu endividamento externo e pelo aumento de sua dívida interna e submetia-se às receitas e prescrições do Fundo Monetário Internacional, realizava novos empréstimos (que se destinavam ao pagamento da dívida externa), a crise interna agravava-se com o aumento da tributação, da elevação dos juros e da emissão de moeda. O País ingressou nos anos 90 marcado pelo aprofundamento da crise social e econômica que envolvia os países capitalistas, justificada pelo capital internacional como consequência da crise do petróleo como fonte energética.

O capitalismo mundial, tendo em vista a superação desta crise, investiu em pesquisas de outras tecnologias e de novos padrões de produtividade e constituiu mecanismos novos e ou reformados de interpelação ideológica para continuar dominando e explorando. As estratégias e os mecanismos que constituiu centraram-se em uma série de mudanças no mundo do trabalho, nas relações de trabalho, nos meios de produção e, a partir desta reestruturação produtiva, emanou uma série de discursos visando ocultar as suas razões e os seus interesses.

A formação discursiva do capital, em moldes neoliberais, não é repressiva como no período ditatorial, nem menos cruel, não é cooptadora como no período pós-ditadura, configura-se como coercitiva, terrorista e explicitamente ameaçadora. Visa dar sustentabilidade à voracidade do capital e afastar/amedrontar os adeptos da formação discursiva do trabalho, que haviam numericamente aumentado.

Conforme afirma Harvey, “houve uma *mudança na aparência superficial do capitalismo (...) embora a lógica inerente da acumulação capitalista e suas tendências de crise permaneça a mesma*” (1996, p. 177).

Reestruturar-se como forma de se manter e se fortalecer é uma ação típica do capitalismo, desde seu surgimento. Muda a forma e os meios pelos quais procede a essas reestruturações, mas não se modificam as suas razões. Para dominar e explorar, o capitalismo tem se mostrado muito criativo. As vigentes reestruturações do modo de produção capitalista mais uma vez realizam o que já observavam Marx e Engels

...as antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam a ser nos dias de hoje. São suplantadas por novas indústrias (...) não empregam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais longínquas regiões, e seus produtos acabados

não são mais consumidos in loco, mas em todas as partes do mundo, ao mesmo tempo (2002, p. 29).

O neoliberalismo, como discursividade e como política adotada pelo capitalismo mundial e pelo Brasil, não pode ser entendida, apenas, como política econômica, possui tentáculos que se estendem por todos os campos da vida social. Sob domínio norte-americano, ele é outra face do imperialismo que tem como agente o “livre-comércio” e como objetivo o enfraquecimento dos estados nacionais e a redução da sua soberania e autonomia. Sob a égide do neoliberalismo, os discursos do mercado livre, do estado mínimo, da qualificação, da flexibilização, da competitividade, da privatização, entre outros, compõem o universo discursivo da formação discursiva atual, que materializa a ideologia da sua dominação.

O Estado de Direito e de Bem-Estar Social que mal se esboçava no Brasil era, já há alguns anos, o centro das atenções dos discursos dos defensores do neoliberalismo e o alvo de suas críticas mais severas. A ele atribuíam-se as causas da crise do capitalismo no âmbito dos países ocidentais e, contra ele, levantavam-se vozes defensoras de um estado mínimo. Com essa discursividade, o capital objetivou a aceitação hegemônica da primazia do mercado e o ocultamento da defesa de seus interesses em detrimento dos interesses majoritários, que se materializariam na viabilização dos direitos sociais conquistados. O discurso da liberdade do mercado e da livre competição, ao mesmo tempo em que oferecia um substituto discursivo à liberdade reivindicada e à democracia conquistada, pesava, no imaginário popular, como uma ameaça darwinista que impulsionou-nos, sem distinção, ao individualismo e à competição. Como estratégia coercitiva, esta discursividade possibilitou que o mercado se sobrepusesse ao estado de direito e que este se tornasse tão mínimo, que a sociedade civil aceitasse e se lisonjeasse de assumir suas atribuições através de parcerias, de voluntariado e de ONGS.

Como escreveu Hobsbawm, “O mundo mais conveniente para os gigantes multinacionais é aquele povoado por estados anões, ou sem estado algum” (1995, p. 234).

O mercado, na política neoliberal, assume, com sua lei da demanda e da oferta, o lugar de gerenciador da vida social; a economia domina e se revela uma verdadeira ditadura e o interpelamento ideológico visa assegurar o assujeitamento dos sujeitos sociais ao capital. Como ditadura que rege a vida humana, a ideologia do mercado neoliberal ainda visa dominar mentes e corpos no sentido dado a esta

dominação por Michel Foucault (1987), mas não mais para atuarem na produção, para o que não mais necessita de tantos corpos, mas, para produzir mentes, politicamente dóceis e observientes, indivíduos assujeitados, aos ditames do mercado.

As regras são ditadas pela economia e pelo mercado, sob o imperialismo discursivo norte-americano que tem se revelado um imperialismo de morte – faz armas, faz guerras, defende a pena de morte, mata e lidera em nome da vida e de sua defesa, as ações terroristas mundiais. Promove desta forma, a apatia, o medo e o descrédito nas lutas democráticas.

A história revela que as classes dominantes criaram e reformaram o Estado para a nação que corresponde aos seus interesses e que a nação que surge do processo de luta e conquista de direitos por parte das classes populares, ainda não concebeu o seu Estado. Assiste-se hoje à valorização do protagonismo dos fatos em detrimento do protagonismo dos sujeitos, pela desvalorização ideológica deste último.

O Estado Mínimo e a primazia do mercado são fatores determinantes do aumento da vulnerabilidade socioeconômica, da miserabilidade, do aviltamento dos salários, da redução orçamentária para políticas sociais, do sucateamento dos serviços públicos, do desrespeito aos direitos, da “monetização da vida humana” e da “mercantilização das relações” como afirma Martinelli (1998).

Em resposta à minimização do Estado, sobretudo na área social, opera-se o surgimento de “estados paralelos” tais como os comandos e organizações do tráfico de droga e criminosas que impõem, com muitas semelhanças às imposições capitalistas, as suas regras de dominação e controle social. A expansão da abrangência destas organizações é percebida quando se observa a vida da população em determinadas favelas e bairros periféricos de inúmeras das cidades brasileiras, onde convivem regras de repressão e contenção de liberdades individuais e coletivas, regras e programas de proteções sociais autógenas e privadas destas organizações.

As relações de solidariedade popular são atravessadas por relações de terrorismo, violência, submissão e subalternidade, até mesmo, entre grupos e indivíduos da mesma classe social. A cidadania entra na ordem do discurso como a cidadania dos que são solidários e coniventes com a formação discursiva e com a defesa do capital, ou seja, com os interesses exclusivos dos grupos dominantes. As

contradições e os antagonismos de classe e as relações entre estas, intrínsecos ao modo de produção capitalista, alteram-se e dissimulam a exploração e a expropriação da força de trabalho – mais uma vez os trabalhadores são responsabilizados pela sua exclusão do mercado de trabalho, pela discursividade neoliberal que se utiliza do interdiscurso vigente no período de sua implantação no Brasil.

Mais uma vez assiste-se, como escreveram Marx e Engels, que “a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; e assim, o conjunto das relações sociais” (2002, p. 28).

O capitalismo, a partir dos anos 90, não mais se preocupa com a questão social nem com as condições vividas pela classe trabalhadora, porque dela não mais depende para sua manutenção. Promoveu a descoberta de novas tecnologias e fontes de energia para a produção que dispensam, em nível significativo, a força humana de trabalho. Adotou novas políticas econômicas que “superdimensionaram” o capital financeiro globalizado e que garantem a sua lucratividade. Não mais depende de estados nações fortes, pois reestruturou o seu estado imperialista global. Não mais se confronta com seu principal inimigo, pois o socialismo real ou as experiências socialistas não resistiram e os “muros” que as separavam do capitalismo foram derrubados. Segundo AD, pode-se constatar que a formação discursiva do trabalho perde, em parte, o poder de confronto com a formação discursiva do capital, que institui a sua discursividade, como a única e verdadeira a ser difundida na vida contemporânea.

No Brasil as novas transformações nas relações de produção repercutiram tanto nas organizações dos trabalhadores (sindicatos) como nas organizações comunitárias de caráter popular, o que semi-paralisou os movimentos sociais e, conseqüentemente, incidiu sobre as conquistas obtidas pela classe trabalhadora em anos anteriores. Os sindicatos viram-se reduzidos em sua capacidade de negociação e os movimentos populares depararam-se com a não regulamentação de importantes artigos da constituição de 1988.

Como lembra Silva, “a Constituição de 1988 é assumida como um entrave à governabilidade” e as conquistas da classe trabalhadora, os direitos trabalhistas e sociais são desrespeitados (1994, p. 105).

Os direitos sociais conquistados foram transformados em mercadorias, passaram a ser vendidos no mercado para quem puder pagá-los; a prestação de

serviços de caráter público como educação, saúde, habitação etc., é objeto de disputa por empresas privadas, organizações empresariais e organizações não governamentais. Se utilizados por segmentos que podem pagá-los, estes serviços são mercadorias adquiridas por compradores/consumidores; se prestados por empresas ou ONGS, seus usuários são objetos de ações filantrópicas e ou assistencialistas. O assistencialismo e a filantropia são relançados pelo capitalismo e revestidos dos sentidos e dos discursos da solidariedade e da cidadania, ocultam a perversa lógica da benesse, da caridade e da ajuda despretensiosa, ou seja, da exploração e expropriação da força de trabalho e da sua cidadania.

Assim os aspectos sociais e conseqüentemente os direitos sociais incorporados à Carta Constitucional brasileira são um dos alvos preferidos para o capitalismo aferir a causa dos problemas do País e objeto de ações e de discursos que desestabilizam as conquistas das classes “que vivem do trabalho” como bem refere Antunes (2002).

Assiste-se, a partir de então, o desmonte das políticas sociais e dos serviços assistenciais com o incremento de privatizações destas políticas, com a criação de parcerias com Organizações Não Governamentais e o conseqüente aumento e agravamento da pobreza em níveis quase de miserabilidade. As taxas de desemprego se elevam, as empresas nacionais foram leiloadas para as multinacionais, cresce o trabalho informal e aumentam os índices de violência. Com a expropriação das leis trabalhistas e o desemprego, a informalização amplia-se na mesma proporção em que se consolida o valor do capital financeiro, e, no plano das relações sociais, sobrepõe-se o individualismo, a competitividade e o consumismo.

O Brasil é um país injusto socialmente, vem apresentando recordes de desigualdade social e, como escreve Sader

Convivem duas imagens contraditórias do Brasil no mundo atual: uma complacente composta por seu futebol, pelo carnaval, por sua música, por uma imagem jovial e alegre de seu povo, por suas telenovelas; junto a outra, dos massacres e da injustiça, da discriminação e da violência. Se nos perguntarmos qual das duas é real, teremos de dizer que ambas o são; e somente da compreensão de sua convivência e das contradições que encerram pode surgir uma visão real do Brasil, como país e como sociedade (2003, p. 131).

Uma grande parcela de brasileiros é hoje protagonista dos episódios mais tristes e cruéis da vida no País: passam fome, catam lixo, perdem a esperança, refugiam-se no álcool, nas drogas, na criminalidade. São crianças, jovens, adultos e idosos que recebem de um Estado que se diz de direito, o papel de excedentes.

Como lembra Martinelli “vivemos em um país onde a moeda é estável, mas os homens não estão tão estáveis assim” em que as “políticas de que precisamos hoje são políticas de inclusão, são políticas de redistribuição de renda” em que é “preciso reinventar o conceito de cidadania”. Para a autora cidadania não pode ter a marca do contrato de trabalho, do poder de compra e sim “do pertencimento, da inclusão, do usufruto de direitos” (1998, p. 137-143).

O avanço tecnológico, as descobertas da ciência e as conquistas produtivas em nada têm favorecido a diminuição da desigualdade, ao contrário, têm resultado no seu crescimento e na sua disseminação em ritmo e forma jamais existentes. Comprometendo a vida e oxigenando a especulação financeira, essa “economia de morte”, como fala Sader, é “uma espécie de câncer que o capitalismo gerou no seu próprio seio”. Se de alguma forma e por determinado período parece ser bem sucedida, possivelmente é porque conta com a apatia política da população (2004, p. 6).

A partir dos anos 90, os movimentos sociais perdem seu caráter ideológico e político de oposição ao Estado e se traduzem em ações que buscam eficiência na elaboração e execução de projetos, como parceiros do Estado, como esclarece Gohn “os anos 90 redefiniram o cenário das lutas sociais no Brasil assim como deslocaram alguns eixos de atenção dos analistas” (2003, p. 127).

Surgem novos movimentos centrados mais em questões éticas – desencadeadas pelos escândalos na política -; de revalorização da vida - pelo aumento da violência, sobretudo urbana; geracionais – meninos e meninas de rua, aposentados – ecológicos e de defesa do meio ambiente – devido à poluição, aos desmatamentos, etc. O cenário destes movimentos é urbano (mesmo em se tratando do Movimento Sem Terra - talvez o maior movimento das últimas décadas – embora a sua demanda seja rural) e o que representam de novo é “o deslocamento do eixo das reivindicações do plano econômico, em termos de infra-estrutura básica para o consumo coletivo, para suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual em termos de comida” destaca Gohn (2003, p. 128).

Dos movimentos sociais nos anos 80 restou a criação de canais de representação dos setores organizados para atuação junto aos órgãos públicos como os conselhos, as delegacias especiais, etc. e mobilizações coletivas que “partem de um chamamento à consciência individual das pessoas”, mas, que se

apresentam mais como campanhas do que como movimentos sociais, afirma Gohn (op.cit. p. 128).

Na redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a política neoliberal investe num outro tipo de “participação social” que vai, na direção, não da fiscalização e do controle da sociedade civil sobre a gestão e a implementação das políticas sociais, como reivindicavam os movimentos sociais na década anterior, mas, na direção de transferir e de atribuir às organizações da sociedade civil, o papel de agentes do bem-estar social mediante práticas caritativas, assistencialistas, filantrópicas e voluntárias.

Para Gohn

A despeito da afirmação de certos órgãos da mídia, respaldada em alguns analistas, de que os movimentos sociais refluíram e estão desmobilizados nesta década, na realidade o que de fato encontramos são formas renovadas de participação social, por meio de ONGS e de movimentos sociais (...) os movimentos sociais populares representam ainda uma das poucas válvulas de pressão efetiva sobre o Estado... (2003, p. 36).

A institucionalização dos movimentos sociais, seja, pela incorporação de suas lutas a ministérios, secretarias, delegacias, conselhos, etc. ou por Organizações Não Governamentais, empresariais ou estatais, de um lado traduz o reconhecimento das demandas populares e de outro resulta na cooptação destas demandas e na desmobilização das lutas e das organizações de caráter popular. Configura-se como uma estratégia de dominação e de controle social que preserva os interesses do capital, uma nova estratégia de interpelação ideológica dos sujeitos sociais. Mediante os enunciados discursivos de cidadania, de participação democrática e de direitos sociais, que constituem a discursividade neoliberal, o capital retira-lhes o sentido popular e lhes atribui o sentido que lhe favorece e, desta maneira, cidadania, direitos e democracia são associados a ações empresariais e do chamado terceiro setor, cujas vantagens econômicas e ideológicas favorecem apenas os interesses dominantes.

Assim, as conquistas alcançadas no período constitucional e o conseqüente avanço dos direitos sociais, a participação popular na formulação e na fiscalização da elaboração da carta constitucional foram usurpados pela política neoliberal que promove a participação popular não na direção de controle direto na gestão das políticas sociais e da economia, mas no sentido de delegar e atribuir às

organizações da sociedade civil o papel de sujeitos-efeito, de agentes voluntários, filantrópicos e caritativos do bem-estar do capital.

Desta forma, invertem-se os mecanismos de controle social do estado para a sociedade civil, agora, sob a forma de parceiros cooptados e interpelados, mas em nada muda a finalidade deste controle em relação aos interesses dominantes, ou seja, ocultam que é ainda o temor das massas que move o estado capitalista ou com diz Chauí “o povo só não é temível quando teme” (2003, p.51). Oferecem em contrapartida aos direitos conquistados e como forma de acalmar/aterroizar a população, a caridade filantrópica e a seletividade do mercado de trabalho.

Para Couto

A orientação de recorte neoliberal tem sido encaminhada no sentido da desregulamentação, buscando não só desonerar o Estado e o mercado dos efeitos das desigualdades sociais, mas também os sistemas jurídicos formais do apelo da população empobrecida, que transitaria, assim, da órbita do direito formal para a órbita da filantropia (2004, p. 57).

As ONGS têm tido uma grande expansão no Brasil e, também no caso do feminismo, segundo Pinto, há um número elevado de mulheres que militaram nos movimentos sociais e que “tornaram-se profissionais nas diferentes carreiras (advogadas, médicas, assistentes sociais, psicólogas, sociólogas, educadoras) e fundaram ONGS onde passaram a exercer suas profissões a partir de um trabalho comprometido com as causas femininas”. Segundo a autora, “Essas organizações são financiadas primordialmente por fundações internacionais, mas em alguns casos recebem dinheiro do próprio governo, numa espécie de terceirização de serviços e responsabilidades” (2003, p. 36, 96). A propaganda discursiva destas organizações arregimenta adeptos e defensores que, interpelados ideologicamente, assumem a posição de sujeitos identificados e defensores da formação discursiva do capital.

A vinculação a fundações internacionais faz com que, muitas vezes o trabalho das ONGS esteja pautado mais nas suas próprias agendas, do que nas necessidades sociais locais; também faz com que o caráter de militância do movimento social de origem de seus membros, seja suplantado pelo caráter institucionalizado destas organizações e, desta forma, retira tanto os aspectos de autonomia e democracia dos movimentos sociais como a sua relação de oposição ao capital já que as parcerias anulam as reivindicações.

Destaca-se que a legitimidade das ONGS está na sua capacidade de obter fundos internacionais e nacionais e reconhecimento estatal, para desenvolver seus

projetos, não se constituindo, portanto, como canais legitimados para representar os interesses populares a que, em sua grande maioria, “estão voltados os seus projetos”, segundo a propaganda que divulgam. Também os serviços prestados perdem o caráter de direito e a universalidade, pois elas têm seus próprios critérios de seletividade.

Como lembra Couto, “As políticas sociais retomam seu caráter liberal residual; a questão da garantia dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado” (2004, p. 70).

O capitalismo, em sua versão neoliberal reestruturou-se, criou novas ideologias e jogou a quase todos, na luta pela mera sobrevivência. Ao produzir o desemprego estrutural, atingiu a “identidade legitimadora” que a formação discursiva do capital havia imposto à classe trabalhadora, no intuito de se expandir e racionalizar-se; sem emprego, o trabalhador perde esta sua identidade e resta-lhe a de desempregado, a de excluído. Ao atingir a materialidade da vida, o capitalismo atinge também, e certamente com a intenção de, a espiritualidade da vida, enfraquece os sujeitos sociais, individual e coletivamente e interpela-os ideologicamente com os discursos da qualificação, assujeita os sobrantes na posição de sujeitos autofracassados. Aproveita-se assim da memória/esquecimento e reedita os velhos discursos do esforço pessoal que ao promoverem o individualismo e a competição, desarticulam as lutas e as organizações coletivas.

A alienação imposta extrapola as questões do mundo do trabalho como revelou Marx

...não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria atividade produtiva (...) transforma a vida genérica do homem, e também a natureza enquanto sua propriedade genérica espiritual, em ser estranho, em meio da sua existência individual. Aliena do homem o próprio corpo, bem como a natureza externa, a sua vida intelectual, a sua vida humana (1963, p. 161,166).

Dois aspectos perpassam o cotidiano de grande parcela da população brasileira e o revestem de temores e apreensões: um é o trabalho na sua particularidade de emprego/salário e desemprego/ausência de salário e o outro, é a violência. As circunstâncias de qualificação e empregabilidade, a violência social e estrutural a que é submetida “a classe que vive do trabalho” marcam tanto a identidade individual, como a sociabilidade dos brasileiros.

O emprego, atividade profissional ou ocupacional do empregado ou o desemprego, como ausência desta para o desempregado, é a marca mais profunda das suas identidades e, tal qual falou Marx “tudo o que aparece no trabalhador como atividade de alienação se manifesta no não-trabalhador como condição da alienação” (op.cit. p. 171).

Se de um lado assiste-se o enfraquecimento da intervenção estatal na questão social, via políticas sociais, de outro se observa a descaracterização e a desmobilização das ações originárias da sociedade civil que não se configuram como *parceiras e voluntárias*, enunciados que compõem a formação discursiva do capital e resgatam/re-atualizam o sentido da *caridade e da ajuda*. Para cada iniciativa de organização e de luta popular, a formação discursiva do capital produz um discurso depreciativo de seus protagonistas, como tem sido alvo o MST e seus integrantes, qualificados como *baderneiros, inimigos, perigosos*. A sociedade civil é para a formação discursiva do capital a sua parceira, a fonte de seu exército voluntário de reserva lucrativo porque não é oneroso.

Considera Gohn que:

As utopias sociais transformadoras, tão caras à sociedade enquanto fatores de motivação e mobilização das ações sociais coletivas, mas ausentes neste final de século devido à queda de muros e regimes que sustentaram algumas delas, estão sendo reconstruídas a partir dessa nova concepção de sociedade civil (2002, p. 302).

Vemos hoje a exacerbação do que já visualizavam Marx e Engels quando escreveram o Manifesto Comunista: a não subsistência entre os homens de outro laço “senão o interesse nu e cru, senão o frio dinheiro vivo” e a redução da “dignidade pessoal a simples valor de troca” e das “liberdades estatuídas e arduamente conquistadas” à liberdade “única e implacável do comércio” (2002, p. 27).

A formação discursiva do capital investe em difundir a crença, ou mesmo a consciência ingênua, de que “tudo está por ser feito” e, ao mesmo tempo, a de que nada podemos fazer, além de nos *qualificar e de aliviar o estresse da vida atual, ajudando aos que precisam com nossas ações voluntárias*. O medo do desemprego, da violência e a incerteza convivem com um medo social difuso que impede os brasileiros de agirem como cidadãos livres e de direitos. Não mais se reivindica, não mais se organiza, não mais são mobilizadas as esperanças e as forças

democráticas. Hoje, temos medo de existir, de sair, de pensar, de falar, de agir, vivemos verdadeiros tempos de guerra, sem poder localizar e saber onde estão entrancheirados nossos inimigos, pois, são globalizados, voláteis.

O cidadão só é considerado se for capaz de consumir, é desvalorizado e excluído se não possuir esta capacidade; o individualismo isolou, escondeu, fragilizou e inibiu o sujeito coletivo. A regra vigente é competir e desconfiar de tudo e de todos. Inexiste a liberdade como princípio ontológico; inexiste o homem livre. A liberdade não se efetiva para a grande maioria da população brasileira. Outras prisões que não as instituições penitenciárias separam-nos e transformam-nos em prisioneiros solitários e descrentes de nós mesmos. O processo de interpelação ideológico é coercitivo, simulado e punitivo.

Sábias foram as palavras de Ítalo Calvino quando afirmou “iremos ao encontro do próximo milênio sem esperar encontrar nele nada além daquilo que seremos capazes de levar-lhe” (1990, p. 41). A realidade em que vivemos não é fruto do acaso e sim, da ação dos homens.

Para enfrentá-la é necessário fortalecer a formação discursiva do trabalho, uma tese que, como afirma Nogueira

...freqüenta os ambientes democráticos e de esquerda há um bom tempo: o reformismo neoliberal não oferece alternativa real aos problemas do capitalismo. Se, se pode aceitar que o neoliberalismo conseguiu ajustar a economia capitalista e conter a hiperinflação, não há como negar que agora ele se torna um perigo, ameaçando paralisar o enfermo e condená-lo a morrer curado... (2004, p.82-83).

O balanço das transformações estratégicas, empreendidas em nome dos interesses do capital, revela que, não só o conjunto da vida social foi afetado, também as profissões, suas áreas de intervenção e seus conhecimentos são colocados à prova.

As universidades e as comunidades científicas – espaços onde, por excelência, deveriam ser apontados os caminhos para o enfrentamento das questões contemporâneas – estão, também, envoltas na reestruturação neoliberal e na sua discursividade. Discutem e almejam pontuações formais de produtividade e qualidade, na ótica do capital, deixam a descoberto questões que envolvem a vida humana.

As expressões assumidas pela desigualdade social são inúmeras e exigem que as ciências sociais redobrem a sua visão crítica e a sua vigilância

epistemológica, para compreendê-las e para criar novas formas de intervenção, capazes de potencializar as forças de resistência democrática. A existência das ainda persistentes desigualdades de gênero e das múltiplas desigualdades sociais é a prova de que a igualdade formal não foi concretizada, que está ameaçada de tal forma que é imprevisível o futuro que nos aguarda.

Nas palavras de Cohen, “simultaneamente imprevisível e herdeiro do nosso tempo, o século XXI será o que as mulheres e os homens de hoje, o que as gerações futuras dele farão, numa alquimia que não pode isolar as relações de sexo das outras relações humanas” (1991, p. 661).

6.2 As mulheres, o Serviço Social e a discursividade globalizadora

As mulheres assim como os assistentes sociais encontram-se diante de uma situação paradoxal: como concretizar sua “identidade projeto” num contexto que lhes é tão adverso e, mediante o obscurecimento das ações e das ideologias, que serviram como base para a autoconstrução de suas identidades. Têm de enfrentar o desafio de transformar as práticas discursivas em prática social, em condições histórico-sociais adversas.

Segundo Castells, o feminismo construiu uma “identidade de projeto” quando “abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher” para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. Afirma ainda que “uma linha transversal atravessa toda a sociedade, enfatizando os interesses e valores femininos” (2006, p. 24, p. 221).

Hoje o capital traz de volta o discurso da vulnerabilidade social, utiliza-se do interdiscurso ao se referir a indivíduos perigosos e indivíduos em situação de risco - foco de atenção das ONGS e das organizações de voluntários. As famílias, principalmente as dos segmentos mais empobrecidos, são re-valorizadas como causa dos problemas individuais e do abandono de inúmeros brasileiros; delas, mais uma vez, cobra-se que os protejam e a elas cada vez mais se desprotege, discurso que devolve às mulheres, a função de *cuidadoras*.

Os cortes nos investimentos e dotações orçamentárias, destinadas às políticas e serviços sociais públicos, somados ao fechamento de postos de trabalho,

deixam grande parcela de famílias brasileiras entregues a sua própria sorte, ou seja, incapazes de proteger seus membros por que desprotegidas e, desta forma, as mulheres voltam a ser requisitadas no desempenho das funções *voluntárias, solidárias e cidadãs de cuidar*, uma forma de disfarçar a redução e o sucateamento dos serviços e políticas sociais públicos. O processo discursivo que acompanha este retorno da exaltação das mulheres como cuidadoras, de um lado, utiliza a memória discursiva de períodos anteriores, e de outro, oculta a não acessibilidade, pelo fechamento de postos de trabalho, de parcelas da população economicamente ativa.

Assiste-se a uma maior utilização dos fatores de ordem natural tais como sexo e etnia, para aliviar as tensões geradas pelo atual estágio do modo de produção capitalista. Estes fatores operam no sentido de desviar da estrutura de classes a nossa atenção e de propiciar o ocultamento das razões do desemprego estrutural. Um exemplo é o aumento das taxas de emprego feminino, tão enunciado nos discursos do capital que oculta os verdadeiros fatores deste aumento tais como: os empregos industriais onde a mão de obra masculina era majoritária diminuiram, em função da reestruturação produtiva; o aumento de vagas no mercado se localiza no setor de serviços, na terceirização e no trabalho temporário, onde a mão de obra feminina sempre esteve mais concentrada e onde a precarização das condições de trabalho e salário, é mais intensa. Os índices de desemprego, periodicamente divulgados como em elevação (em média de 15%), são medidos pela procura, o que faz com que parcelas da população economicamente ativa, que desistiram de procurar emprego ou estão exercendo atividades na informalidade, não integrem estes índices.

O grande tópico da mídia discursiva globalizada brasileira hoje é a violência urbana e doméstica; na primeira reforça a insegurança, o medo e provoca o aprisionamento domiciliar da população e, ainda, dá condições de maior lucratividade ao capital (que constrói mais instituições prisionais, produz mais armas e mais aparelhos de vigilância e segurança eletrônicos), a expansão da indústria do crime; na segunda, a mulher é apresentada como vítima de um inimigo próximo, seu companheiro, seu marido, estimulada a denunciá-lo e condenada, ou a prisão em casas de acolhida, ou a permanecer presa ao seu violentador. Numa sociedade em que milhares de homens e de mulheres vivenciam o desemprego, o sucateamento das políticas sociais e o difícil acesso aos direitos, ou seja, onde a violência originária da estrutura social é enorme, a centralidade do enfoque midiático dado à

violência doméstica¹⁶, dissimula/oculta a violência estrutural e atribui ao homem, nas relações entre os sexos, o papel de grande vilão contemporâneo. Disto decorre o perigo do retorno das oposições entre homens fortes e mulheres frágeis, tão combatidas pelo feminismo.

A formação discursiva do capital, na sua reestruturação neoliberal globalizante, exerce forte influência no trabalho dos profissionais executores das políticas sociais, em que é comum o desenvolvimento de programas de “geração de renda”, com o objetivo de “qualificar” segmentos pobres para que obtenham, por conta própria, a sua subsistência. Estes programas, em muitos casos, visam à transmissão de conhecimentos e habilidades artesanais direcionadas às mulheres pobres que, se não forem acompanhados de estudos de mercado e de viabilidade de comercialização, certamente serão mais uma falácia, gerarão mais frustrações e permanecerão como programas pobres destinados aos pobres.

Ora, se a simples venda de alguns objetos artesanais, possibilitasse a autonomia econômica dos segmentos empobrecidos, a questão social seria de fácil resolução, mas, politicamente pensando, mesmo os profissionais envolvidos nesse tipo de programas têm conhecimento de que isto não soluciona e, portanto, reproduzem a alienação e o assujeitamento através destas práticas.

O assujeitamento destes profissionais à formação discursiva do capital faz com que sua ação não se dirija à assessoria e ao fortalecimento das organizações populares como canais de reivindicação de uma política de trabalho/emprego e se dê na atenuação dos conflitos capital/trabalho, no reforço à interpelação ideológica dos sujeitos com que trabalham. Sem crítica, não vêem a globalização neoliberal e a sua correlata reestruturação produtiva como as causas da agudização da questão social em nosso País.

O discurso neoliberal utiliza-se do interdiscurso e renova a idéia de atribuir “ao princípio de causação individual” àqueles que sofrem os problemas sociais “negando a relação existente entre o funcionamento global da sociedade e a presença dos chamados males sociais” (ALAYÓN: 1995, p. 16).

A institucionalização das demandas dos movimentos sociais e do feminismo, assim como dos canais de participação democrática, em moldes neoliberais

¹⁶ Seria ingenuidade dizer que a violência doméstica é um problema menor, que não é relevante e que não deve ser objeto das políticas de proteção à suas vítimas e de atendimento especializado aos seus agentes, não se pode reduzi-la assim como não se pode super dimensioná-la, como o faz a grande mídia na atualidade.

recoloca as velhas práticas assistenciais e filantrópicas como mecanismos de controle social e de desmobilização das forças democráticas, e reordena as políticas sociais, na direção da afirmação que faz Martinelli, “na verdade, lamentavelmente, as políticas públicas se transformaram, neste país, em política pobre para o pobre” (1998, p. 144).

Desta forma, também o discurso e as conquistas do feminismo são alvo da ação neoliberal e são, em parte, cooptados pelo Estado via conselhos, fóruns, delegacias, secretarias cujas ações são pontuais, fragmentadas e tópicas.

A formação discursiva do capital institui o medo e a insegurança que se materializam na apatia e tomam o lugar das reivindicações e das lutas. Assim, interpela ideologicamente as forças que se contrapõem ao capital e dissemina a ideologia do “salve-se quem puder”, de que a luta a ser empreendida é a da mera sobrevivência. A formação discursiva é terrorista e coercitiva; oculta as contradições, os antagonismos e a exploração do capital com o recurso da mídia de tal forma que torna difusos, idealistas e utópicos os discursos de uma ordem societária mais justa e igualitária.

Mas, como lembra Harvey, precisamos considerar se “essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração, ou se marcam uma série de reparos temporários” (1996, p. 177).

O feminismo hoje é mais um movimento de consciência social do que de militância. Como movimento ou revolução cultural, o feminismo não pode mais ser negado, suas marcas são visíveis, profundas e irreversíveis. Um balanço das suas conquistas aponta para o fato de ter realizado um verdadeiro escrutínio da vida social, desocultado e detectado contradições, fragilidades e verdades ocultas pelas ciências, pelo senso comum, pelas religiões, pelas instituições de ensino, pela política, pela economia e nas relações entre as classes.

Instituiu as mulheres como sujeitos políticos e, junto aos demais movimentos sociais, revelou que a igualdade passa pela desestruturação da ordem social de classes, que ao hierarquizar as diferenças, transforma-as em desigualdades. Reivindicou o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Na opinião de Toscano e Goldenberg

Hoje, a discussão da questão feminina e sua repercussão estão em todos os espaços sociais, desde o interior da família até os espaços políticos mais amplos. Para entender como se deu essa disseminação social de questões que, poucas décadas atrás, preocupavam apenas parcelas minoritárias da elite intelectual, devemos compreender que uma das sementes mais importantes foi a organização das mulheres brasileiras em torno dos problemas específicos da sua condição... (1992, p. 13).

A receptividade das idéias feministas não se deve apenas à mudança na consciência de gênero e à dissolução das barreiras simbólicas e culturais empreendidas pelas mulheres brasileiras, mas, também, à própria falência dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social, num mundo marcado pela violência e por uma profunda crise nas formas de sociabilidade.

Hobsbawm considera que, no terceiro quarto do Século XX, houve “uma profunda, súbita e dramática transformação das convenções de comportamento social” e que “as mulheres foram cruciais nessa revolução cultural”. Mudaram, segundo o autor, tanto as expectativas das mulheres em relação a si próprias como as expectativas da sociedade em relação aos papéis que deverão desempenhar (1995, p. 313). Para AD, mudou a posição das mulheres em relação à formação discursiva do capital, elas romperam com a posição de sujeito-efeito, assumem a posição de sujeitos políticos e históricos, lutam pela autonomia, igualdade, democracia e pelo acesso aos direitos, ou seja, identificam-se com a formação discursiva do trabalho.

Desta forma, mudou a identidade social das mulheres assim como a família, as relações interpessoais e as relações sociais, mediante o forte movimento social que antecedeu aos anos 90. As mudanças foram tão profundas que alteraram as relações entre gerações, entre homens e mulheres e entre as classes sociais. Os valores impostos pela formação discursiva do capital como hierarquia, ordem, disciplina foram fundamentalmente abalados. Os operários, as mulheres, os estudantes assumiram o direito de serem sujeitos, em conformidade com a formação discursiva do trabalho.

A transformação operada caracterizou o que Hobsbawm (1995) chamou de *revolução cultural*, uma transformação nos assuntos humanos que ameaça a estrutura de dominação capitalista e que Castells refere-se como, “*a mais importante das revoluções, porque remete às raízes e ao âmago de nosso ser*” (2006, p. 170).

A participação das mulheres nesta transformação foi decisiva como demonstram as análises precedentes. A identidade das mulheres nas sociedades ocidentais foi reconstruída e hoje se enquadra, segundo afirma Castells, numa “identidade de projeto”, ou seja, “a essência do feminismo como praticado e relatado, é a (re)definição da identidade da mulher”(op.cit. p. 211).

A estas transformações, o capital contra-ataca, buscando a sua ocultação e a elas sobrepõe os seus interesses. Vive-se o risco de perdê-las se a apatia e o silêncio nos mantiverem individualistas e competitivos, ao invés de organizados e solidários. A defesa dos direitos e dos avanços conquistados é, para as mulheres, para os assistentes sociais e para o trabalho social, um grande desafio.

O Serviço Social avançou, mas, como lembra Silva

...precisamos fazer muito mais e, sobretudo, *disseminar a força desse avanço* entre um número maior de colegas profissionais no cotidiano de sua prática profissional, mediante a qual está em contato direto com os setores populares com quem deve manter aliança e, sobretudo, o compromisso de trabalhar em articulação com estes para a construção de uma nova sociedade (2005)¹⁷.

O cotidiano de trabalho do assistente social, seja na dimensão interventiva, seja na dimensão intelectual, tem limitações e condicionamentos, mas tem também possibilidades de transformação. Com afirma lamamoto, “*as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais*” (2001, p. 21).

O projeto profissional, como pode ser visto na sua discursividade, exige que, além de sujeitos cognitivos e pensantes, sejamos sujeitos de ação prática, política e competente na luta e na defesa da vida e de uma nova ordem social. Situa-nos na posição de sujeitos da formação discursiva do trabalho e desafia-nos a avançar nessa posição por meio de ações profissionais que fortaleçam essa identidade.

6.3 O Projeto profissional do Serviço Social e a construção da sociedade igualitária

O Serviço Social ingressa nos anos noventa com a perspectiva de usufruir e sedimentar seus avanços e dá início a importantes formas de definir o novo projeto profissional; uma nova revisão curricular para os cursos de graduação com a inclusão de diretrizes curriculares para todos os cursos de Serviço Social do País; a

¹⁷ No texto elaborado como contribuição à tese.

redefinição da regulamentação da profissão e a elaboração do novo código de ética profissional; a sedimentação da pesquisa e a sua inclusão como instrumento de trabalho do assistente social; o fortalecimento das organizações da categoria e do debate na profissão; a criação de vínculos mais estreitos com as organizações dos trabalhadores e populares. Ele expressa a ruptura procedida pelos assistentes sociais, hegemonicamente, com suas origens o que, em AD, significa a ruptura ou a mudança na posição dos sujeitos profissionais com a formação discursiva do capital e a sua identificação com a formação discursiva do trabalho, como pode ser observado a seguir.

Como afirma Martinelli, a realidade demandou “novas formas alternativas de prática”, ampliaram-se os espaços críticos da categoria, “tornando-se dialético o ser social dos agentes profissionais”, o que levou a *busca de “superação da simples imediatividade”* (2000, p. 145). A visão crítica e a reflexividade de que se revestiu a sua ação dotaram os assistentes sociais da coragem de assumirem o projeto profissional e a sua identidade construída, apesar dos desafios que sua concretização representa no contexto do capitalismo neoliberal globalizado.

É no confronto com o mercado de trabalho, no contexto contemporâneo que a profissão se depara, como afirma Iamamoto, com “*o desafio maior (...) traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social*”. Para a autora

É preciso demonstrar ‘no tempo miúdo do trabalho cotidiano’, nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional – situações carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico-particulares – a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social, *seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs*, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais profissionais (2002, p. 15).

As mudanças sociais que vêm ocorrendo a partir dos anos 90, no Brasil, redimensionam as condições de trabalho do assistente social: de um lado, a sua inserção no mercado como força de trabalho especializada e assalariada sofre o impacto da reestruturação produtiva, da precarização das relações de trabalho, da redução da gerência estatal no plano social - com a redução da responsabilidade e das dotações orçamentárias do estado no social - e, de outro, o acirramento das desigualdades sociais, o aumento da pobreza e o agravamento das mais diversas expressões da questão social, tornam mais complexas as demandas para a

profissão. Como afirma Alayõn, “É uma obrigação social impostergável agir com vigor sobre essa pobreza extrema, mas também, simultaneamente, sobre os seus efeitos e as suas causas” (1995, p. 15).

É neste contexto que se situa o projeto do Serviço Social ao se contrapor às demandas historicamente feitas pelo capital de intervir nos efeitos perversos de uma ordem social que se nutre e depende da desigualdade, se propõe a trabalhar por uma nova ordem social. O compromisso assumido com a construção de uma nova ordem societária e a ruptura com o conservadorismo burguês e com a formação discursiva do capital, coloca a profissão na contramão dos interesses do capital e, desta forma, o desafio de operacionalização do projeto ético-político profissional adquire maior complexidade.

Construído pela categoria como sujeito coletivo, este projeto representa a imagem que a profissão elegeu a sua identidade historicamente autoconstruída, o guia para o exercício profissional, o desenho da configuração sócio-profissional almejada. Na posição de sujeitos que se opõem à formação discursiva do capital e que assumem a identidade com a formação discursiva do trabalho, os assistentes sociais dependem da concretização, da prática social correlata da sua discursividade (que representa o projeto ético-político construído), para obter a legitimidade e o reconhecimento, desta nova configuração da profissão.

A aprovação de seus instrumentos legais – lei de regulamentação e código de ética – coloca-se não como opções de sujeitos profissionais individuais, mas como obrigatoriedade de deveres e de garantia de direitos da categoria como sujeito coletivo da formação discursiva do trabalho. Comprova-se, através desta posição assumida pelos assistentes sociais, que o sujeito não resulta do processo de “total assujeitamento”, ele é afetado pela formação discursiva, mas também a afeta, ele se movimenta, não é passivo dentro da formação discursiva em que se inscreve (FERREIRA: 2005, p. 19).

Comprometidos com a liberdade, com a democracia, com a defesa dos direitos sociais e da igualdade, os assistentes sociais estão na contramão do movimento do capitalismo.

Nas palavras de Yamamoto

O desafio é redescobrir as possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a *formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam*, não só como vítimas,

mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (2001, p. 75).

A concretização do projeto profissional pressupõe que os assistentes sociais qualifiquem suas ações e suas relações com a população usuária de seus serviços profissionais; que pesquisem e que desvelem tanto as condições sociais que obstaculizam a liberdade dos sujeitos atendidos, que cerceiam sua participação democrática que impedem seu acesso aos direitos como que evidenciem a sua criatividade, as suas estratégias e as suas forças de resistência e de enfrentamento. Isto exige competência na leitura, na escuta, no olhar e no acompanhamento dos processos sociais em curso e se, como muito bem afirma Lamamoto, *temos a linguagem como instrumento básico do nosso trabalho, precisamos dar à escuta, ao olhar e à crítica reflexiva, o mesmo grau valorativo* (op.cit. p.97).

A valorização pré-concebida da prática social como ação técnica e isenta de compromissos políticos e o distanciamento dos sentimentos e dos significados atribuídos a ela pelos sujeitos envolvidos pode nos manter cegos, mudos, passivos e indiferentes, nos incapacitar para compreendê-los e para a ação profissional que nosso projeto ético-político está a demandar. Então, restará ao capital continuar formulando e difundindo as interpretações que lhe interessam, a sua ideologia, como forma de dominar e de nos manter a ele assujeitados.

A defesa da participação e da democracia, numa sociedade que mascara o seu real sentido, pressupõe que os espaços de atuação dos assistentes sociais sejam garantidores da participação democrática dos sujeitos usuários desta ação. Isto não é simples, nem impossível, uma vez que tanto a relação do profissional com os usuários, como o espaço físico onde se processa esta relação são e devem permanecer sendo privativos e, desta forma, são possibilidades de experiências e vivências de participação democrática. É ainda Lamamoto quem lembra:

O assistente social é tido como *o profissional da participação*, entendida como partilhamento de decisões, de poder. Pode *impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil*, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública (op.cit. p. 78).

Garantir o acesso aos direitos, à cidadania e à participação democrática não pode permanecer na dependência de dotações orçamentárias nem de regulamentações legislativas, já que no contexto neoliberal, tanto os direitos como a cidadania e a democracia estão sendo expurgados da vida na sociedade brasileira,

sob a alegação discursiva de que oneram os orçamentos estatais. Cidadania e democracia são condições uma para outra e só fazem sentido numa sociedade garantidora de direitos, onde não exista a fome, a miséria, a desigualdade no acesso ao que é socialmente produzido e onde não exista desemprego. Esta sociedade, não é a organizada pelo modo de produção capitalista.

Como lembra Martinelli, “*é preciso reinventar o conceito de cidadania*”... “cidadania é pertencimento, cidadania é inclusão, cidadania é usufruto de direitos, é acesso pleno a direitos” “recuperar essa noção de cidadania... é recuperar, inclusive, a possibilidade de plenitude de vida” (1998, p. 142,143).

Esse reinventar não está na dependência de ações isoladas de alguns, mas, no envolver-se de muitos e de cada um, nas diferentes dimensões da vida, no resgate do sentido de cidadania atribuído no período pós-ditadura, pelas lutas populares. O compromisso ético-político assumido pelos assistentes sociais os coloca como aliados das classes populares ou que “vivem do trabalho”, na luta pela sua cidadania e na constituição de formas democráticas de significá-la nas diferentes dimensões de sua vida, nos diferentes espaços e tempos de seu viver, contrapondo-se à formação discursiva do capital, em que a cidadania é reinventada como cidadania daqueles que voluntariamente prestam ajuda ao capital. Na família, no trabalho, na vida comunitária, nas relações afetivas, nas relações sociais em geral e nas relações dos profissionais com a população existem oportunidades de criar e inventar as condições de plena cidadania.

Diante da evidência de que o capital investe na restrição e no enfraquecimento dos espaços democráticos e ocupacionais do trabalho social, o desafio profissional exige novas competências, supõe pautar o exercício profissional no oferecimento de respostas éticas e políticas, alicerçadas na análise e no conhecimento do modo de vida da população com que a profissão trabalha nas suas formas de manifestação culturais e de resistência e no fortalecimento das suas formas de organização, engendradas nas lutas cotidianas pela sobrevivência.

Como afirma Silva

É nesse campo que emerge outra idéia central: a da possibilidade de os assistentes sociais, no seu contato com essa população, que “constitui majoritariamente a clientela do Serviço Social”, de estar contribuindo para a formação da consciência social e para colocar em ação essa consciência em forma de lutas concretas por demandas concretas tendo

em vista a satisfação das necessidades materiais e políticas dos setores mais explorados da sociedade (2005)¹⁸.

Ela deve e pode ser concretizada no agir cotidiano, em que a rotina deve ser assumida como derivada etimologicamente que é de rota, de caminho que, portanto, pode ser transcorrido de diferentes formas - não como ação repetitiva e não refletida, mas, como decorrente de uma opção ética e política. Assim, as filas silenciosas a que são submetidos os sujeitos que atendemos devem terminar num espaço e numa relação de diálogo e de participação democrática; as informações devem ser politicamente socializadas, sobretudo, naqueles aspectos que possam fortalecer a cidadania e o acesso aos direitos; a qualidade política, ética, teórica e metodológica deve ser meta da ação profissional.

Lembra Martinelli que o trabalhador social “*é um dos poucos profissionais que pode chegar à esfera da vida privada das pessoas (...) somos hoje – e os estudos revelam isso – um dos poucos profissionais que fazem visita domiciliar (...) o meu grande compromisso político é fazer com que cada assistente social deste país compreenda que ele tem uma prática que se consolida no cenário da vida privada dessas pessoas*” (...) “*temos todo um potencial de trabalho como educadores, como veiculadores privilegiados de informação (...) trabalhamos com a consciência, com a linguagem*” (1998, p. 140, 141).

O cenário em que a profissão tem de se mover é o cenário criado pelo capital, o que implica mudança da atuação dos sujeitos/atores/profissionais que deverão interpretar outros papéis, defender outras idéias, criar outras circunstâncias, atingir outras finalidades. Tal como inimigo na trincheira é preciso conhecer bem mais as estratégias e a agilidade do adversário e fortalecer as forças de oposição, de resistência e de enfrentamento.

É necessário aprofundar o conhecimento do espaço contraditório em que se move a profissão, assim como das estratégias criadas pela população, para solidificar as alianças e o compromisso com seus interesses e necessidades, dar novo sentido e nova qualidade ao trabalho profissional em sintonia com o movimento concreto da vida social. Entre interesses que se opõem, o profissional tem que ter claro seu posicionamento teórico, ético e político.

¹⁸ No texto elaborado como contribuição á tese.

O espaço ocupacional dos assistentes sociais integra os aparatos institucionais do poder dominante, envolve a operacionalização das políticas sociais de atendimento às necessidades parciais de parcelas da população que a elas recorre e que delas necessita para sobreviver. Esse espaço, que num determinado período da história da profissão, caracterizou-se por uma prática subsidiária do controle social e da difusão da ideologia dominante, é hoje entendido como o espaço onde devem ser estabelecidas alianças e fortalecido o compromisso profissional com os interesses da classe trabalhadora.

A consciência política dos profissionais é decisiva para o fortalecimento destas alianças e deste compromisso, assim como é imprescindível o fortalecimento das organizações da profissão e o aprofundamento do conhecimento teórico e metodológico, que embasa a construção dessas alianças.

Se, como fala Yamamoto, “o aprofundamento da resistência democrática nos anos 70 e a re-inserção da classe operária na cena política” impulsionaram a renovação do Serviço Social, *é no aprofundamento destes vínculos e destas alianças que a profissão se fortalecerá para concretizar essa renovação*. Se a interlocução com a tradição marxista conferiu ao Serviço Social, a sua “*carta de identidade intelectual*”, como afirma a autora, ela também alterou a compreensão e as referências que os assistentes sociais têm de sua própria inserção na sociedade e de suas relações com as classes sociais (2000, p.10).

É este processo de renovação que resulta da ruptura com o conservadorismo profissional, que determina a busca de compromisso ético-político com as classes populares e que redimensiona o trabalho profissional que está, no momento atual, necessitando de bases metodológicas que garantam a sua concretização.

Como lembra Netto este processo,

...tem muito de sua audiência contabilizada ao descrédito político da perspectiva modernizadora e à generalizada crítica às ciências sociais acadêmicas; no entanto, parecem-nos fundamentais para explicar a sua repercussão, as condições de trabalho da massa da categoria profissional com sua aproximação geral às camadas trabalhadoras, o novo público em que se recrutam (2003, p. 160).

A crescente adesão da categoria aos novos rumos apontados pelo projeto profissional vem repercutindo na produção intelectual do Serviço Social atribuindo-lhe maturidade e força emancipatória. Talvez seja importante lembrar que foi e será o cotidiano do trabalho profissional e sua aproximação ao cotidiano da população, que impulsionaram a renovação da profissão, que esta aproximação/identificação se

deve, também, à consciência de pertencimento à classe trabalhadora, da condição de profissionais que vendem sua força de trabalho no mercado. É, portanto, essa aproximação que precisa ser melhor compreendida e melhor estudada se quisermos nos manter na posição de sujeitos agentes da construção de uma nova sociedade.

Silva apresenta um importante balanço das categorias teóricas mais recorrentes na literatura da profissão onde o Estado, as Políticas Sociais, as Classes Sociais, os Movimentos Sociais, a Transformação Social, a Ideologia, a Práxis, a Hegemonia e o Intelectual Orgânico em sua vinculação à matriz marxista aparecem como resultado do avanço democrático da produção teórica do Serviço Social e de sua aproximação ao conhecimento da realidade capitalista (2002, p.218).

Um olhar atento ao resultado desta produção confirma que temos dado uma especial atenção ao Estado e que talvez devêssemos aprofundar nossa atenção de maneira mais meticulosa, em relação ao conhecimento da sociedade.

É ainda Silva quem afirma que “A produção do Serviço Social da década de 80 coloca, corretamente, no contexto do Projeto Profissional de Ruptura, a questão da possibilidade de vínculo orgânico dos profissionais com os setores populares, *sem, no entanto, conseguir trabalhar, devidamente, a configuração desse popular e seu projeto político, a natureza deste vínculo e as decorrentes implicações no exercício profissional*” (op.cit. p. 233).

Torna-se, segundo a presente análise de discurso, importante avançar no desvelamento da sociedade civil e de suas manifestações e expressões na contemporaneidade, para que esses vínculos sejam estreitados. Para tal é imprescindível buscar apreender e compreender a própria instrumentalidade do Serviço Social, na sua dimensão emancipatória e nos seus vínculos orgânicos com a classe trabalhadora.

A instrumentalidade do Serviço Social estudada por Guerra “*como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida e questionada socialmente*” (2000, p. 30).

As respostas que estamos dando precisam decorrer da nossa clara posição de sujeitos políticos identificados com a formação discursiva do trabalho, de nossa capacidade de compreensão dos núcleos de contestação e de resistência que, sob a aparente apatia, revelam outras formas de imaginação e de invenção utilizadas pela

população em seu cotidiano, exige que enfrentemos nossas deficiências políticas, técnico-operacionais e de conhecimento.

Como afirma Alayõn

...a história do Serviço Social nos indica que se pecou mais no tocante à incompreensão da dimensão ideológico-política: é por isto que entendemos que ela deve ser lembrada e reforçada permanentemente, para neutralizar as interpretações ingênuas que ressurgem fortalecidas nos períodos de atraso e retrocesso social (1995, p. 23).

Considerando o até aqui exposto, permanece evidente que o capitalismo contemporâneo não investe, nem tem intenção de resolver, suas clássicas contradições e, conseqüentemente, não resolverá as questões que se circunscrevem e agravam a desigualdade, a pobreza e a miséria.

O povo brasileiro, em sua quase maioria, luta cotidianamente para obter condições de viver: os que estão desempregados procuram vagas e criam formas alternativas para se manterem a cada dia; os que estão empregados enfrentam todo o dia o medo de perderem o emprego; as crianças são condenadas ao trabalho precoce; os jovens convivem com a falta de perspectivas para o futuro e, conseqüentemente, com a falta de motivações para o dia-a-dia; os idosos, inclusive os que recebem aposentadoria, convivem, cotidianamente, com as angústias de suas famílias e, em números que crescem, as sustentam com sua renda de aposentado.

É imprescindível que questionemos por que a pobreza é tão falada, tão polemizada, mas não enfrentada; por que a miséria é naturalizada; por que os direitos sociais são filantropizados; por que são desqualificadas a capacidade e as formas de trabalho, utilizadas por tão grande parcela da população; por que os serviços e os espaços públicos são privatizados; por que nos resignamos e silenciemos diante de tantas atrocidades...

Como profissão atuante nesta realidade sócio-histórica e que, com ela tem a intencionalidade de romper, precisamos investir seriamente tanto na “dimensão interventiva” como na “dimensão intelectual” de nosso trabalho, como refere Kameyama preservar nossa “forma particular de inserção na sociedade que se caracteriza pela forma de intervir na vida social” (1998, p.71).

É na dinâmica da vida social que devemos buscar novas possibilidades de aprimorar nossa intervenção e nosso conhecimento, pois como diz Martinelli

É com o movimento do real que temos de aprender a dialogar, é em direção a ele que precisamos lançar nosso olhar, aguçar a nossa razão, estimular a nossa consciência crítica, de forma a poder desvendá-la, lançando as raízes da possibilidade de construção de práticas sociais múltiplas, plurais, capazes de contribuir efetivamente para a produção do novo (2001, p. 145).

A prática social não é privilégio de profissionais, ela envolve todos os sujeitos que dela participam e que lhe dão legitimidade. Sujeitos que, muitas vezes, são emudecidos, estão famintos, desalentados e aparentemente paralisados diante das adversidades que nossa sociedade lhes impõe. Sujeitos que precisam ser ouvidos, que precisam que entendamos seus gestos, seus sentimentos, seus significados. Precisamos buscar na sua luta cotidiana pela sobrevivência, na espontaneidade de suas ações, a vitalidade do tecido social, o potencial da transformação.

Ribeiro afirma que “hoje se torna cada vez mais relevante disputar a compreensão dos sentidos da denominada ação espontânea, compreendendo ao mesmo tempo, a sua organização a partir do tecido social” (2001, p.16).

As práticas se atualizam e muitas vezes o que aparenta acomodação ou passividade pode significar práticas determinantes da vida coletiva, capazes de transformar o tecido social, a cultura, a vida cotidiana e as relações sociais. Processos pequenos e embrionários, que surgem na vida cotidiana, podem se converter em ações capazes de empreender mudanças significativas.

O contexto atual é de risco, de banalização da vida humana, que pode ser provocado pela rotina, pelo trato cotidiano de situações de segregação, de injustiça, de “risco da perda da capacidade da paixão, da indignação – motor necessário para uma ação comprometida – que pode levar o profissional a viver sua prática mecanicamente, procurando resultados, mas sem paixão”, diz Baptista (2001, p.118).

O compromisso assumido pela profissão que se expressa no projeto construído a partir da ruptura com a formação discursiva do Capital e, na identificação com a formação discursiva do trabalho, exige que os assistentes sociais não se deixem envolver pela discursividade globalizadora, que, como afirma Silva, não aceitem,

...a idéia do fim da história e nem do esgotamento das forças sociais organizadas (...) sobretudo daquelas forças sociais a quem mais interessa reverter a ordem de exploração e de negação da minoria sobre a maioria, de modo tão amplo e

profundo como vivenciamos na dita sociedade mundializada ou globalizada como é denominada (2005)¹⁹.

O assistente social tem sua atuação demarcada pelas particularidades das situações vividas pela população que atende. As expressões concretas das relações sociais, no cotidiano da vida dos segmentos da classe trabalhadora, são ponto de partida e a razão do trabalho profissional, tal qual revela a sua historicidade e, para tal, o fator mais decisivo do momento atual segundo pensa Martinelli (2005) é “*o desafio de transformar o projeto ético-político da profissão em ações concretas no cotidiano da prática e em articulação com as lutas sociais mais amplas da sociedade brasileira contemporânea*”.

Parece relevante assinalar a urgente necessidade, da categoria dos assistentes sociais centrar seu olhar e seu pensar na leitura efetiva dos processos e práticas que estão se dando na vida cotidiana e que seja feito todo o investimento possível, em descobrir instrumentos e meios de fortalecer o popular, o espaço público e de fazer frente à voracidade do capital.

O projeto ético-político do Serviço Social corre o risco de caducar sem ter amadurecido, o projeto feminino lançou raízes, mas o capitalismo está a lhes colocar barreiras. A dramaticidade contemporânea requer novas correlações de forças para o combate aos neo-malefícios do capitalismo. Nas palavras de Netto “defrontamos com o quadro do presentismo pragmático que impede a consideração da história e suas lições (...) esse presentismo pode fazer com que as novas gerações de profissionais reincidam em equívocos” (2005, p. 14).

O trabalho profissional do assistente social em consonância com a identidade e com o projeto construído pela categoria, no atual contexto, exige que seja assumida a sua condição de sujeito, de ser humano que sabe o que está fazendo e como e por que está fazendo.

O momento presente, de acordo com a perspectiva da análise que compõe esta tese, aponta para a urgência de ações que enfrentem o sistema neoliberal e que possam minar o seu poder destrutivo. Exige reforço às decisões e aos ideais que constituíram o projeto da profissão, e a união dos assistentes sociais para potencializar as ações profissionais. Nas palavras de lamamoto

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e

¹⁹ No texto elaborado como contribuição à tese

efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (2001, p. 20).

A condição feminina, vivida pela maioria dos assistentes sociais é dotada de inúmeras potencialidades identificatórias com as mulheres das classes empobrecidas – maioria demandatária dos serviços profissionais - uma dimensão da profissão que predispõe a categoria, como sujeitos éticos e políticos comprometidos com uma sociedade democrática e igualitária, a estabelecer novas correlações de força com esses segmentos.

6. 4 O feminismo como potencial do Serviço Social

No final do século passado, em entrevista a um repórter e sobre forte insistência deste para que apontasse um símbolo daquele século, o historiador Eric Hobsbawm assim se pronunciou: “Se você insiste em buscar um símbolo do século XX, eu sugeriria uma mulher com seus filhos. As mães são as pessoas que têm mais elementos em comum, seja onde for que vivam no planeta e a despeito de suas diferentes culturas, civilizações e línguas”. Ele acabara de afirmar ao repórter que não havia dúvida de que a emancipação feminina “foi um dos grandes fenômenos da história do século XX e que para o século XXI, *o problema pendente é o que resta fazer*” (2000, p. 188, p. 146).

A maternidade, tão explorada pelas sociedades de classes e pela formação discursiva do capital, sobreviveu e politizou-se sem abrir mão do sentido que lhe foi atribuído, transformou o afeto da mãe para com seus filhos, o cuidar e educar em maneiras de prepará-los para que enfrentem a vida, em movimentos de luta pela proteção e defesa dos seus direitos e do acesso aos serviços e bens que lhes garantam qualidade de vida. A capacidade biológica das mulheres de gerar a vida ganhou um sentido e um caráter político. A maternidade política ou a politização da maternidade foi uma das marcas do Feminismo também no Brasil.

As mulheres, pode-se afirmar, politizaram o privado, feminilizaram a ciência, ampliaram os espaços públicos, alteraram as relações cotidianas familiares, de convivência comunitária, de trabalho e sociais em geral. Assumiram espaços no mercado de trabalho e nas lutas sociais, independente da sua origem de classe, de sua nacionalidade ou etnia, disseminaram outros valores e, ao proceder a uma

verdadeira revolução cultural, realizaram rupturas políticas, ideológicas e identitárias com a formação discursiva do capital.

No Brasil, ao incluírem seus direitos à igualdade e lutar por direitos sociais, as mulheres inscreveram na Carta Constitucional brasileira as bases para uma real cidadania e influenciaram na elaboração das novas políticas públicas sociais. Seu êxito, no entanto, foi suplantado pela reordenação do capitalismo em moldes neoliberal e ainda está na dependência da rearticulação das forças sociais para que se concretize.

As mulheres da classe trabalhadora desempenharam um importante papel nos movimentos e organizações populares. Conforme Gohn “não é por mero acaso que nessas organizações a participação da mulher é expressiva. É ela quem participa mais ativamente da vida do bairro; e a ela cabem articular as diferentes práticas do cotidiano em formas que se traduzam em condições de sobrevivência”, destaca a autora (1985, p. 109).

As mulheres que tiveram acesso ao ensino superior, nas diferentes profissões, também romperam barreiras solidificadas nas academias e nas comunidades científicas e oportunizaram que as condições e questões das mulheres recebessem o reconhecimento e o status de cientificidade, que se alterassem os sentidos instituídos sobre essa condição. Hoje, por exemplo, a medicina abrange a atenção específica das questões de saúde da mulher como objeto de cuidados primários e preventivos na política de saúde; as mulheres de carreira jurídica assessoram e prestam atendimento especial às questões jurídicas que envolvem a vida das mulheres; na área social as pesquisas, os encontros, os congressos etc. contemplam linhas e espaços de debate e divulgação das questões de gênero nas particularidades do feminino.

Muito se fez e é feito para potencializar a força e o avanço do feminismo, mas a realidade em que vivemos no atual contexto dá sinais de possíveis retrocessos. A formação discursiva do capital tenta instituir mudanças enunciativas que ocultam/mascaram estes avanços. A potencialidade do feminismo deve ser objeto de fortalecimento por parte, principalmente, das feministas acadêmicas e das profissões que, como o Serviço Social tem a peculiaridade de ser uma profissão composta majoritariamente por mulheres e que atua no cotidiano das classes mais empobrecidas, no seu acesso aos direitos sociais e aos serviços sociais na esfera das políticas sociais. Os autores que compõem o corpus desta tese assinalam em

seus discursos as possibilidades deste fortalecimento como pode se observado a seguir.

Como diz Martinelli

Precisamos instituir uma nova visão de política social, em vez de ser pensada como uma política que compensa carências compensa necessidades, devemos transformá-la numa política antecipatória, numa política que garanta condições de cidadania e não que espere o não cidadão. Sim, pois no limite, poderíamos afirmar que nossas políticas sociais fortalecem a não-cidadania (1998, p. 143).

Destacam Carvalho e Iamamoto, “O assistente social, através da prática direta junto aos setores populares, *dispõe de condições potencialmente privilegiada de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população*” (1980, p. 116).

Como diz Martinelli (2005),²⁰ “o protagonismo das mulheres e sua condição majoritária no âmbito da profissão influenciam de veras o processo de ruptura com o conservadorismo (...) *penso ser possível afirmar que o protagonismo das mulheres e sua prática militante em muito podem favorecer as alianças com as classes populares neste momento...*”.

Para Silva

...a mulher, politicamente consciente de sua condição feminina, não consegue dissociar essa condição de subalternidade e de discriminação que as aproxima, por uma questão de identidade, com outros setores também subalternos que, no seu conjunto, constituem o que denomino campo popular, e como tal, mesmo sendo um campo heterogêneo e não necessariamente progressista no seu todo, é capaz de se indignar com a desigualdade e a exploração profunda que tem marcado historicamente nossa sociedade (2005)²¹.

Para dar concreticidade a esta dimensão, os assistentes sociais, precisam na sua prática cotidiana, tanto nos espaços acadêmicos como nos institucionais, demonstrar e revelar as implicações que ainda perpassam a condição de subalternidade e de desigualdade das mulheres em nossa sociedade e evidenciar as armadilhas dos discursos neoliberais, para desocultar as suas contradições e as suas estratégias de interpelação ideológica.

A prática social, que circunscreve o trabalho do assistente social no contexto da globalização neoliberal, deve ser feminilizada no sentido político dado a esta feminilização pelo feminismo brasileiro, deve ser publicizada como experiência

²⁰ No texto elaborado como contribuição à tese.

²¹ Parte do texto da Autora elaborado como contribuição à tese.

humana, para efetivamente, solidificar a sua posição de sujeitos da formação discursiva do trabalho.

Como lembra Ávila, “é na vida cotidiana que os efeitos perversos dos modelos de desenvolvimento ganham sentido e geram sofrimentos. É na vida cotidiana que a exclusão social toma forma como existência humana” (2002, p. 127), e, como fala Martinelli “*é nessa vida cotidiana que podemos trabalhar no sentido educativo de revolucionar consciências e de sensibilizar o trabalhador para os engodos que o mercado de trabalho prepara para ele*” (1998, p. 140).

Assim como o capitalismo tem sido criativo ao estabelecer novas estratégias de enfrentamento de suas crises intrínsecas e, para tal, reestruturado seus processos discursivos e de interpelação ideológica, podem, a exemplo do acontecido no capitalismo brasileiro pós-ditadura, os segmentos populares, criar novas formas de resistência e de enfrentamento das imposições dominantes que transcorrem no seu cotidiano e que nele, necessariamente, deverão ser efetivadas com a assessoria dos profissionais que lhe são próximos.

Lembra Harvey que:

É a partir da tensão entre qualidades negativas e positivas do capitalismo que se podem construir novas maneiras de definir a natureza de nossa espécie. (...) sempre é possível, em particular diante das incertezas e fragmentações a que o capitalismo é propenso (crises econômicas, por exemplo), remitologizar, procurar outra vez controlar as forças sociais na imaginação e pela imaginação, sob condições em que toda semelhança de controle dessas forças parece estar perdida (1996, p. 106).

Para o autor “o sistema de acumulação pode existir porque seu esquema de reprodução é coerente”. Assim como o capital cria formas e produz idéias e comportamentos que mantêm o seu regime de acumulação, é possível criar formas e idéias que gerem ações capazes de instituir uma lógica social igualitária (op.cit. p. 117).

As lutas de classe, os movimentos sociais como vimos em capítulos anteriores, as transformações ocorridas na vida das mulheres e no Serviço Social partiram das razões e das questões cotidianas, do tempo miúdo da vida do dia-a-dia, dos espaços mais próximos e privados se expandiram para a totalidade da vida brasileira e processaram rupturas com práticas e idéias instituídas a partir dos interesses de dominação.

Conforme Ávila

O movimento de mulheres assim como outros movimentos sociais – têm construído teias de organizações que perpassam o dia-a-dia das pessoas, *tornando as experiências cotidianas de injustiça e de carência como base de reflexão e luta política para sua superação, onde se forjam também novas propostas de ação social* (2002, p. 140).

Finalizo esta tese com a certeza de que somente a democratização de todos os tempos e espaços da vida cotidiana de cada um e de todos os brasileiros será capaz de transformar o Brasil num país justo e igualitário com a certeza de que nesta transformação as mulheres e o Serviço Social têm uma grande contribuição a ser dada. Para que uma nova história da sociedade brasileira possa ser escrita, “somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas coisas mais”, como já dizia Marx (2002-a, p. 21).

CONCLUSÃO

A análise dos discursos, originários do feminismo e do Serviço Social, revela a importante interlocução da profissão com os movimentos empreendidos pelas mulheres brasileiras no que se refere à constituição da discursividade do Serviço Social e da conformação da identidade sócio-profissional dos assistentes sociais no Brasil. A interlocução entre uma profissão, essencialmente composta por mulheres, e os avanços obtidos pelo feminismo, nos diferentes momentos da trajetória histórica do Serviço Social no País, revela processos de alianças e de rupturas com a formação discursiva do capital e culmina, no Serviço Social, com a constituição do Projeto ético-político profissional, plenamente identificado com a formação discursiva do trabalho.

Segundo AD, pode-se constatar que a constituição dos assistentes sociais como sujeitos discursivos “é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação em diferentes segmentos da sociedade”, no caso deste estudo, numa forte interação com as idéias e reivindicações do feminismo no Brasil. Como sujeitos, os assistentes sociais “sofrem transformações no cenário histórico-social que lhes possibilitam, pela dispersão dos sentidos, constituírem-se discursivamente” e hegemonicamente, como aliados da classe trabalhadora. (FERNANDES 2007 p. 42, 45).

No processo desta análise, constatou-se que estas idéias, materializadas através dos discursos, modificam-se de acordo com as correlações de forças das classes em confronto nos diferentes momentos sócio-históricos da profissão no Brasil. As modificações discursivas tiveram a finalidade de responder às necessidades demandadas pela realidade e pelas forças em jogo, ou seja, à produção e reprodução das relações entre as classes, reproduzindo-as através das alianças estabelecidas com a formação discursiva do capital e modificando-as, quando das rupturas com esta formação.

Subdividida a trajetória da profissão no Brasil, segundo períodos que demarcam mudanças na discursividade da profissão, procedeu-se a análise desta discursividade na sua interlocução com os discursos do feminismo, o que possibilitou identificar a forte identidade desses discursos, as alianças e as rupturas procedidas pelas mulheres e pelo Serviço Social brasileiro com a formação discursiva do capital.

O discurso e os sentidos expressam, são determinados e se constituem pela ação de sujeitos em conformidade com as posições ideológicas destes sujeitos na formação discursiva a que se vinculam. Desta forma, pela Análise de Discurso que integra esta tese pode-se afirmar que houve mudanças na discursividade da profissão que demarcaram diferentes momentos em sua trajetória.

A formação discursiva do capital historicamente constitui a origem discursiva do Serviço Social brasileiro que, em sua implantação nos anos 30, se caracteriza como uma das formas engendradas pela classe dominante de responder aos problemas originados do processo de industrialização em franca expansão no país. A profissão, já de início, configura-se como uma profissão composta por mulheres, cuja posição sujeito compartilhava a idéia de ser uma profissão de mulheres. Esta posição resultava do processo de interpelação ideológica das mulheres procedido pela formação discursiva à época, o qual as constituía em sujeitos sociais assujeitados e servis aos interesses do capitalismo implantado no Brasil. A participação das mulheres no mercado de trabalho, na ordenação capitalista era bem vista desde que limitada às tarefas próprias à sua condição de mulheres, uma extensão das ações de *cuidar e de ajudar* os indivíduos mais incapacitados, no âmbito da sua reprodução física e ideológica -, sob vigilância e controle das instituições representantes dos interesses do capital e que se destinassem ao controle social da classe trabalhadora. Para a assistência social como mediação dos conflitos de classe, o capital criou a profissão de Serviço Social, um chamamento direcionado e plenamente correspondido pelas mulheres pertencentes aos segmentos burgueses e vinculadas à ação social católica. O sentido do feminino para as assistentes sociais pioneiras configurava a sua aliança à formação discursiva do capital, era o sentido atribuído às mulheres, cuja missão era cuidar, ajudar e assistir aos incapacitados de forma que, também, estes se assujeitem aos interesses do poder de dominação.

Dos anos 30 aos 50, o Serviço Social desenvolve-se e constitui uma nova discursividade – que se expressava através do discurso da profissionalização e da tecnificação - necessária para fazer frente às demandas do processo desenvolvimentista, advindas da política econômica adotada pelo Brasil. Cresce o número dos profissionais (majoritariamente mulheres) que a ele aderem, cresce o seu reconhecimento como trabalho necessário aos interesses do capitalismo brasileiro, expande-se sua base de inserção em instituições não apenas

confessionais, mas também empresariais e estatais e, diante das crescentes demandas, a profissão busca novas bases teóricas e metodológicas. Essas bases deram um novo status à profissão, mas mantiveram os profissionais na posição de sujeitos-efeito do interpelamento ideológico que assujeitava as mulheres na condição de subalternidade aos interesses do capitalismo desenvolvimentista, reafirmava-se a sua aliança com a formação discursiva do capital.

Ao final dos anos 60, a profissão vivencia a sua, talvez, primeira crise de identidade e tem início um forte movimento de questionamento interno, ou seja, seus profissionais, em quase todo o continente latino-americano, repensam suas bases filosóficas, teóricas e metodológicas que não respondem e nem satisfazem aos anseios e necessidades da maioria da população com que trabalham. Tem início o processo de mudança na vinculação dos assistentes sociais à formação discursiva do capital. Caracterizado como um movimento que critica a estrutura social capitalista e que, liderado por grupos de profissionais críticos, vinha ganhando progressiva adesão da categoria, levava à necessidade de mudança na sua posição/sujeito e na sua identificação com a formação discursiva do capital. Também o feminismo avançava no País. As mulheres nas suas comunidades, nos movimentos populares e de trabalhadores e nas universidades criticavam o capitalismo e reivindicavam mudanças e direitos, igualdade e democracia. Este movimento, no Brasil, é brutalmente interrompido pelo regime militar ditatorial implantado durante a década de 60, suas lideranças assim como os assistentes sociais críticos foram perseguidos, exilados, silenciados pela ditadura do capital.

Haviam sido dados os primeiros passos na direção da ruptura com a formação discursiva do capital, protagonizados por alguns grupos de profissionais. Os demais permanecem, suposta ou aparentemente, na condição de sujeitos interpelados. Os avanços na profissionalização, assim, resultavam na forçada adaptação do Serviço Social à ordem racional imposta pelo capitalismo na permanência do aparente assujeitamento à formação discursiva do capital.

Observa-se, por parte da formação discursiva do capital, o fortalecimento de ideologias que vinculavam o fazer profissional dos assistentes sociais às condições culturais que atribuíam determinados papéis às mulheres, que as colocavam diante da pré-destinação para atividades de *cuidar, ajudar e servir*. Revestidas de novas enunciações discursivas, sob base técnica e profissional, deveriam *mobilizar, capacitar e organizar* a população, ou seja, engajá-la nos planos e programas

desenvolvimentistas. Assim como parcela dos assistentes sociais não tinha uma visão das contradições sociais, seu trabalho junto às mulheres, em conformidade com o sentido atribuído a elas e difundido pela formação discursiva do capital, à época, nada tinha de questionador ou de relação com a exploração de classe; visava apenas à adaptação, ao ajustamento. Também, a visão consensual de que as mulheres estariam mais predispostas a trabalhar nos aspectos da vida comunitária pelo seu papel no grupo familiar, é naturalmente incorporada a essa prática que se mantém, também, alienada das condições e especificidades que envolvem a vida cotidiana das mulheres na família, na comunidade e na sociedade e que as discriminam.

No final dos anos 70 e início dos 80, com o esgotamento do período ditatorial, o Serviço Social retoma, no Brasil, aqueles questionamentos e, assim, ingressa e escreve uma nova fase de sua história. A esta nova fase atribui-se “a sua maturidade profissional”, a sua “ruptura com a alienação” (Martinelli 2000); a sua “renovação ética, política, teórica e metodológica”, a sua inserção decisiva no “circuito universitário” e a gestação de sua “massa crítica” (Netto, 1992). Este acontecimento discursivo marca a profissão até os dias de hoje e resulta na mudança da posição sujeito dos assistentes sociais, que procedem à ruptura com a formação discursiva do capital e a aliança com a formação discursiva do trabalho.

Amplia-se o mercado nacional de trabalho do assistente social, as unidades de ensino e o contingente numérico de profissionais (mantém-se a predominância das mulheres) e ampliam-se, também, as dificuldades sociais em decorrência dos novos arranjos mundiais e brasileiros interpostos por mais uma crise do capitalismo. Desta forma, a Ruptura foi um avanço e uma auto-redefinição dos assistentes sociais, da profissão e da inserção desta na sociedade brasileira. Esta “revolução” foi empreendida por uma categoria que permanece majoritariamente composta por mulheres e que, neste momento histórico-social particular, também esteve sintonizada com as conquistas e os avanços do feminismo, embora, curiosamente, observa-se a tímida produção teórica da categoria referenciada ao feminismo.

A análise da discursividade da profissão e do feminismo revelou a identificação entre as lutas, as idéias e os ideais do Serviço Social e do feminismo no Brasil, a similitude entre a sociedade aspirada pelo feminismo e pelo Serviço Social, calcada na igualdade, no acesso aos direitos, na participação democrática, na liberdade, na concretização da plena cidadania.

Desta forma, conforme as fases que identificam a inserção das mulheres nas diferentes profissões, propostas por Armán, os assistentes sociais superaram a fase de adaptação ao modelo criado pelo capital e se inserem nas fases em que, a partir de uma tomada de consciência sobre a sua inserção de classe, estudam e reestruturam sua profissão, como sujeitos que conhecem.

Dos anos 90 até o momento atual, a profissão tem se deparado com novos e complexos desafios: de um lado busca operacionalizar seu projeto ético-político e de outro, como afirma Netto, atua em um mercado que “não se estrutura mediante transformações que ocorrem no interior do seu referencial”, mas num espaço sócio-ocupacional que a situa como ação interventiva determinada pelas refrações da questão social que, por sua vez, são determinadas e produzidas pelo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista (1992, p. 69). Encontram-se, desta forma, os assistentes sociais, diante de uma situação paradoxal já que assumem, hegemonicamente, um projeto ético político que formaliza o seu rompimento com a formação discursiva do capital e se opõe ao desenvolvimento do capitalismo e devem desenvolver este seu projeto de vinculação explicitada à formação discursiva do trabalho, nas adversas condições que esta sociedade lhes interpõe.

Numa sociedade que se globaliza e que exacerba as desigualdades através de uma formação ideológica que, cada vez mais, coisifica o ser humano e mercantiliza as relações sociais, onde o Estado se diz de direito, mas, sonega os direitos, os assistentes sociais assumem uma posição sujeito ético e político de defesa de uma sociedade igualitária e têm o desafio de criar estratégias de ação, que façam frente à questão social e de estreitar seus laços de solidariedade e seus vínculos orgânicos com aqueles que lutam pela manutenção da dignidade de viver, pela democratização, pelo acesso aos bens produzidos, pela consolidação e ampliação dos direitos sociais e humanos.

A condição feminina, vivida pela maioria dos assistentes sociais, é dotada de inúmeras potencialidades identificatórias com as mulheres da classe trabalhadora – maioria demandatária dos serviços profissionais - uma dimensão da profissão que predispõe a categoria, como sujeitos éticos e políticos comprometidos com uma sociedade democrática e igualitária, a estabelecer novas correlações de força com esses segmentos, a concretizar o seu projeto ético-político, através de aliança efetiva com a formação discursiva do trabalho.

Através da análise dos discursos que envolvem a profissão e da sua relação com os discursos feministas, nos períodos estudados, foi possível concluir que a constituição dos assistentes sociais, como sujeitos discursivos, é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação em diferentes segmentos da sociedade, com significativa influência das idéias, das lutas e dos ideais do feminismo no país; que, como “nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados” e como “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros”, encontram-se os assistentes sociais e o feminismo, num momento histórico decisivo, já que apresenta limites, mas, sobretudo, possibilidades de escreverem uma outra história de participação, na constituição de uma sociedade igualitária. Para tal, potencializar a condição feminina e estreitar os vínculos com o feminismo é uma questão vital para os assistentes sociais, uma possibilidade de dar maior concreticidade ao projeto ético-político da profissão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.** São Paulo: Cortez, 1982.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** Trad. Balkys Vilalobos de Netto, 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALVAREZ, Sonia E. **Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia.** In. Alfred Stepan (org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho.** Maceió: Edufal, 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de comunidade no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Dominação e Movimentos de Libertação na América Central. In: **Serviço Social e Sociedade** n° 20, Ano VII, São Paulo: Cortez, 1986, 44-65.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho - ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARMÁN, Maria Concepción. Gênero e identidade profissional em los trabajadores sociales. In. **Cuadernos de Trabajo Social.** vol. 16, Madrid: Escuela Universitária de Trabajo Social da Universidad Complutense, 2003, 147-170

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia. **Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres.** In. Bruschini, Cristina e Unbehaum, Sandra G. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34, 2002, 121-142.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A ação profissional no cotidiano.** In Martinelli, Maria Lúcia; On, Maria Lúcia Rodrigues e Muchail, Salma Tannus. O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, Maria L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001.

BRANDÃO, Helena Hatsue Negamine. **Introdução à análise do discurso.** 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. **Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero.** In. Bruschini, Cristina e Unbehaum, Sandra G..Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34, 2002, 17-58.

CALLEGARI, Anna Irma. **A mulher no trabalho.** In. O valor Simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, 116-121.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio.** 3. ed. São Paulo: companhia das Letras, 1990.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. In. **Serviço Social em Revista**, nº 2, V. 3. Londrina: EDUEL, 2001, 201-213.

CARVALHO, Raul de. Modernos agentes de justiça e caridade: notas sobre a origem do Serviço Social. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 2, Ano I. São Paulo: Cortez, 1980, 43-71.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 5. ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1984.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e poder: leituras transculturais.** In. Moraes, Mara Lygia Martin. Desdobramentos do feminino. Cadernos Pagu nº 16, Campinas: UNICAMP, 2001, 49-78.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COHEN, Yolanda. **Do feminino ao feminismo: o exemplo de Quebeque.** In. Duby, Georges e Perrot, Michele. História das mulheres: o século XX. Coleção História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1991, 613-636.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Porto, Portugal: Porto, 1997.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública, esfera privada, terceiro setor: a dança dos conceitos. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 81, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, março de 2005.

ERGAS, Yasmine. **O feminismo dos anos 1960 -1980.** In. Duby, Georges e Perrot, Michele. História das mulheres: o século XX. Coleção História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1991, 583-612.

ESCOBAR, Lucília. **O sexo das profissões: gênero e identidade socioprofissional em enfermagem.** Porto: Afrontamento, 2004.

FALCÃO, Maria do Carmo e José Paulo Netto. **Cotidiano, Conhecimento e Crítica.** São Paulo: Cortez, 1987.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **Saber profissional e poder institucional.** São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** In. Serviço Social e Sociedade nº 84, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005, 21-36.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias.** 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso.** Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.

_____. **O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo.** In. Indursky, Freda e Ferreira, Maria Cristina Leandro (org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claracruz, 2005.

FILHO, Arthur Ribeiro de Senna. Organizações Não-Governamentais de Assessoria Popular, novos movimentos sociais, Estado e democracia. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 45, Ano XV. São Paulo: Cortez, 1994, p. 42-65.

FLICK, Uwe. **Métodos Qualitativos na Investigação Científica.** Lisboa: Monitor, 2005.

FONTANA, Mônica Graciela Zoppy. **Cidadãos modernos: discurso e representação política.** Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A ordem do discurso.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 -1976).** São Paulo, Martins Fontes, 2002.

_____. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANKLIN, Donna L. . Mary Richmond and Jane Addams: da convicção Moral à Investigação Racional na Prática do Serviço Social. Tradução de Ruth Alves. In. **Social Service Review**. Universidade de Chicago, dezembro de 1986.

FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do conhecimento**: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: Bruschini, Cristina e Unbehaum, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002, 59-78.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n.,2007.

GODINHO, Tatau. **Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras**. In. Venturi, Gustavo; Mausol, Recamán e Oliveira, Suely de (org), **A Mulher Brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **História dos Movimentos Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo. Loyola, 2003.

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias. Questões de Nossa Época 123. São Paulo. Cortez, 2005.

GRASSI, Estela. **La mujer y la profesion de asistente social**: el control de la vida cotidiana. Buenos Aires: Hvmánitas, 1989.

GREGOLIN, Maria do Rosário e Baronas, Roberto (org). **A análise do discurso**: as materialidades do sentido. 2. ed. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2003.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

GUERRA, Iolanda. A instrumentalidade do processo de trabalho e o Serviço Social. In. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 62, São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. **Historiografia da cotidianidade**: nos labirintos do discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940. Florianópolis: Mulheres, 2003.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HECKERT, Sonia Maria. Identidade e mulher no Serviço Social. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 36, Ano XII, São Paulo: Cortez, 1991, 55-73.

HEILBORN, Maria Luiza e Sorj, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In. **O que ler na Ciência Social brasileira.** Sociologia Vol. III. São Paulo, Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1990, 183-221.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O Novo Século:** entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HUBBARD, Ruth. **Algumas idéias sobre a masculinidade das ciências naturais.** In. Gergen Mary Mc Canney. O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Edunb, 1993, 21-36.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e Carvalho, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade.** In. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social. Em Questão. Brasília: CEFESS, 2002.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **A prática discursiva da leitura.** In. Orlandi, Eni Puccinelli. A leitura e os leitores. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003, 189-200.

_____. ; Ferreira, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. ; Ferreira, Maria Cristina Leandro (orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

JACOBI, Pedro. **Ação coletiva, atores sociais e cultura política.** In. Serviço Social e Sociedade nº 28, Ano IX, São Paulo: Cortez, 1988, 48-69.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanço e tendências. In. **Cadernos ABESS** nº 8. São Paulo: Cortez, 1998.

LEÃO XXIII. **Sobre a condição dos operários.** Encíclica Rerum Novarum. In. Documentos Pontifícios. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1961.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil:** a ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, Sandra Barbosa. **Participação Social no Cotidiano.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1982.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **Atores sociais:** movimentos urbanos, continuidade e gênero. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise do Discurso.** 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.
_____. **Novas tendências em análise de discurso.** 3. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio:** desafios e perspectivas. In. Serviço Social e Sociedade nº 57, Ano XIX, São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social:** um instigante desafio. Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa. PUCSP-NEPI, 1994.

_____. **Serviço Social:** identidade e alienação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Uma abordagem socioeducacional.** In. Martinelli, Maria Lúcia; Maria Lucia Rodrigues e On, Salma Tannus Muchal (org.). O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich.-a- **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____.-b- **Manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Políticas Sociais para quem? Conceituação do "popular". In. **Serviço Social e Sociedade** nº 45, Ano XV. São Paulo: Cortez, 1994, p. 66-76.

MORAWSKI, J. G. **Impasse no pensamento feminista?** In. Gergen, Mary Mc Canney. O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Edunb, 1993, 209-222.

NETTO, José Paulo e Falcão, Maria do Carmo. **Cotidiano, Conhecimento e Crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ética e Crise dos Projetos de Transformação Social**. In. Bonetti, Dilséia, A. et. al. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 84, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005, 5-20.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NUNES, Edson e Jacobi, Pedro. Estado e movimentos populares: a saúde posta em questão. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 11, Ano IV, São Paulo: Cortez, 1983, 113-148.

OFFE, Claus. **A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da Sociedade**. In. Pereira, Bresser et. al. Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: UNESP. Brasília. ENAP, 1999.

OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz. **Metodología de la investigación cualitativa**. 2. ed. Espanha: Universidad de Deusto, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. (org.) **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

_____. (org) **Discurso Fundador**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana**. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PIO XI. **Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social**. Encíclica Quadragésimo Anno. In. Documentos Pontifícios. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1959.

PINTO, Célia Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. **Gênero, cidadania e direitos humanos**. In. Bruschini, Cristina e Unbehaum, Sandra G. . Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34, 2002, 109-120.

Política Nacional de Assistência Social – versão oficial in Encarte – Serviço Social e Sociedade nº 80, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2004.

PRÁ, Jussara Reis. **Cidadania de gênero, capital social e políticas públicas no Brasil**. In. Reinventando a sociedade na América Latina: cultura, política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: URGs.

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Leituras de Movimentos: conjuntura, ação e poder**. In. **Temporalis** Ano II, nº4. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

RODRIGUES, Carolina. **Sentido, interpretação e história**. In. Orlandi, Eni, Puccinelli. A Leitura e os Leitores. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003, 47-58.

SADER, Emir. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Direitos e Esfera Pública**. In. Serviço Social e Sociedade 77. São Paulo: Cortez, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAINT- EXUPÉRY, Antoine. **O Pequeno Príncipe**. 48. ed. Tradução de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

SALAS, Maria. Uma mirada sobre los sucessivos feminismos. In. Documentacion Social – **Revista de Estudos Sociais y de Sociologia aplicada** nº 105, Madrid: Caritas Espanhola, 1996, 13-32.

SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SARTI, Cínthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In. Moraes, Mara Lygia Martin. Desdobramentos do feminino. **Cadernos Pagu** nº 16, Campinas: UNICAMP, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In. **Educação e Realidade** nº 16 (2). Porto Alegre: URGs, 1990, 5-22.

SILVA, Maria Ozanira Silva da. O Serviço Social na Conjuntura brasileira: demandas e respostas. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 44, Ano XV, São Paulo: Cortez, 1994, 77-113.

_____. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. In. Borba, Ângela, Faria, Nalu e Godinho, Tatau (org). São Paulo: Perseu Abramo, 1998, 33-54.

_____. **O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras**. In. Venturi, Gustavo; Mausol, Recamán e Oliveira, Suely de (org), A Mulher Brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Luiza Erundina. O trabalhador no contexto dos movimentos sociais. In. **Serviço Social e Sociedade** nº 18, Ano VI, São Paulo: Cortez, 1985, 77-93.

SPINK, Mary Jane. (org.). **Práticas discursivas e produção do sentido no cotidiano**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. In. Tudo é História nº 145, São Paulo: Brasiliense, 1993.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VERDÈS, Jeannine Leroux. **Trabalhador Social**: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.

VIANA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VINTEUIL, Frederique. Marxismo e Feminismo. In. **Cadernos Democracia Socialista**. São Paulo: Aparte, 1989.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A nova (des)ordem mundial: implicações para a universidade e a formação profissional. In. **Serviço Social e Sociedade** nº44, Ano XV. São Paulo: Cortez, 1994.

WARREN, Ilze Scherer. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. É o cotidiano uma questão para o Marxismo? In. **Serviço Social e Sociedade** nº 54, ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1997, p.50 -62.

ZANDWAIS, Ana. **A forma do sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação**: um contraponto entre saberes e práticas. In. Indursky, Freda e

Ferreira, Maria Cristina Leandro (org). **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

ANEXOS

Prezado colega Faleiros

Conforme conversamos recentemente em Pelotas, envio-lhe meu material da pesquisa de doutoramento.

Sou professora do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas e atualmente faço o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Para o doutoramento, instigada por autores de nossa profissão, optei por trabalhar a condição feminina da maioria dos Assistentes Sociais. Você é um destes autores e, assim, tomo a liberdade de escrever-lhe para saber se aceita participar de meu estudo.

Minha proposta é retomar afirmações feitas em seus textos para que possa compreender melhor alguns aspectos das relações e vínculos da profissão com as classes populares, em especial com as lutas e ideais do movimento feminino. Preciso, então, que você faça alguns comentários sobre as afirmações contidas no instrumento de pesquisa em anexo.

Optei por centrar o estudo no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo uma vez que, segundo revisão bibliográfica, este período demarca o estreitamento de nossos vínculos com as classes populares.

Sei que o que estou lhe pedindo é trabalho e requer que disponibilize seu tempo, sendo assim, peço que tenha a liberdade de aceitar, negar ou mesmo, estabelecer as condições de sua contribuição. Gostaria ainda, de que sua resposta me fosse enviada o mais breve possível uma vez que dela dependo para seguir com minha pesquisa.

Receba a gratidão desta colega que aprende e sempre aprendeu muito com você.

Carinhosamente

Ana Luisa Xavier Barros

Prezada Ana Luisa

Só agora tive condições de responder a suas questões, o trabalho e o cansaço em dezembro me deixaram aos trapos. Veja.

Em relação aos textos de sua autoria, as afirmações relacionadas a seguir podem ser atribuídas a envolvimento profissional com algum movimento social em especial? Que idéias as influenciaram? Houve influência do movimento feminino? Você acredita que a condição feminina da maioria dos assistentes sociais pode ter influenciado o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo? Pensa que possa favorecer as alianças com as classes populares no atual momento?

Creio que minha participação nos movimentos estudantis dos anos 60 junto com mulheres brilhantes, fortes, democráticas me fez descobrir o processo de estudar, trabalhar, lutar e ser reprimidos conjuntamente. Sempre tivemos relações fraternas na Universidade.

Minha mulher tem sido sempre uma grande companheira, aberta do diálogo, à solidariedade e com ela pude compartilhar a cozinha, a educação dos filhos, as decisões de mudança.

Como assistente social sempre convivi com grande número de mulheres que me fizeram ver e olhar seus argumentos, suas perspectivas.

No exílio, no Canadá, (1974-79) participei da Associação de Defesa dos Direitos Sociais, movimento das pessoas assistidas sociais , nitidamente feminista, sem sectarismo, que colocava as questões da mulher em todas as discussões, o que muito contribuiu para fazer-me olhar a questão do machismo, do patriarcalismo.

O fato de trabalhar com a questão da violência sexual desde os anos 90, no Cecria- Centro de Referências, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, participando de congressos, seminários, de debates com adolescentes abusadas e exploradas me deu mais convicção sobre a estrutura da violência machista que sempre menciono e contesto.

1- Texto: Saber Profissional e Poder institucional p.56.

“A hegemonia e a contra hegemonia no Serviço Social se constroem a partir de uma **vinculação prática entre a atuação profissional e a própria população-alvo... Mas há um ponto em comum, que talvez , se melhor pensado politicamente, poderá servir à prática profissional é a condição feminina.** Se a grande maioria dos trabalhadores sociais são mulheres, se a chamada clientela também é constituída por mulheres, **não será a condição feminina, vivida por ambos,** também um elemento dessa busca de uma práxis transformadora?”

A análise que faço é política, no sentido de se construir um processo de empoderamento nas relações de poder que implicam, ao mesmo tempo, opressão e resistência. As assistentes sociais trabalham a partir de um lugar de poder, o das instituições, onde não se vê a condição feminina. Alerto para o fato de que se mude o olhar sobre essa condição, inclusive nas políticas sociais.

2- Texto: Estratégias em Serviço Social

“**Nossa crise eterna de identidade profissional** exige mais crítica, mais complexidade, **mais comprometimento com as forças sociais de mudança**”p.139

O questionamento da ideologia do esforço e do consenso, a perspectiva e a prática de transformação através das lutas sociais foram gerando um **processo de**

aproximação e de alianças entre assistentes sociais e classes trabalhadoras”...p.17

“A ótica feminista do trabalho social poderá defender ações para fortalecer o poder das mulheres em suas relações sociais”. P.196

O fortalecimento do poder das mulheres faz parte da mudança das relações sociais, pois as relações de opressão de gênero são estruturadas e estruturantes da sociedade. A ótica feminista busca ver a estrutura social presente nessas relações do dia a dia como a falta de certidão de nascimento, a falta de pensão, a agressão, a humilhação, buscando-se fortalecer as mulheres para enfrentar tudo isso individual e coletivamente.

Espero que tenha contribuído, dentro de meus limites.

Um bom ano.

Um grande abraço

Vicente Faleiros

Prezada Maria Lúcia Martinelli

Sou professora do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas e atualmente faço o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Para o doutoramento, instigada por autores de nossa profissão, optei por trabalhar a condição feminina da maioria dos Assistentes Sociais. Você é um destes autores e por isso tomo a liberdade de escrever-lhe para saber se aceita participar de meu estudo.

Minha proposta é retomar afirmações feitas em Serviço Social: identidade e alienação para que possa compreender melhor alguns aspectos das relações e vínculos da profissão com as classes populares, em especial com as lutas e ideais do movimento feminino. Preciso, então, que faça alguns comentários sobre as afirmações contidas no instrumento de pesquisa em anexo.

Optei por centrar o estudo no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo uma vez que, segundo revisão bibliográfica, este período demarca o estreitamento de nossos vínculos com as classes populares.

Sei que o que estou lhe pedindo é trabalho e requer que disponibilize seu tempo, sendo assim, peço que tenha a liberdade de aceitar, negar ou mesmo, estabelecer as condições de sua contribuição. Gostaria ainda de que sua resposta me fosse enviada o mais breve possível uma vez que, dela dependo para dar continuidade à minha pesquisa.

Amo este tema e visualizo sua importância para que possamos fortalecer nosso trabalho, nosso compromisso e nossas alianças com a população.

Receba a gratidão desta colega que aprende e sempre aprendeu muito com você.

Carinhosamente

Ana Luisa Xavier Barros

Em relação ao texto de sua autoria, as afirmações relacionadas a seguir podem ser atribuídas a envolvimento profissional com algum movimento social em especial? Que idéias as influenciaram? Houve influência do movimento feminino? Você acredita que a condição feminina da maioria dos assistentes sociais pode ter influenciado o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo? Pensa que possa favorecer as alianças com as classes populares no atual momento?

1- p. 137:

“No caso do Serviço Social, as circunstâncias favorecedoras da estruturação da consciência coletiva de seus agentes devem ser buscadas na **ampliação do contingente profissional e na diversificação de seus integrantes, introduzindo-se assim na categoria diferentes visões de mundo**, posicionamentos diversos: devem ser buscados também no próprio processo de institucionalização do Serviço

Social, que passou a atuar diretamente no contexto empresarial, **convivendo com a classe trabalhadora, assistindo a suas lutas e enfrentamentos**".

2- p. 145:

"O próprio agravamento do quadro conjuntural brasileiro ao longo da década de 60, demandando novas formas alternativas de prática, **novas formas de aproximação à realidade, aliado à existência de idéias revolucionárias**, foi determinando a ampliação dos espaços críticos da categoria e tornando dialético o ser social dos agentes profissionais, o que os levava a buscar a superação da simples imediatidade".

São Paulo, 26 de outubro de 2004

Prezada Ana Luisa

Conforme combinado, envio-lhe algumas considerações sobre as questões que você propõe para análise, no âmbito de sua produção para o doutorado. O tema de sua tese é bastante interessante e a realização de sua pesquisa trará certamente contribuições para o avanço da reflexão nesta área. Um aspecto que me parece importante ressaltar de início é que em meu livro Serviço Social Identidade e alienação, fruto de minha tese de doutorado, não tomo o movimento feminino como um campo privilegiado de análise. Não obstante tenhamos tido um marcado protagonismo feminino na trajetória histórica da profissão e devamos a uma mulher em especial, Mary Richmond, a profissionalização do Serviço Social, não creio que seja possível estabelecer uma relação tão direta entre a profissão, "classes populares, em especial com as lutas e ideais do movimento feminino".

De imediato devo esclarecer que não foi este meu objetivo, até porque neste momento da história, e aqui estamos falando das décadas finais do século XIX em sua transição para o século XX, na Europa ocidental, é muito difícil falar em classes populares e especialmente em movimento feminino. O livro A era das revoluções, de Eric Hobsbawm é uma referência clássica para bem situar este importante período da história.

Por outro lado, a título de colaboração com seu estudo envio-lhe o texto anexo, traduzido da Revista Journal Of Social Work, onde você pode acompanhar mais de perto o tom do debate sobre este momento na história do Serviço Social e que, de certa forma, encaminha para as questões de sua pesquisa.

Ressalto, porém, que no livro o que apresento é uma análise dos vínculos da profissão, em suas origens, com os movimentos que marcam a ascensão do capitalismo e a intensa marcha do proletariado para não sucumbir nesta luta tão desigual. Veja, portanto, que não falo em movimento feminino ou classes populares.

Avançando para um outro ponto, considere bem oportuna a sua opção em centrar o estudo no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. Alcançando já momentos mais recentes da história da profissão, quando se pode visualizar um estreitamento de nossos vínculos com as classes populares. Em

termos de Brasil podemos situar esta etapa a partir da década de 80 do século XX, com o processo de redemocratização do país.

Centrando agora nas questões da sua pesquisa, minhas considerações são as seguintes:

As afirmações que você destaca, às páginas 137 e 145 de meu livro, estão inseridas no capítulo III cujo título é Serviço Social: rompendo com a alienação e esta parte de onde são extraídos os destaques chama-se precisamente Rompendo com a alienação. O que procuro recuperar aí são os momentos vividos nos anos 50, 60, 70 do século XX de enfrentamento do Serviço Social brasileiro no sentido de libertar-se das amarras que o impediam de avançar para novos patamares de prática.

Em relação a sua primeira questão, certamente esta busca de superação de alienação esteve fortemente relacionada com a participação em movimentos sociais, até mesmo de natureza política, que impulsionavam os assistentes sociais para a construção de novas perspectivas de prática, sintonizadas com as demandas emergentes.

Como afirmo no texto, há neste momento histórico circunstâncias favorecedoras da construção de novas visões de mundo, que transcendem os limites da concepção religiosa.

Em termos de militância política dos segmentos críticos, as idéias que mais profundamente marcam este período são as de superação da ordem burguesa e de fortalecimento das lutas de classe trabalhadora. O Partido que irá acolher os assistentes sociais que lutam por introduzir mudanças no quadro estrutural e conjuntural brasileiro, será inicialmente o Partido Democrata Cristão. Creio que o protagonismo das mulheres foi muito importante neste momento histórico, porém não falaria aqui de movimento feminino, não creio que tal identidade estivesse consolidada nesta etapa. Creio, isto sim, que o protagonismo das mulheres e sua condição majoritária no âmbito da profissão influenciam de veras o processo de ruptura com o conservadorismo.

Com relação à última questão, penso ser possível afirmar que o protagonismo das mulheres e sua prática militante em muito podem favorecer as alianças com as classes populares neste momento, porém o fator mais decisivo para tanto não é apenas a condição feminina, mas sim o desafio de transformar o projeto ético-político da profissão em ações concretas no cotidiano da prática e em articulação com as lutas sociais mais amplas.

Maria Lúcia Martinelli
CRESS 1092 – 9º. Região

Prezada Ozanira

Sou professora do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas e atualmente faço o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Para o doutoramento, instigada por autores de nossa profissão, optei por trabalhar a condição feminina da maioria dos Assistentes Sociais. Você é um destes autores e por isso tomo a liberdade de escrever-lhe para saber se aceita participar de meu estudo.

Minha proposta é retomar afirmações feitas em O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura para que possa compreender melhor alguns aspectos das relações e vínculos da profissão com as classes populares, em especial com as lutas e ideais do movimento feminino.

Optei por centrar o estudo no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo uma vez que, segundo revisão bibliográfica, este período demarca o estreitamento de nossos vínculos com as classes populares.

Sei que o que estou lhe pedindo é trabalho e requer que disponibilize seu tempo, sendo assim, peço que tenha a liberdade de aceitar, negar ou mesmo, estabelecer as condições de sua contribuição. Gostaria, ainda, de que sua resposta me fosse enviada o mais breve possível uma vez que, dela dependo para dar continuidade a minha pesquisa.

Receba a gratidão desta colega que aprende e sempre aprendeu muito com você.

Carinhosamente

Ana Luisa Xavier Barros

Em relação ao texto de sua autoria, as afirmações relacionadas a seguir podem ser atribuídas a envolvimento profissional com algum movimento social em especial? Que idéias as influenciaram? Houve influência do movimento feminino? Você acredita que a condição feminina da maioria dos assistentes sociais pode ter influenciado o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo? Pensa que possa favorecer as alianças com as classes populares no atual momento?

1- “O movimento de Reconceituação constitui-se, no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. **Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares**, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica da acumulação capitalista (...) e coloca como evidência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, **tendo em vista as demandas e os**

interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social”.

Prezada Ana Luíza, segue o que pude dizer sobre suas questões. Não sei se corresponde ao esperado. Mas aprendi que no processo da investigação, o que conta não é o esperado, mas nossa capacidade de saber trabalhar com as descobertas que conseguimos fazer.

Atenciosamente,

Maria Ozanira da Silva e Silva

Em relação ao texto de sua autoria, as afirmações relacionadas a seguir **podem ser atribuídas a envolvimento profissional com algum movimento social em especial?**

Sim, com toda segurança. Eu tive um longo envolvimento com movimentos sociais, mais especificamente com movimentos sociais por moradia. Participei do cotidiano de vários movimentos sociais por moradia no Estado do Maranhão e também de movimentos de abrangência nacional, como foi o caso do Movimento Nacional em Defesa dos Favelados. Isso ocorreu, mais precisamente e com maior intensidade, no período de 1983 a 1993, ou seja durante uma década. Só essa convivência me permitiu compreender mais criticamente o papel do Serviço Social e, sobretudo, o significado do bloco heterogêneo e contraditório do que eu denomino de **campo popular**. Sem essa convivência não teria entendido nem tão pouco contribuído, no contexto do Serviço Social brasileiro, para o avanço da vertente de ruptura desenvolvida no interior do Serviço Social, nos anos 1980. Como sabemos, essa vertente tem se voltado para a busca de romper com posturas acomodadas, mantenedoras e conservadoras, ainda largamente presentes na prática profissional do Serviço Social, apesar da hegemonia do que denomino e qualifico como **PROJETO PROFISSIONAL DE RUPTURA**. Essa convivência me permitiu estar sempre procurando articular minha prática acadêmica, sobretudo enquanto pesquisadora e na minha prática no campo da formação de assistentes sociais, com

a questão da classe social, valorizando e acreditando no poder de pressão dos setores populares, embora, como digo, não se trata de um grupo homogêneo, nem necessariamente progressista no todo das questões sociais. Mas é o único grupo que traz a intensidade da exploração e da opressão que tem marcado a sociedade capitalista. Como tal, é o único grupo a quem interessa questionar e mudar essa sociedade de tanta desigualdade e de falta de oportunidade. Portanto, o texto do livro: **O Serviço Social e o Popular** é todo marcado por uma postura e compromisso que só consegui desenvolver na convivência com os movimentos sociais.

Que idéias as influenciaram?

Como já disse, a construção do texto citado se deu mais por influência da ação e mobilização da sociedade, mormente nos anos 1980, mediante ações dos movimentos sociais e pelo compromisso profissional, social e político que consegui desenvolver a partir dessa prática e desse envolvimento. A idéia central é tomar a mobilização de grupos e classes sociais como único fator capaz de demandar e produzir mudanças na sociedade. Naturalmente que essas mudanças são variadas na sua extensão e profundidade, mas são capazes de contribuir para o avanço e a acumulação de forças políticas em prol da construção do novo e do diferente. É nesse campo que emerge outra idéia central: a da possibilidade de os assistentes sociais, no seu contato com essa população, que “constitui majoritariamente a clientela do Serviço Social”, de estar contribuindo para a formação da consciência social e para colocar em ação essa consciência em forma de lutas concretas por demandas concretas tendo em vista a satisfação das necessidades materiais e políticas dos setores mais explorados da sociedade. Com isso quero dizer que a prática profissional de ruptura demanda envolvimento concreto com movimentos sociais, principalmente aqueles que buscam a construção de uma sociedade mais justa e mais democrática enquanto espaço de realização do ser humano.

Houve influência do movimento feminino?

Não, pelo menos diretamente, pois não tenho uma história de participação direta nesses movimentos, mas os considero fundamentais para o avanço político e

participativo na sociedade, sobretudo para romper com preconceitos e discriminações cristalizadas.

Você acredita que a condição feminina da maioria dos assistentes sociais pode ter influenciado o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo?

Sim, acredito porque nossa condição feminina nos permite uma convivência direta e cotidiana com a injustiça, o preconceito e a discriminação. Ou seja, a mulher, politicamente consciente de sua condição feminina, não consegue dissociar essa condição de subalternidade e de discriminação que as aproxima, por uma questão de identidade, com outros setores também subalternos que, no seu conjunto, constituem o que denomino de campo popular, e como tal, mesmo sendo um campo heterogêneo e não necessariamente progressista no seu todo, é capaz de se indignar com a desigualdade e a exploração profunda que tem marcado historicamente nossa sociedade. Por conseguinte, movido pela busca de terra, para trabalhar, no caso do MST, pela busca de reconhecimento de suas diferenças e de direito de participação na sociedade, no caso dos movimentos de mulheres, negros e índios; de busca de satisfação de necessidades básicas, no caso dos movimentos sociais voltados para a reprodução social, no âmbito de uma cultura homogeneizadora para acomodação, como é o caso da cultura brasileira, esses movimentos têm um ponto comum: vontade de construir o novo no qual possam ser reconhecidos, possam participar e viver com dignidade.

Pensa que possa favorecer as alianças com as classes populares no atual momento?

Sim, acredito que as possibilidades de alianças com as classes populares são um processo sempre em construção do qual o assistente social poderá e deverá participar. Não aceito a idéia do fim da história e nem do esgotamento das forças sociais organizadas e, como disse, sobretudo daquelas forças sociais a quem mais interessa reverter à ordem de exploração e de negação da minoria sobre a maioria, de modo tão amplo e profundo como vivenciamos na dita sociedade mundializada ou globalizada como é denominada. Para isso, o Serviço Social deve manter um contínuo processo de avanço em relação às três dimensões que considero configurativas de nossa profissão: a dimensão organizativa que nos coloca o dever

da participação política na sociedade; a dimensão acadêmica, onde situo a formação profissional e nossa contribuição na construção do conhecimento sobre a realidade social, e a dimensão de intervenção na realidade social, seja mediante nossa prática no interior de instituições, públicas ou privadas ou diretamente junto aos movimentos e organizações da sociedade. Não resta dúvida que o avanço desejado não é linear e nem tem ocorrido como o desejamos. Um elemento positivo nessa direção é o avanço que a pós-graduação no Serviço Social brasileiro tem conseguido e com esse avanço, o crescimento que tem alcançado nossa contribuição no campo da produção do conhecimento, principalmente em relação às políticas e programas sociais e no desvendar da questão social que marca a atualidade da sociedade brasileira. Mas precisamos fazer muito mais e, sobretudo disseminar a força desse avanço entre um número maior de colegas profissionais no cotidiano de sua prática profissional, mediante a qual está em contato direto com os setores populares com quem deve manter aliança e, sobretudo o compromisso de trabalhar em articulação com estes para a construção de uma nova sociedade.

